

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2020

Secretaria Municipal
da Saúde



PREFEITURA DE
PALMAS

GESTORES

CINTHYA ALVES CAETANO RIBEIRO

Prefeita de Palmas

VALERIA SILVA PARANAGUÁ

Secretária da Saúde

DURVAL RIBEIRO DA SILVA JUNIOR

Secretário Executivo

MARTTHA DE AGUIAR FRANCO RAMOS

Presidente da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Celestina Rosa de Sousa Barros

Juliana Bacoff Flores

Nina Maria de Almeida Araújo Braga

EQUIPE TÉCNICA

Alex Rodrigues Freitas

Ana Paula Pereira Braga Lima

Itano Arruda Nunes Neto

Jaciela Margarida Leopoldino

Ludmila Nunes Moreira Barbosa Mourão

Maria Luiza Gomes da Silva Farias

Marta Maria Malheiros Alves

Polyana Cavalcante Marconi

Ricardo Patrick Soares Nunes

Ricardo Luiz Rodrigues Lima

Terezinha Ferreira Teles dos Santos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	05
IDENTIFICAÇÃO.....	06
INTRODUÇÃO.....	08
DADOS DEMOGRÁFICOS E DE MORBIMORTALIDADE.....	09
DADOS DE PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS DO SUS.....	13
REDE FÍSICA DE SERVIÇOS DO SUS.....	16
PROFISSIONAIS DO SUS.....	19
DADOS DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE.....	26
SISPACTO.....	27
PQAVS.....	32
DEMONSTRATIVO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS.....	35
EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE.....	44
AUDITORIAS.....	104
ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
RECOMENDAÇÕES.....	120

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Gestão (RAG), de acordo com a Portaria de Consolidação nº 001/2017, art. 99, é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde (Origem: PRT MS/GM 2.135/2013, Art. 6º).

Para contextualizar e sistematizar as informações mais relevantes no processo de prestação de contas, dividimos o Relatório Anual de Gestão em Identificação, Introdução, Dados Demográficos e de Morbimortalidade, Dados de Produção de Serviços do SUS, Rede Física Prestadores de Serviços do SUS, Profissionais do SUS, Execução das ações orçamentárias previstas na Programação Anual de Saúde 2020 (Indicadores/Metas e Análise das Ações Orçamentárias).

O Relatório de Gestão deve ser enviado ao respectivo Conselho de Saúde até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo, por meio do sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento - DGMP, nos termos da Portaria nº 750, de 29 de abril de 2019, que instituiu o Sistema DigiSUS Gestor/Módulo de Planejamento - DGMP, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

1. IDENTIFICAÇÃO

Quadro 1 - Dados de identificação

Município:	Palmas	UF:	Tocantins
I. Fundo Municipal da Saúde			
Lei nº 141 de 20 de dezembro de 1991		CNPJ:	11.320.420/0001-71
Gestor:	Valéria Silva Paranaguá	Cargo do Gestor:	Secretária Municipal da Saúde
II. Secretaria Municipal de Saúde			
Secretário:	Valéria Silva Paranaguá	CNPJ:	24.851.511/0027-14
Data da Posse:	05/08/2020	Telefone:	(63) 3218-5612
Email:	gabinete.semus@palmas.to.gov.br		
III. Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas			
Lei nº 2014 de 17 de dezembro de 2013		CNPJ:	20.184.893/0001-80
Presidente:	Marttha de Aguiar Franco Ramos	Telefone:	(63) 3218-5248
E-mail:	fesppalmas@gmail.com		
IV. Conselho Municipal da Saúde			
Lei nº 142 de 20 de dezembro de 1991		Data da última eleição:	12/12/2017
Presidente:	Antônio Grangeiro Saraiva	Segmento:	Usuários
Telefone:	(63) 3218-5352	Email:	cms.saudepalmas@hotmail.com
V. Conferência da Saúde			
Data da última Conferência:	26 e 27 de março de 2019		
VI. Plano Municipal da Saúde			
Período a que se refere o PMS:	2018/2021		
Aprovação no CMS:	Resolução nº 006 de 17 de janeiro de 2018.		
1ª Revisão do PMS:	Resolução nº 69, de novembro de 2018		
2ª Revisão do PMS:	Resolução nº 52, de 04 dezembro de 2019		
VII. Programação Anual da Saúde			
Ano da Programação:	2020		
Aprovação no CMS:	Resolução nº 51, de 04 de dezembro de 2019		
VIII. Plano de Carreira, Cargos e Salários			
<p>O Município de Palmas/TO possui Plano de Carreira dos Profissionais de Saúde, instituído pelas Leis nº 1.417, de 29 de dezembro de 2005 e nº 1.529, de 10 de maio de 2008, que cria os Cargos Públicos de Agente Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias e institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e dá outras providências.</p> <p>Foi instituída a MESA/SUS/PALMAS, pela Portaria nº 507/SEMUS/GAB, de 10 de Junho de 2016, sem prejuízo das atribuições legais da Câmara RH de Negociação Permanente instituída pela Lei Municipal nº 2.065 de 03 de julho de 2014, composta, paritariamente, por representantes da Secretaria Municipal da Saúde e de representantes das entidades/associações sindicais representativas dos servidores, que se reunirão, ordinariamente, todos os meses e, extraordinariamente, sempre que convocados.</p>			

IX. Informações sobre Regionalização

De acordo com a Resolução CIB Nº 161/2012, de 29 de agosto de 2012, Palmas faz parte da Região de Saúde Capim Dourado, sendo também referência para outros municípios nos serviços de média e alta complexidade, nos termos da Programação Pactuada Integrada – PPI. Esta descentralização ocorreu através da Declaração de Comando Único, ratificada pela Resolução CIB nº 159 de 29.08.2012, de acordo com o Decreto Federal de nº 7.508, de 28.11.2011 e através da Resolução – CIB/TO nº 008/2016, de 19.02.2016 a qual dispõe sobre a Atualização da Descentralização da Gestão de Ações e Serviços de Saúde para o município de Palmas – TO, consoante disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução – CIT Nº. 04/2012.

O município de Palmas é responsável pela Gestão de Ações e Serviços Públicos referente a Atenção Primária, Atenção Secundária, Urgência e Emergência e os respectivos Prestadores/contratados/conveniados que complementam os serviços próprios prestados, situados em seu território. O Estado é responsável pela gestão e oferta dos procedimentos de Média e Alta Complexidade realizados na rede hospitalar própria, conveniada e/ou contratada, bem como, em ambulatorios mantidos nas unidades hospitalares e unidades de apoio. Suas unidades são o Hospital Geral de Palmas – Dr. Francisco Aires, Hospital e Maternidade Dona Regina Siqueira Campos, Hospital Infantil – Dr. Hugo Rocha, LACEN, Hemorrede, Pró-Rim, TFD Estadual e CER – Centro Estadual de Reabilitação, conforme Anexo III da Resolução – CIB/TO nº 008/2016.

X. Missão

Promover cuidado individual e coletivo capaz de reduzir a morbimortalidade e as iniquidades sociais, garantir a saúde como direito fundamental do ser humano, intervir na determinação social do processo de saúde – doença, por meio de uma gestão eficaz e da estruturação de uma rede de atenção e vigilância em saúde que vise a melhoria da qualidade de vida.

XI. Visão

Ser reconhecido pela qualidade das ações e serviços públicos em saúde, comprometido com inovadores modelos de gestão, integrando pessoas, setores e tecnologias.

XII. Valores

Respeito	Valorização a Vida
Humanização no Cuidado	Transparência
Amorosidade	Superação
Seriedade	Resolutividade

2. INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Gestão é o instrumento de planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS), que apresenta o acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados com a execução Programação Anual de Saúde, de acordo com o conjunto de metas, ações e indicadores. É também relevante para orientar os eventuais ajustes no Plano de Saúde correspondente e para orientar a elaboração da nova programação anual.

O documento demonstra os resultados alcançados e avalia as iniciativas que foram priorizadas para atingir o compromisso de busca por eficiência, equidade e economicidade na oferta de serviços de saúde de qualidade ao cidadão. Assim, o Município de Palmas/TO torna públicos os resultados alcançados e os principais desafios enfrentados, sobretudo com a pandemia.

O relatório foi construído de forma coletiva, com o envolvimento dos diferentes setores da Secretaria Municipal da Palmas e da Fundação Escola de Serviços Públicos de Palmas.

Constitui-se também um instrumento de comprovação da aplicação dos recursos repassados para o Fundo Municipal de Saúde de Palmas. A respeito do exercício de 2020, foram realizadas as prestações de contas quadrimestrais por meio de reuniões no Conselho Municipal de Saúde (CMS) e em Audiências Públicas, as quais ocorreram respectivamente nos dias 28 de maio e 30 de setembro de 2020, referentes ao 1º e 2º quadrimestre/2020. As informações relativas ao 3º quadrimestre/2020 foram encaminhadas tanto para o CMS quanto para os Vereadores no dia 12 de fevereiro de 2020 sendo a Audiência Pública agendada para o dia 25 de fevereiro de 2020. Contudo, houve a suspensão das sessões parlamentares diante do cenário epidemiológico causado pela pandemia do Coronavírus e até o fechamento deste relatório aguarda-se novo agendamento para realização da Audiência Pública.

3. DADOS DEMOGRÁFICOS E DE MORBIMORTALIDADE

Tabela 1 - Aspectos demográficos

Área da unidade territorial (km ²)	2.218,942 km ²
População 2010 (censo)	228.332 habitantes
População Estimada 2020	306.296 habitantes
Densidade demográfica	102,90 hab/km ²
População por zona de habitação (IBGE/Censo 2010) %	
Rural	2,89
Urbana	97,11
População por Raça/Cor (IBGE/Censo 2010) %	
Branca	41,83
Preta	8,05
Amarela	2,26
Parda	47,67
Indígena	0,19
Sem declaração	0,00

Fonte: IBGE.

No ano de 2020 ocorreram 15.957 (quinze mil novecentos e cinquenta e sete) internações no município de Palmas. Dentre as principais causas que acometeram a população, destacam-se a internação por gravidez, parto e puerpério, que representa 24,6% do total de internações em todo ano em análise. Outro capítulo que podemos dar destaque é o das causas externas, que é referente a todos os tipos de violência, como casos de violência interpessoal e autoprovocada, violência no trânsito e transporte, representando 17% do total.

Importante ressaltar também que os casos de neoplasias têm atingido, em sua maioria, a população adulta, em fase de produtividade. Nesse aspecto, além das campanhas de prevenção, em Palmas vem sendo desenvolvido plano de trabalho específico com base nos principais fatores de risco ao câncer (tabagismo, obesidade, sedentarismo). Essa medida visa reduzir o número de casos novos de câncer, e conseqüentemente aumentando a expectativa de vida da população.

Em relação ao panorama de óbitos no município em Palmas-TO, pode-se destacar as doenças infecciosas e parasitárias como causa específica mais frequente, justamente pelo cenário da COVID-19, doença pandêmica que obteve destaque tanto para morbidade como mortalidade no ano de 2020. De um total de 1.356 (mil trezentos e cinquenta e seis) casos de óbito, 211 ocorreram por COVID 19, representando 15,5% do total. Outros capítulos do CID 10 que podem ser observados com um número de ocorrência relevante são as doenças do aparelho respiratório e causas externas de morbidade e mortalidade, sendo 232 (17%) e 227 (16,7%) óbitos respectivamente

Tabela 2 - Número de internações por capítulo do CID-10 por faixa etária no ano de 2020 em Palmas, TO

Capítulo CID-10	Menor 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	168	95	44	14	9	41	72	70	89	96	89	72	859
II. Neoplasias (tumores)	-	1	4	6	16	58	114	204	295	283	199	83	1263
III. Doenças do sangue, órgãos hematológicos e transtornos imunitários	2	13	6	3	2	15	6	7	3	2	6	1	66
IV. Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	4	3	2	7	2	26	27	35	39	43	20	16	224
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	3	21	68	75	58	19	10	3	2	259
VI. Doenças do sistema nervoso	40	52	25	21	7	26	30	24	28	23	20	5	301
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	1	1	2	4	7	7	2	4	3	31
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	6	6	1	-	-	1	2	-	-	1	-	-	17
IX. Doenças do aparelho circulatório	10	13	11	6	9	29	63	116	214	305	247	181	1204
X. Doenças do aparelho respiratório	75	179	95	23	15	32	50	73	70	106	143	107	968
XI. Doenças do aparelho digestivo	75	51	78	55	50	122	136	139	130	132	72	52	1092
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	47	59	27	12	32	66	71	67	56	38	49	23	547
XIII. Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	1	14	10	6	7	34	52	51	53	33	14	5	280
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	41	31	35	23	40	74	78	75	94	95	87	43	716
XV. Gravidez, parto e puerpério	2	-	-	49	697	2066	1002	121	2	-	-	-	3939
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	696	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	696
XVII. Malformações congênitas e anomalias cromossômicas	46	34	21	14	4	6	7	4	4	1	-	1	142
XVIII. Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais	3	5	4	1	6	19	17	15	22	17	23	16	148

XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	25	95	134	111	178	540	511	378	290	251	134	75	2722
XXI. Contatos com serviços de saúde	1	10	25	22	16	101	169	65	36	26	10	2	483
Total	1242	661	522	377	1112	3326	2486	1509	1451	1464	1120	687	15957

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Data do acesso 04 de março de 2020.

Tabela 3 - Número de óbitos por capítulo da CID 10 em residentes de Palmas, TO em 2020

Causa (CID10 CAP)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5	4	5	3	6	14	25	66	63	29	9	22	251
II. Neoplasias (tumores)	19	18	13	20	16	12	28	20	19	22	18	14	219
III. Doenças sangue órgãos hematopoiéticos e transt imunitários	0	1	0	1	2	2	1	0	1	0	0	0	8
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	5	2	3	3	4	6	9	7	4	9	3	5	60
V. Transtornos mentais e comportamentais	1	0	2	0	0	1	0	0	0	1	3	0	8
VI. Doenças do sistema nervoso	3	2	2	1	2	3	1	3	2	7	2	2	30
VII. Doenças do olho e anexos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
IX. Doenças do aparelho circulatório	14	24	19	19	22	13	19	27	21	13	18	23	232
X. Doenças do aparelho respiratório	7	7	9	4	3	9	5	4	10	9	3	11	81
XI. Doenças do aparelho digestivo	4	5	8	8	2	4	6	3	1	4	6	9	60
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3
XIII. Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	3
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	2	1	5	2	1	6	2	5	1	3	3	2	33
XV. Gravidez parto e puerpério	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	8	7	6	11	8	6	6	3	6	5	4	8	78
XVII. Malformidades congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	1	2	2	1	4	1	2	2	1	4	1	4	25
XVIII. Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e laboratoriais	2	6	1	1	3	4	5	2	3	3	4	1	35
XIX. Lesões envenenamento e algumas outras consequências causas externas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	18	17	28	17	15	16	13	17	20	24	22	20	227
Total	89	97	104	91	90	97	124	160	153	134	96	121	1356

Fonte: SIM Palmas-TO, março de 2021.

Tabela 4 - Número de óbitos pelas principais causas de óbito por capítulos selecionados da CID 10 em residentes de Palmas, janeiro a dezembro, 2020.

Capítulo CID 10	Causas específicas mais frequentes	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
	Doenças virais (Covid)	0	0	2	2	4	11	21	63	59	23	7	19	211

I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	Outras doenças virais	1	2	1	0	2	1	1	2	1	4	1	0	16
	HIV	1	1	1	0	2	1	1	2	1	4	1	0	15
	Doenças devidas a protozoários	2	2	2	1	0	1	1	0	1	1	0	0	11
II. Neoplasias (tumores)	Metastase	1	2	3	1	3	3	3	4	3	2	2	2	29
	Neoplasia de colon, reto e ânus	1	0	2	3	1	3	4	4	2	0	1	5	26
	Neoplasia de brônquio, traqueia e pulmão	1	0	1	1	0	0	4	1	3	5	4	2	22
	Neoplasia de próstata	5	4	1	1	1	1	1	0	1	2	4	0	21
	Neoplasia de mama	0	2	0	2	2	1	1	2	3	1	3	0	17
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	Diabetes Mellitus	5	2	2	2	3	6	6	7	4	9	3	5	54
IX. Doenças do aparelho circulatório	Doenças cerebrovasculares	2	8	7	8	9	3	5	9	8	6	5	8	78
	Doenças isquêmicas do coração	5	9	4	3	3	3	6	5	3	2	3	7	53
	Doenças hipertensivas	2	2	5	3	5	2	3	7	3	1	5	4	42
	Infarto agudo do miocárdio	3	7	3	3	2	3	4	4	1	2	3	6	41
X. Doenças do aparelho respiratório	Pneumonia	4	1	3	1	2	3	1	0	5	3	0	9	32
	Doenças crônicas das vias aéreas inferiores	3	3	3	2	1	2	3	2	4	3	2	1	29
XI. Doenças do aparelho digestivo	Rest doenças do aparelho digestivo	2	4	4	3	2	3	4	2	0	3	4	4	35
	Doenças do fígado	1	1	4	3	0	1	0	1	1	1	2	3	18
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	Insuficiência renal	2	1	4	0	0	3	1	1	1	0	0	2	15
	Rest doenças do aparelho geniturinário	0	0	1	1	0	2	1	2	0	3	1	0	11
XV. Gravidez parto e puerpério	Mortes obstétricas indiretas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	Restante de gravidez, parto e puerpério	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	Feto e recém-nascido afetado mat e compl grav	5	4	3	6	5	1	6	0	5	2	0	0	37
	Trans resp e cardiovas espec per perinatal	0	1	2	2	0	2	0	1	0	1	0	3	12
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	Agressões	6	7	20	7	9	10	5	5	8	13	7	4	101
	Acidentes de transporte	6	1	4	4	1	1	2	6	8	7	8	10	58
	Eventos(fatos) cuja intenção e indeterminada	2	3	1	1	1	0	4	1	1	0	0	5	19
	Lesões autoprovocadas voluntariamente	0	2	2	2	0	2	1	1	1	1	2	0	14

Fonte: SIM, Palmas-TO, março 2021

4. DADOS DE PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS DO SUS

4.1 PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

Tabela 5 - Quantitativo de atendimentos realizados na Atenção Primária por categoria no ano de 2020

Procedimentos	Total
Atendimento Médico da Estratégia de Saúde da Família	229.450
Atendimento de Enfermeiros Saúde da Família	142.337
Atendimento de cirurgiões-dentistas da Estratégia de Saúde da Família	27.169
Total	398.956

Fonte: Sistema de Informação da Atenção Básica - SISAB/e-SUS.

4.2 PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Tabela 6 - Quantitativo de procedimentos realizados nos serviços de média e alta complexidade no ano de 2020

PROCEDIMENTOS	TOTAL
01 AÇÕES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE	28.834
Ações coletivas/individuais em saúde	16.860
Vigilância em saúde	11.974
02 PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA	1.193.369
Coleta de material	188
Diagnóstico em laboratório clínico	1.067.954
Diagnóstico por citopatologia	10.438
Diagnóstico por anatomia patológica	3.774
Diagnóstico por radiologia	53.517
Diagnóstico por ultrassonografia	6.203
Diagnóstico por tomografia computadorizada	1.582
Diagnóstico por ressonância magnética	1.550
Diagnóstico por endoscopia – Colonoscopia	32
Diagnóstico por endoscopia – Esofagogastroduodenoscopia	28
Diagnóstico por endoscopia – Retossigmoidoscopia	6
Diagnóstico por endoscopia – Cistoscopia e/ou Ureteroscopia	33
Diagnóstico por endoscopia – Videolaringoscopia	30
Diagnóstico em cardiologia	6.217
Diagnóstico cinético funcional	25
Diagnóstico em ginecologia-obstetrícia	13
Diagnóstico em neurologia	1.031
Diagnóstico em oftalmologia	19.556
Diagnóstico em otorrinolaringologia/fonoaudiologia	2.276
Diagnóstico em pneumologia	196
Diagnóstico em urologia	109
Diagnóstico em vigilância epidemiológica e ambiental (Exames relacionados a doenças e agravos de notificação compulsória)	84
Diagnóstico por teste rápido (teste realizado fora da estrutura de laboratório)	18.527
03 PROCEDIMENTOS CLÍNICOS	864.761

Consultas médicas especializadas	43.716
Consultas com outros profissionais de nível superior	102.007
Atendimento pré-hospitalar de urgência	69.465
Outros atendimentos realizados por profissionais de nível superior	1.660
Atenção domiciliar	19
Consulta/Atendimento às urgências (em geral)	337.418
Atendimento/Acompanhamento em reabilitação física, mental, visual	29
Atendimento/Acompanhamento psicossocial	45.153
Atendimentos de enfermagem (em geral)	253.392
Fisioterapia	5.839
Tratamento de doenças do aparelho da visão	1.593
Tratamento odontológico	4.317
Terapias do aparelho geniturinário	152
Práticas integrativas e complementares	0
04 PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS AMBULATORIAIS	9.328
Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa	4.914
Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço	57
Cirurgia do aparelho da visão	2.062
Cirurgia de aparelho geniturinário	18
Bucomaxilofacial	2.277
07 ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS	249
Prótese total mandibular	91
Prótese total maxilar	140
Cateter Duplo J	18
08 AÇÕES COMPLEMENTARES DA ATENÇÃO À SAÚDE	28
Ajuda de custo	14
Deslocamento	14
TOTAL DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO	2.096.569

Fonte: SIA/SUS

Tabela 7 - Quantitativo de consultas médicas especializadas no ano de 2020

PROCEDIMENTO	TOTAL
Consulta em Acupuntura	103
Consulta em Angiologia	1.040
Consulta em Cardiologia	1.103
Consulta em Cirurgia Geral	1.143
Consulta em Cirurgia Pediátrica	845
Consulta em Clínica Médica	1.982
Consulta em Coloproctologia	391
Consulta em Dermatologia	4.691
Consulta em Endocrinologia	3.210
Consulta em Gastroenterologia	918
Consulta em Geriatria	415
Consulta em Ginecologia e Obstetrícia	4.367
Consulta em Infectologia	437
Consulta em Mastologia	521
Consulta em Nefrologia	998
Consulta em Neurologia	1.222
Consulta em Nutrologia	310
Consulta em Oftalmologia	4.678

Consulta em Ortopedia	3.137
Consulta em Otorrinolaringologia	1.685
Consulta em Pediatria	1.371
Consulta em Pneumologia	1.508
Consulta em Psiquiatria	5.321
Consulta em Reumatologia	85
Consulta em Urologia	2.235
TOTAL	43.716

Fonte: SIA/SUS

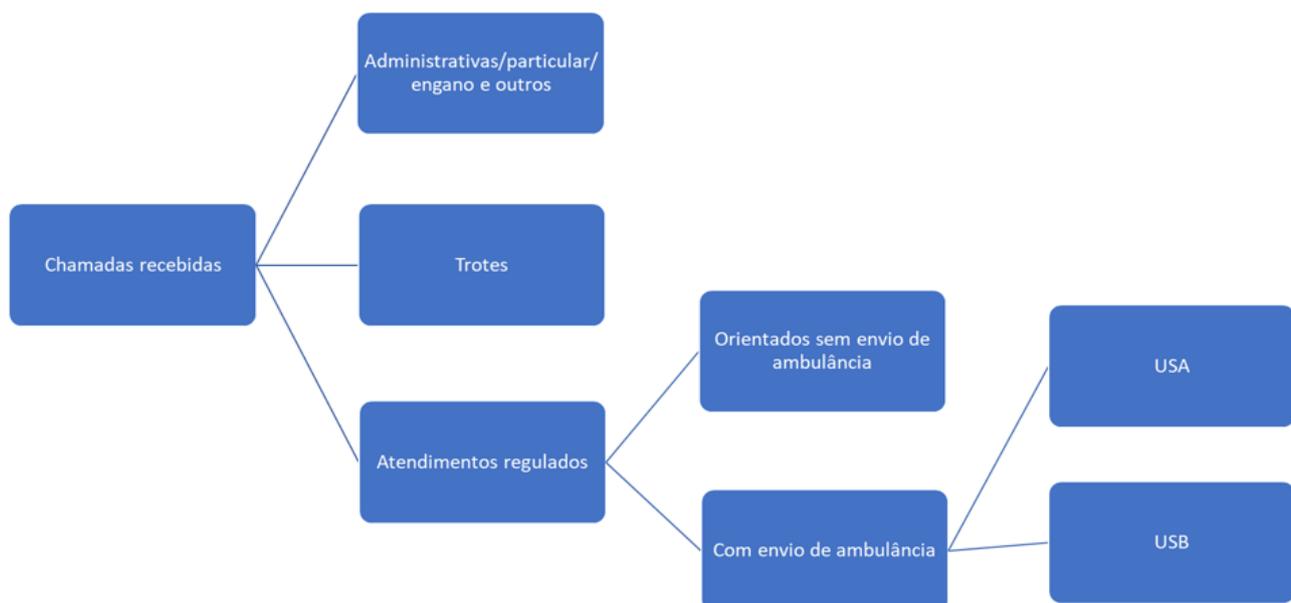
Tabela 8 - Quantitativo de atendimentos por especialidade realizados nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA Norte e UPA Sul) em 2020

Especialidade	Total
Médico clínico	221.205
Odontologia	6.235
Serviço social	21.700
Total	249.140

Fonte: e-SUS/TRIUS

Em relação aos atendimentos realizados pelo Serviço de Atendimento Móvel às Urgências, durante os meses de janeiro a dezembro de 2020 foram recebidas 33.483 chamadas. Destas, 2.172 foram referentes a chamadas administrativas, particulares, engano e outras. Foram recebidos 802 trotes durante o ano, sendo percebida diminuição ao longo dos quadrimestres. Do total de chamadas recebidas, 91,4% foram atendimentos regulados, sendo que destes, 14.232 necessitaram de envio da ambulância (Unidade de Suporte Básico ou Avançado) para atendimento.

Figure 1 – Tipos de chamadas recebidas e procedimentos regulados pelo SAMU



Fonte: e-SUS SAMU

5. REDE FÍSICA DE SERVIÇOS PRÓPRIOS E PRESTADORES (CREDENCIADOS) DE SERVIÇOS DO SUS

Tabela 9 - Unidades Próprias Cadastradas no CNES

Tipo de Estabelecimento de Saúde				
	CNES	Total	Municipal	Estadual
Central de Gestão em Saúde				
Secretaria Municipal de Saúde de Palmas	2468018	1	1	0
Central de Regulação do Acesso				
Complexo Regulador de Serviços de Saúde Municipal	6404375	1	1	0
Central de Regulação Médica das Urgências				
Central de Regulação SAMU 192 Palmas	6943624	1	1	0
Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar Urgência/Emergência				
SAMU – USA 01 Palmas	6966950	6	6	0
SAMU – USA 02 Palmas	3708373			
SAMU – USB 03 Palmas	6968252			
SAMU – USB 04 Palmas	6968392			
SAMU – USB 05 Palmas	6968996			
SAMU – USB 06 Palmas	6969046			
Pronto Atendimento				
Unidade de Pronto Atendimento Norte	2755289	2	2	0
Unidade de Pronto Atendimento Sul	2492555			
Centro de Saúde/Unidade Básica				
Centro de Saúde da Comunidade Francisco Júnior	2468093	34	34	0
Centro de Saúde da Comunidade 712 Sul	2492504			
Centro de Saúde da Comunidade 806 Sul	2594161			
Centro de Saúde da Comunidade Albertino Santos	2594056			
Centro de Saúde da Comunidade 1304 Sul	2492490			
Centro de Saúde da Comunidade Satilo Alves de Sousa	5165210			
Centro de Saúde da Comunidade Valéria Martins Pereira	2594064			
Centro de Saúde da Comunidade 403 Norte	2467941			
Centro de Saúde da Comunidade José Luiz Otaviani	2467976			
Centro de Saúde da Comunidade 406 Norte	2467895			
Centro de Saúde da Comunidade 409 Norte	9140301			
Centro de Saúde da Comunidade 405 Norte	6276474			
Centro de Saúde da Comunidade 603 Norte	2492717			
Centro de Saúde da Comunidade 503 Norte	2492709			
Centro de Saúde da Comunidade Morada do Sol	2467933			
Centro de Saúde da Comunidade Alto Bonito	2468042			
Centro de Saúde da Comunidade Prof. Isabel Auler	9400435			
Centro de Saúde da Comunidade Eugênio Pinheiro da Silva	3035077			
Centro de Saúde da Comunidade Aurenny II	2467984			
Centro de Saúde da Comunidade Liberdade	2492695			
Centro de Saúde da Comunidade Laurides Lima Milhomem	2468077			
Centro de Saúde da Comunidade Novo Horizonte	2468085			
Centro de Saúde da Comunidade Bela Vista	2467879			
Centro de Saúde da Comunidade Taquari	5314240			
Centro de Saúde da Comunidade Santa Bárbara	2492725			
Centro de Saúde da Comunidade José Hermes Rodrigues Damaso	2468034			
Centro de Saúde da Comunidade Walter Pereira Morato	2492520			
Centro de Saúde da Comunidade Mariazinha Rodrigues da Silva	2468123			
Centro de Saúde da Comunidade José Lúcio de Carvalho	7138164			
Centro de Saúde da Comunidade Loiane Moreno Vieira	7154992			
Centro de Saúde da Comunidade 508 Norte	3258017			
Centro de Saúde da Comunidade Santa Fé	2492512			
Centro de Saúde 108 Sul	6372082			
Centro de Saúde da Comunidade Walterly Wagner José Ribeiro	2468131			
Centro de Atenção Inclusiva				
Centro de Atenção Inclusiva Francisca Brandão Ramalho	9422994	1	1	0
Centro de Atenção Psicossocial				
CAPS AD III – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas	6061478	2	2	0
CAPS II – Centro de Atenção Psicossocial	2467968			

Clínica/ Centro de Especialidade	CNES	Total	Municipal	Estadual
Núcleo de Assistência Henfil	2467925			
CREFISUL – Centro de Referência em Fisioterapia da Região Sul	7759290	4	4	0
CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	3218708			
CEO – Centro de Especialidades Odontológicas	2492547			
Policlínica	CNES	Total	Municipal	Estadual
Ambulatório Municipal de Atenção a Saúde Dr Eduardo Medrado	5504694			
Centro de Atenção Especializada à Saúde Francisca Romana Chaves	2492482	4	4	0
Policlínica 108 Sul	2492768			
Policlínica de Taquaralto	2492563			
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (Sadt Isolado)	CNES	Total	Municipal	Estadual
Laboratório da SEMUS	2467909	2	2	0
Laboratório Regional de Prótese Dentária de Palmas	6425348			
Unidade de Vigilância em Saúde	CNES	Total	Municipal	Estadual
Centro de Controle de Zoonoses	2467860			
CEMUV – Central Municipal de Vacina	3738965	3	3	0
Vigilância Sanitária	2467852			

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimento em Saúde – CNES

Tabela 10 - Unidades Credenciadas Cadastradas no CNES

Tipo de Estabelecimento de Saúde									
Clínica/ Centro de Especialidade	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla				
Aequilibrium	7563299								
Clínica de Olhos Yano LTDA	7015267								
Clínica de Olhos Drª Josenylda	7326807								
HOB Palmas	2708140								
Instituto da Visão	3112551								
Instituto de Oftalmologia do Tocantins	6881491	11	11	0	0				
Instituto Urológico de Palmas	6598129								
Neuromed	7774796								
Oftalmoclínica Visão	2359561								
Otopalmas	5285410								
Vision Laser	7024010								
Unidade de Apoio e Diagnose e Terapia (Sadt Isolado)	CNES					Total	Municipal	Estadual	Dupla
Arai, Kaminishi & Costa Diagnósticos	3110982								
Techcapital	7551983								
Medimagem	7327684								
Instituto de Vídeo Endoscopia	9845542								
Santa Thereza Diagnóstico por Imagem	9297022								
Biolab	6524516								
Cito Premier	9678077	13	12	0	1				
Ética Laboratório	2593122								
Laboratório São Gabriel	7521901								
Laboratório Gênese	9369597								
Laboratório Rede Exemplo	3473457								
Labexato Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	6349609								
Laboratório Mais Saúde	5268117								
Hospital	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla				
Hospital Oswaldo Cruz	2755246	1	0	0	1				
Cooperativas	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla				
Coopanest	8006946	1	0	0	1				
Centro de Saúde/Unidade Básica	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla				
Liga Feminina	6831419	1	1	0	0				

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

Tabela 11 - Unidade com Esfera Administrativa Federal

Unidade de Atenção à Saúde Indígena	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins	6968449	1	1	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

Informamos que o Complexo de Atenção à Saúde – CAS encontra-se inativado para reforma e a antiga Policlínica da 303 Norte, que teve sua reforma finalizada, e passou a ser chamada de Centro de Atenção Especializada à Saúde Francisca Romana Chaves.

Informamos que a Unidade de Atenção à Saúde Indígena é uma unidade de esfera administrativa federal, cadastrada como gestão municipal por estar localizada no Distrito Sanitário do Município de Palmas e que o Centro de Saúde/Unidade Básica, Liga Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer é uma entidade de esfera administrativa privada, sem fins lucrativos.

6. PROFISSIONAIS DO SUS

Em 31 de dezembro de 2020, a Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação Escola de Palmas contavam com um total de 2.918 servidores, destes: 2.845 servidores municipais, sendo: (efetivos 2.400, requisitados/comissionados - 06, efetivo função gratificada - FG - 13, contratos temporários – 414 e comissionados – 12), 42 estaduais, 01 servidora oriunda do município de Porto Nacional cedida com ônus para o órgão de origem mediante ressarcimento, 13 federais cedidos a esta municipalidade através de Convênios, e 17 oriundos do Programa Mais Médicos para o Brasil distribuídos nas Unidades de Saúde, FESP e Sede.

Ressaltamos que na data supracitada esta Pasta contava também com um quantitativo de 45 estagiários, 105 jovens empreendedores (RENAPSI), 408 bolsistas integrantes do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde da Fundação Escola de Saúde Pública, bem como 69 servidores/bolsistas, este quantitativo já está contido no número de servidores descritos no parágrafo acima. O total geral de trabalhadores do SUS é de 3.476. Segue abaixo detalhamento dos quantitativos descritos acima:

Tabela 12 - Quantitativo de servidores por vínculos e entes (nível superior)

Cargo	Municipal				Cedido do município de Porto Nacional	Estadual	Federal	Total
	Efetivo	Efetivo/Comission.	Fun. Gratificada	Contrato	*Efetivo	Efetivo	Efetivo	-
Administrador	01							01
Analista de Recursos Humanos	02			01				03
Analista de Sistemas	02							02
Analista em Saúde /Assistente Social	18			06				24
Analista em Saúde/ Biólogo	09			02				11
Analista em Saúde /Biomédico	12							12
Analista em Saúde /Educador Físico	01							01
Analista em Saúde /Enfermeiro	138			75				213
Analista em Saúde Farmacêutico/Bioquímico	39			10				49
Analista em Saúde /Fisioterapeuta	19			03				22
Analista em Saúde /Fonoaudiólogo	08			01				09
Analista em Saúde /Inspetor Sanitário	21	01						22
Analista em Saúde /Médico	145			113				258
Analista em Saúde Médico Veterinário	02							02
Analista em Saúde /Nutricionista	05			04				09
Analista em Saúde /Odontólogo	76			22				98
Analista em Saúde /Psicólogo	14			09				23
Analista em Saúde Terapeuta Ocupacional	03							03

Analista Técnico /Administrativo	03							03
Arquiteto	03							03
Assistente Social	04					01		05
Biólogo	01							01
Contador	02							02
Cirurgião Dentista						21		21
Economista	01							01
Enfermeiro						12	01	13
Executivo em Saúde						01		01
Engenheiro	03		02					05
Fisioterapeuta						01		01
Fonoaudiólogo	03							03
Médico						01	01	02
Nutricionista	01							01
Psicólogo	04							04
Total	540	01	02	246	01	35	02	828

Nota: * Cedido com ônus para o órgão de origem mediante ressarcimento

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas e Folha de pagamento da SEMUS, janeiro de 2021

Tabela 13 - Quantitativo de servidores por vínculos e entes (nível médio)

Cargo	Municipal				Estadual	Total
	Efetivo	Efetivo/Comissionado	Função Gratificada	Contrato	Efetivo	
Agente do Tesouro Municipal	01					01
Assistente Administrativo	46		01			47
Programador de computador	02					02
Técnico Administrativo Educacional	01					01
Técnico em Saúde – Agente de Vigilância Sanitária	23		01			24
Técnico em Saúde – Assistente Administrativo	63					63
Técnico em Saúde – Assistente de Serviços em Saúde	139		01	42		182
Técnico em Saúde – Auxiliar de Consultório Dentário	42			17		59
Técnico em Saúde – Protético Dentário	03					03
Técnico em Saúde – Técnico em Enfermagem	433			104		537
Técnico em Saúde – Técnico em Laboratório de Análises Clínicas	07					07
Técnico em Enfermagem					03	03
Total	760	00	03	163	03	929

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas e Folha de pagamento da SEMUS, janeiro de 2021

Tabela 14 - Quantitativo de servidores por vínculos e entes (nível fundamental)

Cargo	Municipal				Estadual	Federal	Total
	Efetivo	Efetivo/Comissionado	Função Gratificada	Contrato	Efetivo	Efetivo	
Agente Administrativo Educacional	02						02
Agente de Combate a Endemias	177						177
Agente Comunitário de Saúde	475		03				478
Agente de Manutenção	11						11

Agente de obras e Serviços	04						04
Agente de Saúde Pública					04		04
Auxiliar Administrativo	13	02					15
Auxiliar de Enfermagem					02		02
Auxiliar de Laboratório						01	01
Auxiliar de Serviços Gerais	15	01					16
Auxiliar de Serviços em Saúde					01		01
Auxiliar Saneamento						01	01
Auxiliar em Saúde - Auxiliar Administrativo	58	01					59
Auxiliar em Saúde - Auxiliar de Enfermagem	28						28
Auxiliar em Saúde - Auxiliar de Serviços em Saúde	27						27
Auxiliar em Saúde - Auxiliar de Serviços Gerais	98	01	03				102
Condutor de Lancha						01	01
Guarda de Endemias						04	04
Mecânico	03						03
Motorista	72				02		74
Operador de Máquinas Pesadas	01						01
Vigia	10						10
Total	994	00	05	03	11	1.013	

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas e Folha de pagamento da SEMUS, janeiro de 2021.

Dentre o quantitativo de servidores municipais temos também os servidores à disposição via convênio ou à disposição com ônus para o órgão de origem, à disposição com ônus ao órgão requisitante, cedido com ônus para o órgão de origem - mediante ressarcimento, mandato classista, Licença para Tratar de Interesse Particular (LIP), afastados os quais estão em Processo Administrativo Disciplinar - PAD, e servidores afastados para estudos, conforme tabela abaixo:

Tabela 15 - Quantitativo de servidores a disposição ou afastados por cargo

Cargo	A disposição	A disposição com ônus	Cedido com ônus para o órgão de origem mediante ressarcimento	Mandato Classista	LIP	Servidores afastados - PAD	Servidores afastados para estudos	Total
Agente Comunitário de Saúde					04	02		06
Agente de Combate às Endemias				01	01			02
Agente de Manutenção					01			01
Analista em Saúde/Assistente Social	01				01			02
Analista em Saúde/Biomédico	01							01
Analista em Saúde/Enfermeiro	04				07			11
Analista em Saúde/Farmacêutico/Bioquímico	01	01		02		01		05

Analista em Saúde /Fonoaudiólogo					01			01
Analista em Saúde /Fisioterapeuta		01		02	01			04
Analista em Saúde /Médico	02			01	15	02	01	21
Analista em Saúde /Médico Veterinário		01						01
Analista em Saúde - Nutricionista					01			01
Analista em Saúde /Odontólogo		01			01			02
Analista em Saúde /Psicólogo		01		01	02			04
Analista em Saúde /Terapeuta Ocupacional					01			01
Analista de Técnico-Administrativo	01							01
Assistente Administrativo		01						01
Auxiliar em Saúde/Auxiliar de Serviços em Saúde		03						03
Auxiliar em Saúde/Auxiliar de Serviços Gerais					01	01		02
Auxiliar de Serviços Gerais					01			01
Auxiliar em Saúde /Auxiliar Administrativo					01			01
Auxiliar Administrativo		01			01			02
Motorista		02			01			03
Psicólogo		01						01
Técnico em Saúde/ Assistente Administrativo		02			01	01		04
Técnico em Saúde /Assistente de Serviços em Saúde	01	04	01		02		01	09
Técnico em Saúde/ Técnico em Enfermagem		03			01	07		11
Técnico em Saúde /Técnico em Laboratório de Análises Clínicas	01							01
Vigia	02				01			03
Total	14	22	01	08	51	08	02	106

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas e Folha de pagamento da SEMUS, janeiro de 2021.

Tabela 16 - Quantitativo de servidores comissionados por cargo

Cargo	Quantidade
Assessor Executivo	01
Assessor Jurídico	02
Assessor Técnico II	01
Assistente de Gabinete I	01
Chefe da Assessoria Técnica e de Planejamento	01
Diretor	01

Gerente	02
Gerente de Gestão	01
Secretário Executivo	01
Secretária Municipal	01
Total	12

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas e Folha de pagamento da SEMUS, janeiro de 2021

Tabela 17 - Quantitativo de servidores requisitados comissionados por cargo

Cargo	Quantidade
Assessor Executivo I	01
Coordenador de Ações Estratégicas e Promoção à Saúde	01
Diretor	01
Gerente	03
Total	06

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas e Folha de pagamento da SEMUS, janeiro de 2021

Tabela 18 - Quantitativo de bolsistas por programa, projeto, núcleo ou ação

Programa/Projeto/Núcleos/Ações	Quantidade Bolsista
NUCOM	04
NUPEC	24
NUT	11
Palmas para Todos	102
PET Palmas	02
PIRS – Difusão	31
PIRS – Difusão Medicina	14
PIRS – Formação	141
PIRS – Formação Medicina	32
PMEPS	13
Preceptores ITPAC	04
Estudo Socioambiental	23
Qualifica RAVS	07
Total	408

Fonte: Programa Municipal de Bolsa de Estudo e Pesquisa para Educação pelo Trabalho/Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas e Sistema Prodata – Folha de Pagamento, janeiro de 2021.

Tabela 19 - Quantitativo de servidores bolsistas por programa ou projeto

Programa/Projeto	Quantidade Servidor/Bolsista
NUCOM	01
PET Palmas	01
Preceptores ITPAC	15
PIRS - Difusão	37
PIRS – Difusão Medicina	13
PMEPS	02
Total	69

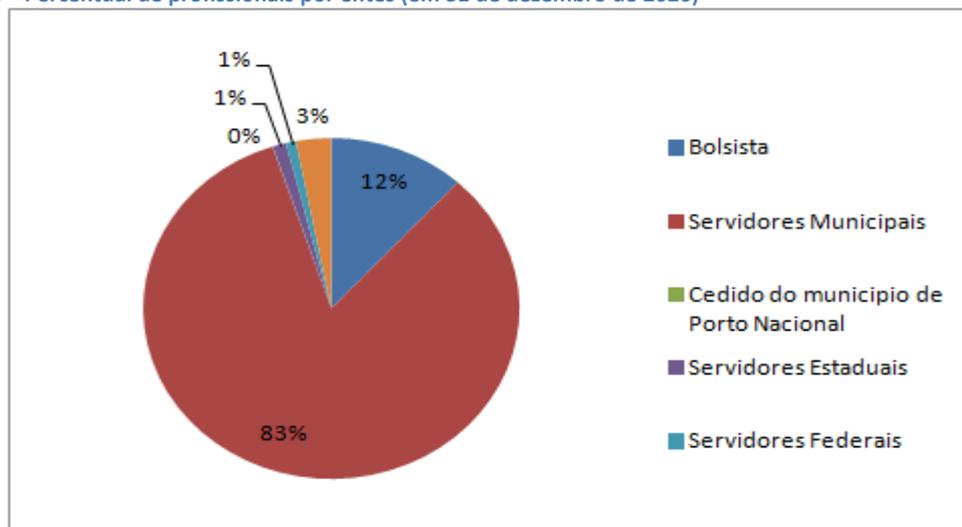
Fonte: Programa Municipal de Bolsa de Estudo e Pesquisa para Educação pelo Trabalho/Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas e Sistema Prodata – Folha de Pagamento, janeiro de 2021

Tabela 20 - Quantitativo de profissionais relacionados em outras categorias (estagiários, jovem empreendedor, médicos do programa Mais Médicos para o Brasil)

Função	Quantidade
Estagiário	45
Médico vinculado ao Programa Mais Médicos para o Brasil	17
Jovem Empreendedor	105

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas e Folha de pagamento da SEMUS, janeiro de 2021

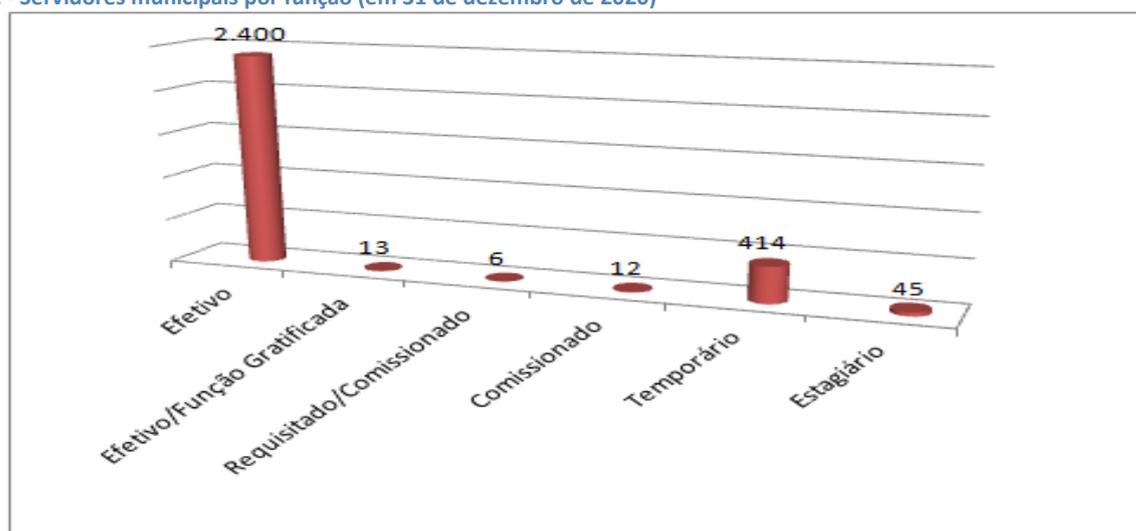
Gráfico 1 – Percentual de profissionais por entes (em 31 de dezembro de 2020)



Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas e Folha de pagamento da SEMUS, janeiro de 2021

Vale ressaltar que, dentre os servidores municipais, 2.400 são profissionais de carreira e 13 que exercem funções gratificadas - FG.

Gráfico 2 - Servidores municipais por função (em 31 de dezembro de 2020)



Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas e Folha de pagamento da SEMUS, janeiro de 2021.

Tabela 21 - Quantitativo geral de trabalhadores do SUS

	Efetivo	Efetivo/ Comissionado	Efetivo/Função Gratificada	Requisitado/ Comissionado	Comissionado	Contrato /Seleção	Estagiário	Bolsista	Total Geral
Bolsista	-	-	-	-	-	-	-	408	408
Servidores Municipais	2.400	-	13	06	12	414	45	-	2.890
Cedido do município de Porto Nacional	01	-	-	-	-	-	-	-	01
Servidores Estaduais	42	-	-	-	-	-	-	-	42
Servidores Federais	13	-	-	-	-	17	-	-	30
Jovem Empreendedor - RENAPSI	-	-	-	-	-	105	-	-	105
Total									3.476

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas e Folha de pagamento da SEMUS, janeiro de 2021.

7. DADOS DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2020

7.1 PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA DE INDICADORES

O pacto interfederativo dos indicadores conforme determinação da Resolução nº 08, de 24 de novembro de 2016, dispõe sobre o processo de Pactuação Interfederativa de indicadores para o período 2017-2021, relacionados a prioridades nacionais em saúde.

A pactuação tem a finalidade de reforçar as responsabilidades, de cada gestor com as necessidades de saúde da população no território, reconhecidas de forma tripartite além de fortalecer a integração dos instrumentos de planejamento no Sistema Único de Saúde (SUS).

Os instrumentos de planejamento referidos são o plano de saúde, a programação anual de saúde e o relatório de gestão, nos termos da Portaria GM/MS nº 2.135, de 25 de setembro de 2013.

São ao todo 21 indicadores universais, relacionados às diretrizes nacionais, ou seja, de pactuação comum e obrigatória e 02 indicadores específicos, de pactuação obrigatória levando em consideração as especificidades de cada território. Destes, o Indicador 07 (Número de casos autóctones de malária) embora seja monitorado pelo município de Palmas, não é pactuado, em razão da realidade epidemiológica dessa região de saúde.

Todos os indicadores pactuados serão apurados e avaliados anualmente e seus resultados comporão o Relatório Anual de Gestão, a ser enviado ao Conselho de Saúde até 30 de março do ano subsequente ao da execução financeira, conforme artigo 36, § 1º da Lei Complementar nº 141/2012.

Tabela 22 - Resultados dos indicadores da Pactuação Interfederativa dos Indicadores para o ano de 2020

Nº	Indicador	Meta Pactuada 2020	Resultados Alcançados			Und.	Considerações
			1º Quad	2º Quad	3º Quad		
1	U Taxa mortalidade prematura (30 a 69) pelo conjunto das 4 principais DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	206,1/100 mil	160,0/100 mil	167,51/100 mil	237,9/100 mil	taxa	Indicador não alcançado. As DCNTs (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas) são consideradas fatores de risco para o COVID-19. A pandemia prejudicou consideravelmente o acompanhamento das doenças crônicas, dentre os quais o receio do paciente em procurar as unidades de saúde. Essa realidade ainda pode se refletir em vários anos, sendo um grande desafio para os serviços de saúde, mesmo com o controle da transmissão do COVID-19 com a vacina. Dados obtidos em 20/01/2021 e de forma acumulada (262 óbitos/110.137 habitantes com a faixa etária de 30 a 69 anos).
2	U Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49) anos investigados	95	100	94,2	86	%	Ocorreram 81 óbitos no ano de 2020, destes 70 o que representa 86% tiveram a investigação concluída. Somente no 3º quadrimestre/2020 foram 29 óbitos, sendo que 18 (62%) já tiveram investigação concluída e 11 (38%) estão em processo de investigação. Contudo, ressaltamos que esse indicador apresenta dados parciais considerando que a investigação de óbito tem prazo de 120 dias após a data do óbito para ser concluída. Desta forma a meta pactuação será atingida obedecendo o prazo final de investigação. Dado atualizado em 20/01/21.
3	U Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	95	96,6	98,4	98,15	%	Ocorreram 1.356 óbitos de pessoas residentes em Palmas/TO, desses 1.331 (98,15%) estão com Causa Básica de Óbito bem definida. Indicador alcançado. Ressaltamos que este dado pode ser alterado, considerando que de acordo com o Ministério da Saúde o prazo final para fechamento do banco de dados (óbitos em processo em processo de investigação) é de dois anos. Dado atualizado em 20/01/2021.
4	U Proporção de vacinas selecionadas do Calendário nacional de Vacinação para Criança menores de dois anos de idade - Pentavalente (3º dose), Pneumocócica 10-valente (2º dose), Poliomielite (3º dose), Tríplice viral (1 dose) com cobertura vacinal preconizada.	75	0,00	0,00	0,00	%	Indicador não atingido. Foi constatado que a pandemia do COVID-19 gerou uma menor procura da população pelos serviços de vacinação. O valor alcançado de cada vacina deste indicador são: Pentavalente: 93,2%, Pneumocócica 10-valente: 91,0%, Poliomielite: 85,2%, Tríplice viral: 80,2%. Contudo, para o alcance do indicador o percentual de cada vacina deverá de no mínimo 95%. A Secretaria tem buscado estratégia como: Registrar todas as doses aplicadas no Sistema de Informação E-sus AB; Desenvolvimento de estratégias e implementação de ações de educação, comunicação e mobilização social; Promoção e execução da educação permanente em seu âmbito de atuação; Dados atualizados em 27/01/2021.
5	U Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata	85	91,3	100	100	%	Indicador alcançado. No 3º quadrimestre/2020 houve uma notificação de DNCI e a mesma foi investigada em tempo oportuno. Dados obtidos em 20/01.

		(DNCI) encerradas em até 60 dias após notificação						
6	U	Proporção de cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	88	84,85	91	90	%	Indicador Alcançado. O indicador teve elevação positiva quando comparado com o ano anterior, permitindo alcance da meta proposta pelo instrumento de pactuação em questão. Vale ressaltar que esse é um indicador de extrema relevância epidemiológica, dado sua capacidade de mostrar a efetividade do tratamento proposto para os casos novos. O dado é cumulativo e representa uma coorte com 651 pacientes dos quais 586 evoluíram para cura. Dado atualizado em 20/01/21.
7	E	Número de casos autóctones de malária	0	0	0	0	NºAbs	Indicador alcançado. Houveram 6 casos importados de malária ao longo do ano de 2020. As ações voltadas para o diagnóstico, tratamento e bloqueio realizados pelo município foram suficientes para não resultar em casos autóctones no quadrimestre avaliado. Dado atualizado em 20/01.
8	U	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	49	5	10	19	NºAbs	Indicador alcançado. Indicador de polaridade quanto menor melhor. As constantes capacitações em testagem rápida e aprimoramento do manejo para os profissionais da rede de saúde, contribuíram diretamente no diagnóstico precoce e a implementação da terapêutica adequada e acompanhamento de cada gestante diagnosticada com sífilis gestacional. Condutas estas que refletem diretamente da não ocorrência de sífilis congênita.
9	U	Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos	0	0	0	0	Nº Abs	Indicador alcançado. A gestão aumentou a testagem durante o pré-natal, acompanhamento adequado da gestante e fornecimento da fórmula infantil para crianças expostas. Dados extraídos no dia 20/01/2021.
10	U	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	100	115,7	125	125	%	Indicador alcançado. Foi obtido a média anual de 122%. Os principais fatores que justificam o alcance acima da meta foram: otimização na rotina de trabalho, equipe técnica qualificada e utilização racional dos insumos.
11	U	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	0,70	0,25	0,30	0,39	Razão	Indicador não alcançado. Dados parciais. Os dados do segundo quadrimestre foram atualizados para inclusão das informações dos meses de julho e agosto. Os dados apresentados referem-se aos meses de setembro e novembro (a competência de dezembro não estava disponibilizada pelo DATASUS no momento do fechamento do banco). Sendo um total de 1.030 citologias. Se avaliado o dado acumulado tem-se um total de 7.829 coletas de citologia realizadas de janeiro a novembro de 2020. A meta alcançada até o momento representa 55,7% do indicador. Ressaltamos que a pandemia contribuiu para o não alcance deste indicador. A Secretaria tem buscado estratégia como: Realizar o diagnóstico de área a fim de conhecer a população feminina de abrangência na faixa etária de 25 a

							64 anos; Reunir os agentes comunitários de saúde para busca ativa por meio da visita domiciliar, objetivando o mapeamento da área e identificação da quantidade de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos e que nunca realizaram o exame preventivo ou que não realizam a mais de 3 anos; Capacitar todos os profissionais atuantes nas UBS quanto ao conhecimento do Programa Nacional do Controle do Câncer do Colo do Útero; Realizar o diagnóstico de área a fim de conhecer a realidade da população feminina que iniciaram a atividade sexual, dentre outras. (Fonte: DATASUS, dia 20/01/2021)	
12	U	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população de determinado local e população da mesma faixa etária	0,48	0,12	0,13	0,22	Razão	Indicador não alcançado. Dados parciais. Os dados do segundo trimestre foram atualizados para inclusão das competências de julho e agosto. Os dados do 3º trimestre referem-se aos meses de setembro e novembro (a competência de dezembro não estava disponibilizada pelo DATASUS no momento do fechamento do banco). Quanto a análise desta constatamos que o quantitativo de mamografias por atendimento constantes na base nacional, é de 465 exames nos meses de setembro e novembro. Se avaliado dado acumulado (janeiro a novembro/2020) tem-se um total de 1.150 mamografias. A meta alcançada até o momento representa 45,8%. Ressaltamos que a pandemia contribuiu para o não alcance deste indicador A Secretaria tem buscado estratégia como: Capacitar todos os profissionais atuantes nas UBS quanto ao conhecimento do Programa Nacional de Controle do Câncer de Mama; Realizar buscar ativa das mulheres na faixa etária preconizada pelo Ministério da Saúde para que sejam submetidas ao exame de mamografia; Implementar o Projeto Terapêutico Singular (PTS) às mulheres que apresentam resistência à realização do exame de mamografia (Fonte: DATASUS, dia 20/01/2021).
13	U	Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar	41,2	41,6	43,2	42,2	%	Indicador não alcançado. É importante salientar que este indicador recebe influências de diversos fatores socioeconômicos, culturais e sociais que determinam a escolha do tipo de parto pela gestante. No contexto atual da pandemia pelo COVID 19, permanece a parceria entre Hospital Maternidade Dona Regina e a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), dando continuidade à vinculação da gestante da Atenção Primária a Maternidade de Referência, alterando-se o formato do curso de visita Guiada e preparação ao parto para cursos online. Os dados do terceiro trimestre são cumulativos e referem-se a 2.195 nascidos vivos de parto normal para um total de 5.206 nascidos vivos. Dados obtidos em 20/01/2021.
14	U	Proporção de gravidez na adolescência de 10 a 19 anos	12	12,2	12,3	11,4	%	Indicador alcançado. Trata-se de um indicador de saúde que reflete as condições de vulnerabilidade social nesta faixa etária. Neste sentido a SEMUS monitora o novo projeto de acompanhamento e assistência no âmbito da Saúde Sexual e Reprodutiva das Adolescentes do município de Palmas/TO, cujo processo encontra-se já implantado, sendo uma ferramenta prioritária na saúde e reprodutiva das adolescentes do município. Os dados do trimestre estão acumulados e

								correspondem a 593 nascidos vivos de mães adolescentes para 5.206 nascidos vivos. Dados obtidos em 20/01/2021.
15	U	Taxa de mortalidade infantil	12	13,0	11,4	11,5	Taxa	Indicador alcançado. É importante ressaltar que este indicador está diretamente relacionado às condições de vida da população: situação epidemiológica, culturais e sociais, que determinam a vulnerabilidade em que estas crianças estão expostas. Neste sentido, encontra-se em fase de validação do novo Protocolo de Puericultura que permitirá a orientação no cuidado da criança para os profissionais de Atenção Primária à Saúde do município de Palmas/TO. Os dados são cumulativos e representam 60 óbitos para 5.206 nascidos vivos. Os dados foram obtidos em 20/01/2021.
16	U	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	0	1	1	0	NºAbs	Indicador não alcançado. Ao longo do ano de 2020 ocorreram 2 óbitos, sendo 1 no primeiro quadrimestre de causa indeterminada e outro no segundo quadrimestre que se refere a uma puérpera diagnosticada por Covid 19. Todos foram investigados para uma posterior discussão pelo grupo de óbitos do município de Palmas/TO. No terceiro quadrimestre não houve ocorrência de óbitos maternos. Neste período se construiu uma Nota Técnica embasada pelas normas do Ministério da Saúde, sobre o fluxo de agendamento de Teste de Covid 19 para gestante e puérperas direcionado aos profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde. Os dados são absolutos e não cumulativos. Dados obtidos em 20/01/2021.
17	U	Cobertura populacional estimada pelas Equipes de Atenção Básica.	100	100	100	100	%	Indicador alcançado. Onde a gestão utilizou as seguintes estratégias: equipes completas e em pleno funcionamento, ofertando serviços no âmbito da atenção básica, mesmo com as dificuldades impostas pelo afastamento de profissionais com comorbidades em resposta ao COVID-19. Dados disponíveis no eGestor de janeiro até outubro, acesso em 20/01/2021.
18	U	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família.	75,56	27,04	48,43	49,87	%	O indicador não alcançado. O município de Palmas/TO atingiu na 2ª Vigência (julho a dezembro) um percentual de acompanhamento de 49,87%. O não cumprimento da meta estipulada deve-se ao acompanhamento prioritário em razão da pandemia das gestantes juntamente com Pré-Natal, conforme Nota Técnica Nº11/2020-CGPROFI/DEPROS/SAPS/MS. Ademais de acordo com a Portaria GM nº443, de 17 de julho de 2020 do Ministério da Cidadania, estabelece medidas emergenciais na Gestão do Programa Bolsa Família, dessa forma o acompanhamento das condicionalidades de saúde dos demais beneficiários foi temporariamente descontinuada.
19	U	Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal.	100	99,9	100	100	%	A última data de mensuração do dado pelo MS foi em outubro de 2020, nessa data a cobertura estava em 100% (e- Gestor, competência outubro de 2020, acesso 20/01/2021). Essa cobertura corresponde a 75 Equipes de Saúde Bucal e 19,25 Equipes Equivalentes de Saúde Bucal. A gestão não tem medido esforço para manter os profissionais, bem como a respectiva estrutura para as equipes de saúde bucal na rede de atenção do município de Palmas/TO. Dados obtidos em

20/01/2021

20	U	Percentual de municípios que realizam no mínimo 6 grupos de ações de vigilância sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	-	-	-	-	%	Indicador excluído pela Resolução CIT 45/2019.
21	E	Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	100	0	0	0	%	Não foi possível realizar matriciamentos de forma presencial, em razão da pandemia do COVID 19, e as medidas preventivas sugeridas pela Organização Mundial de Saúde - OMS para evitar a proliferação do vírus, tais como: aglomerações.
22	U	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	04	0	0	0	Nº Abs	Indicador não alcançado. Tendo em vista o Decreto 1.856, de 14 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no município de Palmas/TO e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19 e ainda a Portaria Nº 313 DET.SEMUS/GA/ASSEX/GGPPF, de 18 de março de 2020 em seu art 2º: determina a suspensão das visitas domiciliares e reuniões dos grupos operativos.
23	U	Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	98	99,05	99,09	99,56	%	Indicador alcançado. Contudo não foi possível atingir 100% de preenchimento porque há 5 casos notificados em Palmas/TO de pacientes que residem em outros municípios e cujas notificações não podem ser qualificadas a partir dos nossos monitores, visto que foi habilitado fluxo de retorno ao município de residência do paciente.

7.2 - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – PQA-VS/2020

Tabela 23 - Resultado das metas do PQAVS para o ano de 2020

	Meta	Indicador	Valor Pactuado	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Considerações
1	90% de registros de óbitos alimentados no SIM até 60 dias após o final do mês de ocorrência.	Proporção de registros de óbitos alimentados no SIM em relação ao estimado, recebidos na base federal em até 60 dias após o final do mês de ocorrência.	90%	104,2%	105%	116%	Indicador alcançado. Houve o aumento de óbitos por COVID 19. Impactando diretamente no alcance do indicador. A gestão tem adotado as seguintes estratégias: fluxo de recolhimento das declarações de óbito que é seguido de forma adequada, a quantidade e a qualificação dos profissionais que trabalham na vigilância do óbito. Dados obtidos em 21/01/2021.
2	90% de registros de nascidos vivos alimentados no Sinasc até 60 dias após o final do mês de ocorrência.	Proporção de registros de nascidos vivos alimentados no Sinasc em relação ao estimado, recebidos na base federal até 60 dias após o final do mês de ocorrência.	90%	94,1%	91,4%	93%	Indicador alcançado. Foram estimados 5.335 nascimentos e nasceram 4.994 crianças. Houve uma queda de nascimentos nos meses de julho a outubro, provavelmente pelo impacto da pandemia. Dados obtidos em 21/01/2021.
3	80% de salas de vacina com alimentação mensal das doses de vacinas aplicadas e da movimentação mensal de imunobiológicos, no sistema oficial de informação do Programa Nacional de Imunizações de dados individualizados, por residência.	Proporção de salas de vacina com alimentação mensal das doses de vacinas aplicadas e da movimentação mensal de imunobiológicos, no sistema oficial de informação do Programa Nacional de Imunizações de dados individualizados, por residência.	80%	96,5%	92,3%	92,3%	Indicador alcançado. Atualmente as salas de vacina realizam a movimentação mensal dos imunobiológicos no SIPNI e o registro das doses aplicadas no sistema eSUS-AB, conforme orientação do Ministério da Saúde. Os dados de doses aplicadas dos imunobiológicos são exportados para o SIPNI pelo Ministério da Saúde, onde o município consegue extrair relatórios de cobertura vacinal e doses aplicadas. Dados obtidos em 27/01/2021.
4	100% das vacinas selecionadas com cobertura vacinal de 95% de crianças menores de 1 ano de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) - e para crianças de 1 ano de idade - Tríplice viral (1ª dose).	Proporção de vacinas selecionadas que compõem o Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 1 ano de idade (Pentavalente - 3ª dose, Poliomielite - 3ª dose, Pneumocócica 10 valente - 2ª dose) e para crianças de 1 ano de idade (tríplice viral - 1ª dose) - com coberturas vacinais preconizadas.	100%	0,00%	0,00%	0,00%	Indicador não atingido. Foi constatado que a pandemia do COVID-19 gerou uma menor procura da população pelos serviços de vacinação. O valor alcançado de cada vacina deste indicador são: Pentavalente: 93,2%, Pneumocócica 10-valente: 91,0%, Poliomielite: 85,2%, Tríplice viral: 80,2%. Contudo, para o alcance do indicador o percentual de cada vacina deverá de no mínimo 95%. A Secretaria tem buscado estratégia como: Registrar todas as doses aplicadas no Sistema de Informação E-sus AB; Desenvolvimento de estratégias e implementação de ações de educação, comunicação e mobilização social; Promoção e execução da educação permanente em seu âmbito de atuação; Dados atualizados em 27/01/2021.

5	75% do número de análises obrigatórias realizadas para o residual de agente desinfetante.	Percentual de amostras analisadas para o residual de agente desinfetante em água para consumo humano (parâmetro: cloro residual livre, cloro residual combinado ou dióxido de cloro).	75%	115,7 %	125%	125%	Indicador alcançado. Foi obtido a média anual de 121,9%. Os principais fatores que contribuíram para o alcance da meta: otimização na rotina de trabalho, equipe técnica qualificada e utilização racional dos insumos.
6	80% de casos das doenças de notificação compulsória imediata registrados no Sinan encerradas em até 60 dias, a partir da data de notificação.	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata nacional (DNCl) encerrados em até 60 dias após notificação	80%	91,3%	100%	100%	Indicador alcançado. No terceiro quadrimestre houve uma notificação de DNCl e a mesma foi investigada em tempo oportuno. Dados obtidos em 20/01/2021.
7	70% dos casos de malária com tratamento iniciado em tempo oportuno (até 48 horas a partir do início dos sintomas para os casos autóctones e em até 96 horas a partir do início dos sintomas para os casos importados).	Proporção de casos de malária que iniciaram tratamento em tempo oportuno.	70%	0%	0%	0%	Indicador não alcançado. Devido os casos ser de origem importada (de outras localidades) e já chegam no município de Palmas/TO os mesmos são notificados após o tempo indicado para iniciar o tratamento (até 48 horas a partir do início dos sintomas). Dados obtidos em 20/01/2021.
8	4 ciclos de visita domiciliar, dos 6 preconizados, com mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	4	0	0	0	Indicador não alcançado. Tendo em vista o Decreto 1.856, de 14 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no município de Palmas/TO e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19 e ainda a Portaria Nº 313 DET.SEMUS/GA/ASSEX/GGPPF, de 18 de março de 2020 em seu art 2º: determina a suspensão das visitas domiciliares e reuniões dos grupos operativos.
9	82% dos contatos dos casos novos de hanseníase, nos anos das coortes, examinados.	Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	82%	94,0%	91,6%	91,6%	Indicador alcançado. As principais causas que contribuíram para o alcance do indicador foram: acompanhamento dos pacientes em tratamento, monitoramento dos contatos não avaliados, combinados a assistência integral do paciente com hanseníase, os quais foram capazes de otimizar os números ao fechamento da coorte de 2020 no terceiro quadrimestre. Foram 1.350 contatos avaliados de um total de 1.473, os dados são apresentados de forma cumulativa e foram atualizados em 02/01/2021.
10	70% dos contatos dos casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial examinados.	Proporção de contatos examinados de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	70%	100%	100%	74,6%	Indicador alcançado. As principais causas que contribuíram para o alcance do indicador foram: acompanhamento dos pacientes em tratamento, monitoramento dos contatos não avaliados, combinados a assistência integral do paciente com tuberculose, possibilitando otimizar os números ao fechamento da coorte de 2020 no terceiro quadrimestre.

							Foram 47 contatos avaliados de um total de 63, os dados são apresentados de forma cumulativa e foram atualizados em 02/01/2021.
11	Realizar no mínimo 02 de testes de sífilis por gestante anualmente, até 2021.	Número de testes de sífilis por gestante.	2	1,7	1,7	1,9	Indicador parcialmente alcançado. O mês de dezembro ainda não está disponível. Além disso, um problema importante é que o DATASUS não está computando os testes rápidos realizados na atenção primária. O Ministério da Saúde está ciente, porém até o momento não apresentou uma solução. Palmas/TO vem investindo muito esforço na adoção do teste rápido, se o mesmo tivessem sendo computado, certamente atingiríamos a meta. Foram 5.855 testes computados para 3.150 gestantes registrada. Dados obtidos do DATASUS em 02/01/2021.
12	15% de ampliação no número de testes de HIV realizados em relação ao ano anterior.	Número de testes de HIV realizado.	19.147	4.088	8.645	12.443	Indicador parcialmente alcançado. O mês de dezembro ainda não está disponível. Além disso, um problema importante é que o DATASUS não está computando os testes rápidos realizados na atenção primária. O Ministério da Saúde está ciente, porém até o momento não apresentou uma solução. Palmas/TO vem investindo muito esforço na adoção do teste rápido, se o mesmo tivessem sendo computado, certamente atingiremos a meta. Dados obtidos do DATASUS em 02/01/2021.
13	95% das notificações de agravos relacionados ao trabalho com o campo "Ocupação" preenchido de acordo com o código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).	Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	99,05%	99,09%	99,56%	99,56%	Indicador alcançado, contudo, não foi possível atingir 100% de preenchimento porque há 5 casos notificados em Palmas/TO de pacientes que residem em outros municípios e cujas notificações não podem ser qualificadas a partir dos nossos monitores, visto que foi habilitado fluxo de retorno ao município de residência dos pacientes a partir dos nossos monitores. Dados obtidos em 20/01/2021.
14	95% de notificações de violência interpessoal e autoprovocada com o campo raça/cor preenchido com informação válida.	Proporção de notificações de violência interpessoal e autoprovocada com o campo raça/cor preenchido com informação válida.	95%	97,78%	100%	100%	Foi possível alcançar o indicador pactuado devido a qualificação da ficha de notificação de violência interpessoal/autoprovocada feita rotineiramente no processo de trabalho.

7.3 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

7.3.1 LISTA DE CÓDIGOS DAS FONTES DOS RECURSOS

Quadro 2 - Códigos das fontes de recursos

Código da Fonte	Especificação
0010.00.040	Recursos Próprios
0101	Recursos de Cessão Onerosa
0102	Transferência Especial da União (Emenda Parlamentar Federal)
0104	Auxílio Financeiro LC 173/2020
1002	Transferência Estado (Emenda Parlamentar Estadual)
0040	ASPS – Ações de Serviços Públicos em Saúde – 15%
0400	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde
0401	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
0440	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS Estado / Farmácia Básica
0441	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS Estado UPAs/SAMU
0442	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS Estado - MAC/CAPs/Vigilância em Saúde
0450	Outras Receitas destinadas à Saúde – Taxas da Vigilância Sanitária
0451	Outras Receitas destinadas à Saúde - Recursos do Petróleo FEP;
0498	Transferência de Convênios destinados a Programa de Saúde.

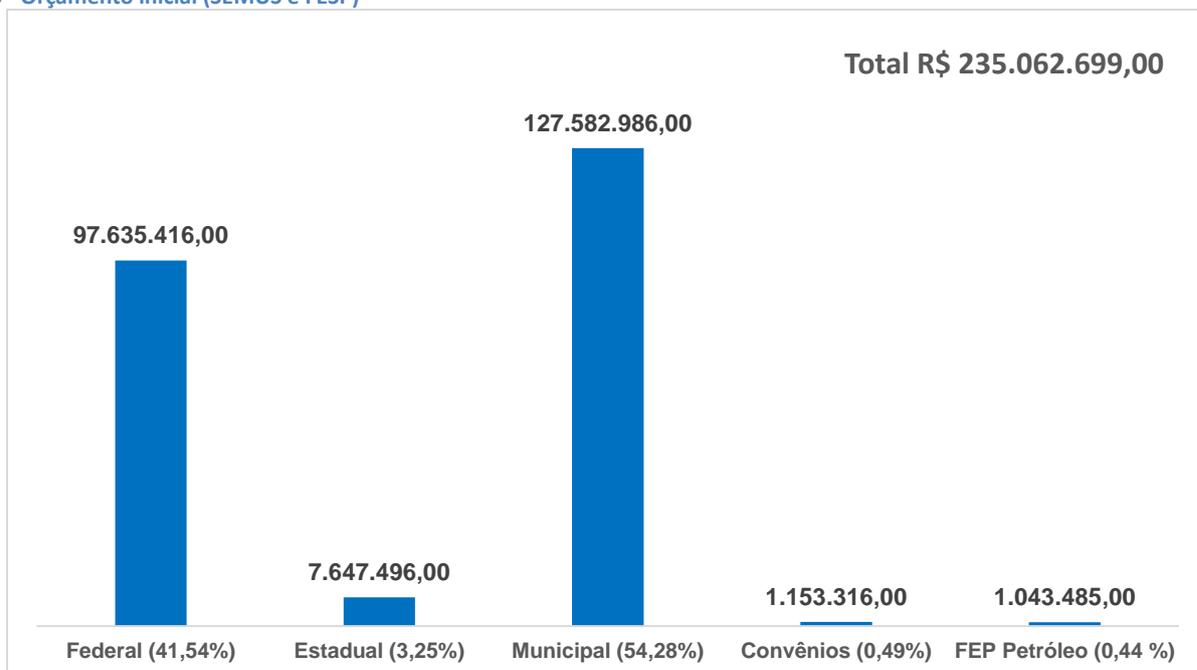
Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins / Sistema Prodata/Orçamento

7.3.2 DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS

ORÇAMENTO INICIAL (SEMUS e FESP)

Para o exercício de 2020 foi previsto o orçamento inicial total à ser executado pelas Unidades Gestoras 8600 e 9500 para a execução das ações e serviços de saúde no Município de Palmas – TO o montante de R\$ 235.062.699,00 (duzentos e trinta e cinco milhões, sessenta e dois mil e seiscentos e noventa e nove reais), distribuídos da seguinte forma: o ente municipal previsto como o maior investidor correspondendo a 54,28%, seguido do federal com 41,54%, em terceiro lugar o estadual equivalente a 3,25%, convênios em 0,49% e por fim o recurso FEP Petróleo 0,44%, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Orçamento inicial (SEMUS e FESP)



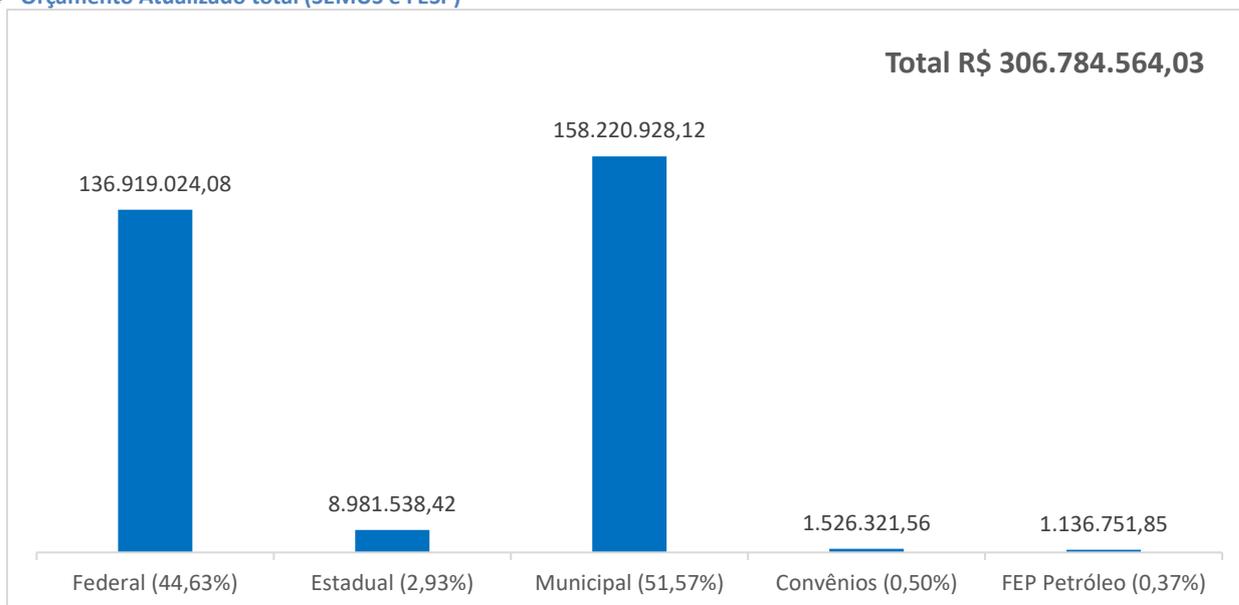
Fonte: Sistema Prodata/Orçamento/janeiro de 2021

Em comparação com o orçamento total do ano anterior (2019) houve um acréscimo de 3,38%. Todavia, para uma melhor compreensão apresentamos também a comparação por entes os quais apresentaram acréscimo e/ou retração: Federal (+1,61%), Estadual (-8,54), Municipal (+9,22%), Convênios (-77,63%) e FEP Petróleo (+8,52%).

ORÇAMENTO ATUALIZADO (SEMUS e FESP)

Ressaltamos que o orçamento inicial sofreu alterações abertura de créditos adicionais suplementares por meio de superávit do exercício anterior (saldos bancários em contas de 31/12/2019), após honrar todos os compromissos com as despesas empenhadas no período, inclusive os restos a pagar. Foi realizada também transposição de saldos financeiros da fonte 0400 nos termos da Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020. Também houve ingresso de recursos provenientes da cessão onerosa (leilão do pré-sal) para fins de investimento, bem como abertura de crédito extraordinário, através da Medida Provisória nº 3 de 22 de março de 2020, no valor de R\$ 26.387.993,00 para fins de combate à pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e excesso de arrecadação nas fontes (0040, 0401) e novas receitas nas fontes, 0101, 0102, 0104 e 1002, entre outras alterações.

Gráfico 4 - Orçamento Atualizado total (SEMUS e FESP)



Fonte: Sistema de Orçamento/Prodata – janeiro 2021

7.3.3 DEMONSTRATIVOS DE RECEITAS

As receitas são centralizadas no Fundo Municipal de Saúde (FMS), conforme determina a Lei Complementar nº 141, 13 de janeiro de 2012, e demais normas do Sistema Único de Saúde (SUS), e os recursos do FMS foram e são destinados, exclusivamente, ao financiamento de ações e serviços públicos de saúde.

Ressaltamos que FMS é a Unidade Orçamentária e Gestora - 3200, portanto é o gestor financeiro dos recursos destinados ao SUS no âmbito do município de Palmas/TO, e por sua vez as despesas são executadas por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Gestora Responsável e Executora - 8600) e da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (Unidade Gestora Executora - 9500).

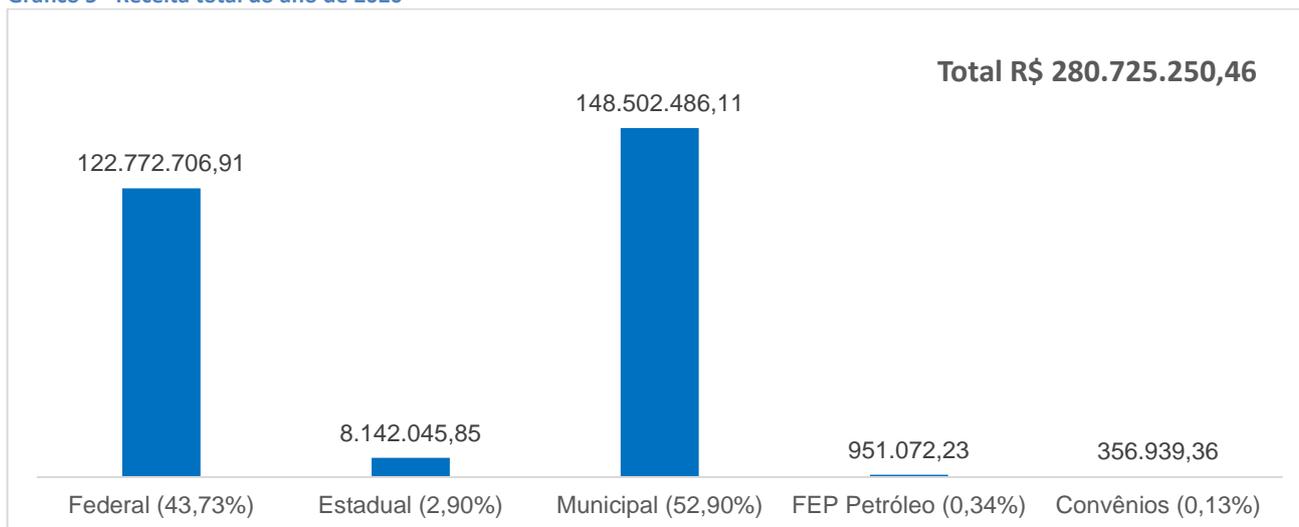
Abaixo apresentamos as receitas arrecadadas no ano 2020. As receitas aqui apresentadas referem-se aos rendimentos o período, receita arrecadada, cota recebida da unidade Tesouro Municipal e o direito a receber da unidade Tesouro Municipal (recurso financeiro a ser repassado em 2021 para arcar com as despesas inscritas em restos a pagar processadas de não processadas de 2020 e ano anterior (2019).

Tabela 24 - Receita total de 2020

Bloco de Financiamento	Federal		Estadual		Municipal		FEP/Petróleo		Convênios		Total - R\$
	Receita/Cota/direito	Rend	Receita	Rend	Receita/Cota/direito	Rend	Receita/Cota/direit	Rend	Receita/Cota/direito	Rend	
Bloco de Estruturação (Investimento) da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Fonte 0400)	842.703,00	19.063,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	861.766,44
Bloco de Manutenção (Custeio) das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Atenção Básica, Média e Alta Complexidade Assistência Farmacêutica, Vigilância em Saúde e Gestão do SUS (Fonte 0401)	96.556.345,23	56.666,06	7.551.335,18	10.495,26		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.174.841,73
Enfrentamento ao COVID - 19 (Fonte 040100777)	18.504.032,61	6.902,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.510.935,47
Emenda Parlamentar - Bancada Impositiva COVID 19 (Fonte 040100777)	1.591.944,00	165,45								0,00	1.592.109,45
Emenda Parlamentar União (Fonte 0102)	1.400.000,00	1.638,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.401.638,80
LC 173/2020 (Fonte 0104)	3.122.428,69	70,49	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.122.499,18
Cessão Onerosa (0101)	670.746,28	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	670.746,28
ASPS 15% (Fonte 0040)		0,00	0,00	0,00	103.681.920,35	36.998,87	0,00	0,00	0,00	0,00	103.718.919,22
Recursos Próprios - (Fonte 0010)		0,00	0,00	0,00	42.453.264,32	28.730,34	0,00	0,00	0,00	0,00	42.481.994,66
Outras Receitas destinadas à Saúde – Taxas da Vigilância Sanitária (Fonte 0450)		0,00	0,00	0,00	2.299.215,85	2.356,38	0,00	0,00	0,00	0,00	2.301.572,23
Emenda Parlamentar Estadual (1002)		0,00	580.000,00	215,41			0,00	0,00	0,00	0,00	580.215,41
Fundo Especial do Petróleo – FEP (Fonte 0451)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	950.082,60	989,63	0,00	0,00	951.072,23
Convênios (Fonte 0498)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.605,46	10.333,90	356.939,36
Total - R\$	122.688.199,81	84.507,10	8.131.335,18	10.710,67	148.434.400,62	68.085,59	950.082,60	989,63	348.580,73	10.333,90	280.725.250,46

Fonte: Sistema Prodata/Orçamento/janeiro/2021 - Legenda : Rend (Rendimentos)Obs.: O direito inscrito Recursos Próprios - (Fonte 0010) foi no valor de R4 10.174.442,49, são para cobertura das despesas inscritas em restos a pagar de 2020 e anos anteriores, sendo: R\$ 9.853.454,00 (2020) e R\$ 320.988,49 (2019) -

Gráfico 5 - Receita total do ano de 2020



Fonte: Sistema Prodata/Orçamento/janeiro/2021

Em análise aos dados apresentados na tabela e gráficos acima, constatamos que no ano de 2020 foi repassado ao FMS de Palmas/TO, o montante de R\$ 280.725.250,46 (Duzentos e oitenta milhões, setecentos e vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos). Entre a previsão inicial o total arrecadado houve um excesso de aproximadamente 19%, o que contribuiu sobremaneira para a execução das ações e serviços de saúde, cujo resultados poderão ser observados nos Relatórios das UGs: 8600 e 9500.

Assim como nos anos anteriores o ente Municipal foi o maior financiador com o percentual de 52,90%, seguindo do Federal que repassou 43,73%. Também seguindo a mesma lógica do exercício anterior vem 2,90% do Estado de repasses regulares. Após vem 0,34% do FEP Petróleo e por fim Convênios com 0,13%).

Receita Municipal

Fonte 0040 (ASPS - Ação e Serviços Públicos de Saúde – 15%) a receita prevista para o ano de era de R\$ 100.883.100,00 e o total arrecadado foi de R\$ 103.718.919,22, portanto excesso de 2,81%.

Fonte 0010 (Recursos Próprios), a previsão anual era de R\$ 24.082.486,00, e a receita foi de R\$ 42.481.994,66, um acréscimo de aproximadamente 76,40%. Sobretudo para o enfrentamento ao COVID 19.

Fonte 0450 (Taxas da Vigilância Sanitária), a previsão era de R\$ 2.617.400,00 e a arrecadação foi de R\$ 2.301.572,23, configurando uma retração de 12,07%.

Receita Federal

Fonte 0401 Bloco de Manutenção (Custeio) das Ações e Serviços Públicos de Saúde), recursos do SUS repassados do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de

Palmas/TO, os quais devem ser respeitados o seu bloco de financiamento, grupo e ação da origem dos recursos, considerando que são destinados ao custeio das ações/serviços da Atenção Básica, Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial, Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica, Gestão do SUS. O montante de recurso previsto para o período era de R\$ 94.202.936,00 e a receita arrecadada foi de R\$ 96.610.211,29, um excesso de 2,56%, decorrente da implantação do Programa Previne Brasil no ano de 2020, quando foram repassados incentivos financeiros para o período de transição do programa.

Ocorre que em março/2020 foi declarado pandemia do novo coronavírus (COVID 19) e para o enfrentamento da emergência de Saúde (COVID 19) o Fundo Nacional de Saúde repassou fundo a fundo o R\$ 18.504.032,61, conforme tabela abaixo. E R\$ 6.902,86 foram os rendimentos bancários dos recursos do COVID 19.

Quadro 3 - Recursos extraordinários para enfrentamento a COVID-19

PORTARIA	VALOR R\$	PROGRAMAÇÃO/AÇÃO
Portaria GM nº 480, de 23 de março de 2020	846.315,26	Enfrentamento ao COVID 19
Portaria GM nº 430, de 19 de março de 2020	90.000,00	Apoiar o funcionamento em horário estendido das Unidades de Saúde da Família (USF)
Portaria GM nº 774, de 09 de abril de 2020	4.121.168,34	Custeio APS e MAC (COVID 19)
Portaria GM nº 2.222, de 25 de agosto de 2020	497.145,00	Apoio à gestação, pré natal e puerpério
Portaria GM nº 2.405, de 16 de setembro de 2020	556.160,00	Fortalecimento das equipes e serviços da APS
Portaria GM nº 2.358, de 02 de setembro de 2020	450.000,00	Rastreamento e monitoramento de contatos de casos de COVID 19
Portaria GM nº 2.516, de 21 de setembro de 2020	937.265,76	Medicamentos da saúde mental
Portaria GM nº 1.797, de 21 de julho de 2020	660.000,00	Custeio dos centros 406 Norte, 1304 sul e Eugênio Pinheiro
Portaria GM nº 1.857, de 28 de junho de 2020	336.652,00	Apoio as escolas públicas da rede básica de ensino.
Portaria GM nº 1.666, de 1º de julho de 2020	7.207.704,00	Enfrentamento ao COVID 19
Portaria GM nº 2.624, de 28 de setembro de 2020	1.000.000,00	Execução das ações da vigilância
Portaria GM nº 2.782, de 14 de outubro de 2020	800.000,00	Programa de imunização
Portaria GM nº 1.975, de 06 de agosto de 2020	320.000,00	Custeio referente ao Centro de Atendimento - José Hermes
Portaria GM nº 2.994, de 29 de outubro de 2020	387.125,00	Atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde
Portaria GM nº 3.008, de 04 de novembro de 2020	156.411,00	74 x 1.931 equipes de Saúde Bucal = 142.894,00 e R\$ 13.517,00 CEO tipo 3.
Portaria GM nº 3.350, de 8 de dezembro de 2020	138.086,25	Desenvolvimento de ações no âmbito dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial sendo R\$ 105.000,00 para o CAPS AD III e R\$ 33.086,25 e CAPS II.
	18.504.032,61	

Também foram repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, por meio do gerenciamento de objetos e propostas, a Emenda Parlamentar de nº 71280014 no valor de R\$ 1.591.944,00, a qual teve de rendimentos bancários de R\$ 165,45.

Deste modo o total arrecadado na fonte 0401 foi R\$ 116.716.056,21, havendo um excesso total nesta fonte de 23,90%, contudo ressaltamos que a grande maioria foram recursos extraordinários repassados para a execução das ações e serviços de enfrentamento ao COVID.

- Fonte 0101 (Cessão Onerosa): Foram repassados no período R\$ 670.746,28, recursos oriundos do Pré Sal.

- Fonte 0102 (Emenda Parlamentar Individual): Foram repassados no período R\$ 1.400.000,00, decorrentes de 02 duas emendas individuais (R\$ 700.000,00 cada) para a realização de cirurgias de catarata e R\$ 1.638,80 de rendimentos destes recursos.

- Fonte 0104 (Auxílio Financeiro LC 173/2020): Foram repassados o montante de R\$ 3.122.499,18 também para o enfrentamento ao COVID 19.

- Fonte 0400: Bloco de Estruturação (Investimento) na Rede de Serviços Públicos de Saúde, o valor previsto para o previsto era de R\$ 3.432.480,00, conforme tabela abaixo e recebemos o montante de R\$ 861.766,44, conseqüentemente um déficit de aproximadamente 74%.

Quadro 4 - Situação dos projetos previstos

Fonte	Base Legal	Valor R\$	Objeto	Situação da Obra
400	Portaria GM/MS nº 2.415, de 11 de novembro de 2016.	819.920,00	Construção da Rede de Frio-	Obra em andamento com cerca de 95% dos serviços executados. Previsão de entrega para fevereiro de 2021. Aguardando repasse da 2ª parcela dos recursos federais.
400	Portaria GM/MS nº 1.831/2015, 11 de novembro de 2015	183.960,00	Ampliação do CSC 508 Norte	Proposta 11320420000115005 - Bloqueada no MS, entretanto, encontra-se em andamento os projetos para fins de desbloqueio. Projetos Básicos Concluídos e aprovados na VISA. Orçamento Paradigma e Termo de Referência em atualização em razão de SAC do controle interno. Previsão de envio para licitação 07/2021.
400	Portaria GM/MS nº 1.831/2015, 11 de novembro de 2015	91.560,00	Ampliação do CSC Aurenny II -	Proposta 11320420000115010 – Bloqueada no MS, contudo, encontra-se em andamento os projetos para fins de desbloqueio e mudança para proposta de nova construção diante da impossibilidade de ampliação no terreno atual. Anteprojeto Arquitetônico Concluído, Projeto Arquitetônico em desenvolvimento. Previsão de envio para avaliação financeira e licitação 07/2021.
400	Previsão de emendas parlamentares	97.600,00	Aquisição de Computador	O município foi habilitado para receber recursos oriundos de emenda parlamentar – capital, contudo, para obras. Proposta inserida no Sistema de Gerenciamento de Objetos e Propostas do Fundo Nacional de Saúde no valor total de R\$ 1.396.000,00 para construção de uma Unidade Básica de Saúde, http://proposta.saude.gov.br/proposta/visao/proposta/consultarProposta.jsf , encontra-se com a seguinte análise: proposta Autorizada aguardando Empenho
400	Portaria GM/MS nº 1.831/2015, 11 de novembro de 2015	199.440,00	Ampliação da 603 Norte	Proposta 11320420000115015 – Bloqueada. Encontra-se em andamento os projetos para fins de desbloqueio. Anteprojeto Arquitetônico Concluído, Projeto Arquitetônico em desenvolvimento. Previsão de envio para avaliação financeira e licitação 07/2021.
400	Portaria GM/MS nº 2.592, de 2 de dezembro de 2016	640.000,00	Construção do CAPS II	Obra em fase interna de licitação. Projetos e termo de referência concluídos. Aguardando procedimento licitatório (Tomada de Preços) para emissão da ordem de início de serviço. Processo encontra-se na Diretoria Executiva do Fundo Municipal de Saúde para reserva e empenho dos valores previstos.

400	Portaria GM/MS nº 2.592, de 2 de dezembro de 2016	640.000,00	Construção do CAPS i	Foram repassados no mês de novembro/2020 R\$ 480.000,00. Obra em andamento com cerca de 47% dos serviços executados. Previsão inicial de entrega para maio de 2021. Aguardando pagamento da 3ª e 4ª medição.
400	Portarias GM/MS nº 11, de 7 de janeiro de 2015 e nº 805, de 28 de março de 2018.	760.000,00	Construção da Centro de Parto Normal	Proposta 11320.420000117707 cancelada pelo MS. Atraso na etapa de Ação Preparatória em razão de problemas do terreno. Previsão de utilização de recursos do Pré-Sal para continuidade da obra, segundo informações da DEXFMS. Projetos de Arquitetura, Engenharia, Orçamento e Termo de Referência concluídos.

Fonte: SEMUS/DIPEO-Divisão de Projetos e Execução de Obras

Pelo exposto, ressaltamos quando da previsão orçamentário-financeiro foram obedecidos às portarias e pactuações, do qual os municípios brasileiros são habilitados a cadastrarem propostas via Fundo Municipal de Saúde – Fundo Nacional de Saúde (FNS) com recursos oriundos de indicação de objetos por propostas e ou por indicação de objeto por Emenda. O Ministério da Saúde, habilita o município a receber recursos, contudo, em alguns casos têm suas condições para tais recebimentos, dentre as quais contrapartidas, o que também comprometeu os repasses. Havendo uma frustração de receita.

Receita Estadual

Fonte 0440 valor previsto para o período R\$ 730.536,00, a receita no período foi de R\$ 719.619,61, um déficit de 1,49%.

Fonte 0441 Receita prevista para o exercício era de R\$ 6.307.664,00, arrecadado no período R\$ 6.280.353,49, uma pequena frustração de 0,43%.

Fonte 0442 o total previsto para o ano foi R\$ 609.296,00 e o arrecadado foi de R\$ 561.857,34, um déficit de 7,79%.

Fonte 1.002 - Transferência Estado (Emenda Parlamentar Estadual). R\$ 580.215,41 total repassado ao FMS de Palmas/TO.

Recurso do petróleo FEP

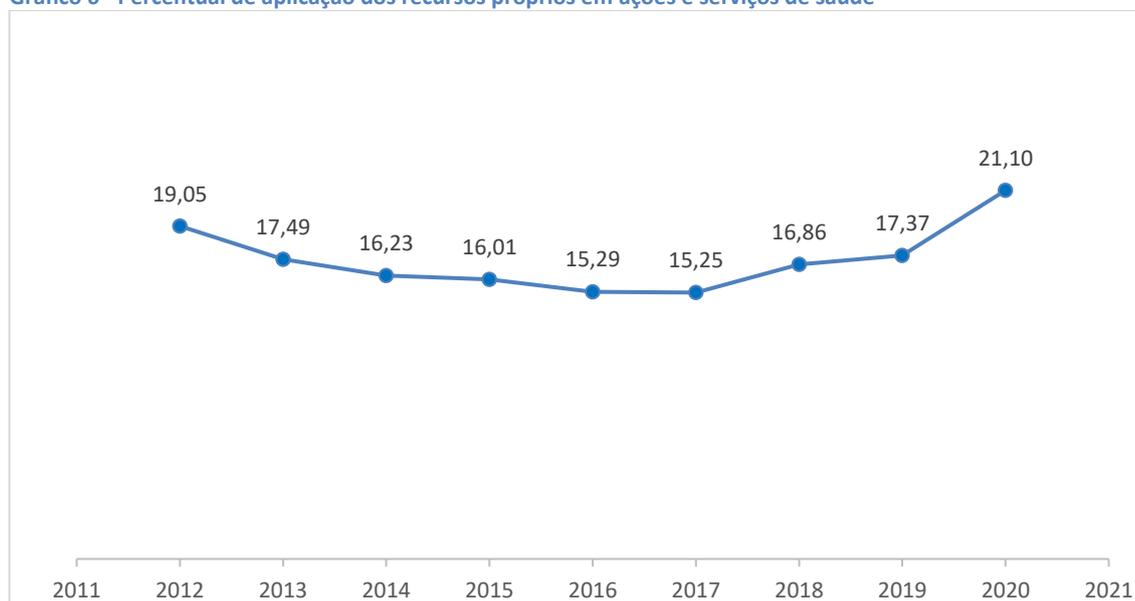
Fonte 0451 – Previsão para o período R\$ 1.043.485,00 e o arrecadado R\$ 951.072,23, portanto uma retração de 8,86%.

Transferência de Convênios destinados a Programa de Saúde

Fonte 0498 – A previsão para o ano R\$ 1.153.316,00 e a receita do período foi no valor de R\$ 356.939,36, uma frustração de aproximadamente 69,05% nos repasses oriundos de convênios com os municípios do Tocantins, principalmente com a crise provocada pela pandemia, somente os municípios de Barrolândia, Miracema e Porto Alegre do Tocantins efetuaram repasses. O Convênio com a ITPAC encontrou-se com repasse regular.

Abaixo apresentamos o gráfico com o percentual da receita de impostos e transferências constitucionais e legais aplicado em ASPS (mínimo de 15% conforme Lei Complementar nº 141/2012 ou % da lei orgânica municipal)

Gráfico 6 - Percentual de aplicação dos recursos próprios em ações e serviços de saúde



Fonte: Portal da transparência

https://www.palmas.to.gov.br/media/transparencia/b9f89e72bebfc5b88d4ecfda880fe93e_28012021173449.pdf

Constatamos que houve um aumento na receita do FMS, o município de Palmas/TO fez aportes na fonte de Recursos Próprios elevando o percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais (limite constitucional de 15%) que no ano de 2020 atingiu o percentual de 21,10%, sendo o maior percentual dos últimos anos. Sendo 2,05 maior que 2012 e 3,73 que o ano anterior.

Merece destaque também os recursos para incrementos temporários para o enfrentamento da COVID 19 por parte do ente Federal.

7.4 EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2020

Segue abaixo a execução da Programação Anual de Saúde, contendo: diretrizes, objetivos, metas, indicadores e ações previstas, bem como o detalhamento das despesas executadas no exercício de 2020. Ressaltamos que os alcances dos objetivos foram orientados por 05 diretrizes, e pelo conjunto de 73 de metas estabelecidas e 73 indicadores.

PROGRAMA SAÚDE EFICIENTE

UG 8600: Secretaria Municipal da Saúde

Diretriz: Garantir o Direito à Saúde, com Acesso e Atenção de Qualidade

Objetivo: Ampliar e qualificar o acesso às ações e serviços de saúde, com ênfase na integralidade, equidade e humanização, considerando as redes temáticas e demais políticas de atenção e vigilância em saúde, com a participação popular e do controle social.

UG: 8600 - Ação: Manutenção dos Serviços da Atenção Primária

Nº da Ação na LOA: 2710	Meta Física Prevista: 100%	Meta Física Executada: 100%	Função: 10 - Saúde	Subfunção: 301	Tipo de Ação: Atividade
--------------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	---------------------------	-----------------------	--------------------------------

Finalidade da Ação: Oferecer Centros de Saúde da Comunidade com ambiência, equipamentos, insumos e serviços adequados visando a melhoria do acesso e da qualidade da Atenção Primária.

Descrição da Ação: Manutenção dos serviços de Atenção Primária ocorre através da aquisição de materiais de enfermagem, odontológicos, de expediente, limpeza, construção; contratação de serviços de reprografia, telefonia, link de dados, serviços de limpeza, internet, vigilância, manutenção de equipamentos, manutenção da frota e de ar-condicionado, manutenção predial, locação de imóveis, locação e manutenção de veículos, fornecimento de energia, aquisição de materiais para distribuição gratuita (fraldas descartáveis e fórmula láctea), pagamento de despesas com sentenças, aquisição de oxigênio e outras atividades que se façam necessárias para garantir a continuidade dos serviços ofertados.

Meta Orçamentária Total: R\$ 8.860.285,00

Responsável pela Ação: Superintendente da Atenção Primária e Vigilância em Saúde e Equipe Técnica

Metas	Proposta 2020	Execução 2020	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Manter igual a 0 (zero) o número de óbitos maternos.	0	2	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	Indicador não alcançado. Ao longo do ano de 2020 ocorreram 2 óbitos, sendo 1 no primeiro quadrimestre de causa indeterminada e outro no segundo quadrimestre que se refere a uma puérpera diagnosticada por Covid 19. Todos foram investigados para uma posterior discussão pelo grupo de óbitos do município de Palmas/TO. No terceiro quadrimestre não houve ocorrência de óbitos maternos. Neste período se construiu uma Nota Técnica embasada pelas normas do Ministério da Saúde, sobre o fluxo de agendamento de Teste de Covid 19 para gestante e puérperas direcionado aos profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde. Os dados são absolutos e não cumulativos. Dados obtidos em 20/01/2021.
Realizar anualmente o acompanhamento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família em no mínimo 75.56% das famílias beneficiárias.	75,56	49,87%	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	O indicador não alcançado. O município de Palmas/TO atingiu na 2ª Vigência (julho a dezembro) um percentual de acompanhamento de 49,87%. O não cumprimento da meta estipulada deve-se ao acompanhamento prioritário em razão da pandemia das gestantes juntamente com Pré-Natal, conforme Nota Técnica Nº11/2020- CGPROFI/DEPROS/SAPS/MS. Ademais de acordo com a Portaria GM nº443, de 17 de julho de 2020 do Ministério da Cidadania, estabelece medidas emergenciais na Gestão do Programa Bolsa Família, dessa forma o acompanhamento das condicionalidades de saúde dos demais beneficiários foi temporariamente descontinuada.
Manter a proporção de gravidez na adolescência inferior a 12%	12	11,4	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.	Indicador alcançado. Trata-se de um indicador de saúde que reflete as condições de vulnerabilidade social nesta faixa etária. Neste sentido a SEMUS monitora o novo projeto de acompanhamento e assistência no âmbito da Saúde Sexual e Reprodutiva das Adolescentes do município de Palmas/TO, cujo processo encontra-se já implantado, sendo uma ferramenta prioritária na saúde e reprodutiva das adolescentes do município. Os dados do quadrimestre estão acumulados e correspondem a 593 nascidos vivos de mães adolescentes para 5.206 nascidos vivos. Dados obtidos em 20/01/2021.
Manter a taxa de mortalidade infantil em no máximo 12 até 2021	12	11,5	Taxa de Mortalidade Infantil	Indicador alcançado. É importante ressaltar que este indicador está diretamente relacionado às condições de vida da população: situação epidemiológica, culturais e sociais, que determinam a vulnerabilidade em que estas crianças estão expostas. Neste sentido, encontra-se em fase de validação do novo Protocolo de Puericultura que permitirá a orientação no cuidado da criança para os profissionais de Atenção Primária à

				<p>Saúde do município de Palmas/TO. Os dados são cumulativos e representam 60 óbitos para 5.206 nascidos vivos. Os dados foram obtidos em 20/01/2021.</p>
Manter 13 Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), até 2021	13	13	Número absoluto de Núcleos de Apoio à Saúde à Família	Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, competência definitiva 01/2021, o município possui atualmente 13 equipes de NASF- AB. (Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, acesso dia 21/01/2021)
Manter 01 (uma) Equipe de Consultório na Rua	01	1	Número absoluto de Equipe de Consultório na Rua.	Indicador alcançado, devido a continuidade do trabalho da equipe do consultório na rua em Palmas, justificando manter esta equipe em razão da crescente quantidade de pessoas em situação de rua no município. A equipe se manteve na modalidade I, composta por um enfermeiro, um assistente social, um técnico em enfermagem e dois agentes de ação social.
Ampliar para 43% percentual de partos normais realizados até 2021.	42,50	42,2%	Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar	Indicador não alcançado. É importante salientar que este indicador recebe influências de diversos fatores socioeconômicos, culturais e sociais que determinam a escolha do tipo de parto pela gestante. No contexto atual da pandemia pelo COVID 19, permanece a parceria entre Hospital Maternidade Dona Regina e a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), dando continuidade à vinculação da gestante da Atenção Primária a Maternidade de Referência, alterando-se o formato do curso de visita Guiada e preparação ao parto para cursos online. Os dados do terceiro quadrimestre são cumulativos e referem-se a 2.195 nascidos vivos de parto normal para um total de 5.206 nascidos vivos. Dados obtidos em 20/01/2021.
Manter em 75% a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	75	76,2%	Proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	Meta alcançada. Foi elaborada nota técnica sobre atenção ao Pré -Natal, rastreamento de gestante e puérperas de COVID19. A importância de reforçar o acompanhamento e busca ativa de faltosas, assim como as orientações encaminhadas à prevenção e rastreamento da COVID 19. Neste quadrimestre foram realizadas diversas reuniões com as coordenações Técnicas da Secretaria Municipal de Saúde para validar o Protocolo de Atenção ao Pré-Natal para os profissionais de Atenção Primária à Saúde no município de Palmas. Os dados são cumulativos e correspondem a 3.967 nascidos vivos de mães com mais de 7 consultas de um total de 5.206 nascidos vivos. Dados obtidos em 20/01.

Manter em 100%, até 2021, a cobertura populacional estimada pelas Equipes de Saúde da Família.	100	100	Cobertura populacional estimada pelas Equipes de Saúde da Família.	Indicador alcançado. Onde a gestão utilizou as seguintes estratégias: equipes completas e em pleno funcionamento, ofertando serviços no âmbito da atenção básica, mesmo com as dificuldades impostas pelo afastamento de profissionais com comorbidades em resposta ao COVID-19. Dados disponíveis no eGestor de janeiro até outubro, acesso em 20/01/2021.
--	-----	-----	--	---

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de insumos e outros materiais de consumo como materiais de limpeza, copa, expediente, EPI's, material hospitalar e odontológico, e protetor solar para os Agentes Comunitários de Saúde, kit gestante, aquisição de gêneros alimentícios para atender o Centro de Saúde da Comunidade Walterly Wagner e Buritirana, aquisição de gás de cozinha, lanches, oxigênio medicinal, manutenção de ar condicionado, de equipamentos, material para proteção e segurança, material odontológico, material para manutenção de bens e serviços, serviço de vidraceiro, produtos de higienização, manobra e planejamento, processamento de dados, proteção e segurança, eletrônico, aquisição de combustível, lubrificantes, lavagem automotiva, manutenção e conservação de veículos, e outros.	150.000,00	0010	172.961,77	x	x	x
	250.000,00	0040	34.939,50	x	x	x
	200.000,00	0401	1.762.941,09	x	x	x
Contratação de serviços de terceiros para manutenção de veículos, serviço de seleção e treinamento, serviços de telefonia, link de internet, serviço de limpeza, locação de veículos e imóveis, manutenção de equipamentos, manutenção predial, locação de gerador de energia, fornecimento de oxigênio, serviços de vigilância, confecção de carimbos, seguro de veículos, serviços gráficos, confecção de uniformes e outras despesas necessárias.	250.000,00	0010	283.180,32	x	x	x
	700.000,00	0040	939.442,69	x	x	x
	7.018.285,00	0401	3.663.338,87	x	x	x
	0,00	0400	300.097,75	x	x	x
Despesas de exercícios anteriores.	10.000,00	0010	0,00	x	x	x
	200.000,00	0401	227.147,09	x	x	x
Serviços de pessoa física como locação de imóvel, confecção de faixas, letreiros e outros que se fizerem necessários.	50.000,00	0040	3.640,00	x	x	x
	31.000,00	0010	0,00	x	x	x

	0,00	0401	13.400,00	x	x	x
Aquisição de equipamentos e material permanente	1.000,00	0401	0,00	x	x	x
Serviços de tecnologia da informação e comunicação	0,00	0040	598.494,36	x	x	x
	0,00	0401	1.073.670,93	x	x	x
Sentenças judiciais	0,00	0040	140.206,50	x	x	x
Total da Ação:	8.860.285,00		9.213.460,87			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

Ressaltamos que as ações previstas na Programação Anual de Saúde foram realizadas conforme o planejado para a manutenção de 34 Unidades Básicas de Saúde, dentre as quais destacamos: manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos e médico-hospitalares e de ar condicionado; aquisição de material odontológico, de enfermagem, instrumentais odontológico, de limpeza e expediente, copa e cozinha, aquisição de combustível e diesel, material de distribuição gratuita (fraldas descartáveis - pacientes acamados), sentença judicial, gás de cozinha, fornecimento de alimentação, além de despesas com locação de concentrador de oxigênio, recarga de cilindro de oxigênio, limpeza de fossa, locação de veículos, locação de imóveis, serviço de telefonia fixa e móvel, comunicação de dados e redes, outsourcing de impressão, serviços de energia elétrica, limpeza e conservação, pagamentos de seguros em geral, material para manutenção de bens móveis e imóveis dentre outras ações e serviços realizados para manutenção da Atenção Primária. Os gastos nessa ação chegaram a R\$ 9.213.460,87 (nove milhões duzentos e treze mil quatrocentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos) 3,99% acima da previsão inicial. Também foram executados recursos de transposição por meio da Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020.

UG: 8600 - Ação: PPA – P Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde

Nº da Ação na LOA: 4511 Meta Física Prevista: 100% Meta Física Executada: 100% Função: 10 - Saúde Subfunção: 301 Tipo de Ação: Atividade

Finalidade: Facilitar o acesso e oferecer assistência humanizada e de qualidade à população nas unidades de saúde visando redução de taxas de agravos por meio da coordenação do cuidado dos ciclos de vida, de forma a promover saúde integral do usuário.

Descrição da Ação: O fortalecimento da Atenção Primária dar-se-á por meio implementação, ampliação e integração da Saúde da Família, Saúde Bucal, Núcleo Ampliado de Saúde da Família,; da capacitação dos profissionais da Atenção Primária sobre acolhimento da demanda espontânea, facilitando o acesso da comunidade aos serviços de saúde, sobre os ciclos de vida proporcionando atenção integral desde a saúde da criança, adolescente, mulher, homem e idoso a áreas estratégicas das políticas em saúde, em gerontologia; do aumento da cobertura vacinal em crianças menores de 02 anos, adolescente e gestantes, alimentação e nutrição, hipertensão e diabetes, Programa Saúde na Escola - PSE e saúde prisional; realização e participação de seminários, capacitação simpósios, cursos, congressos, e eventos de amostras exitosas, pertinentes a atenção primária; implantação de serviços e protocolos; da implementação das ações de redução de mortalidade materno-infantil; do acesso ao pré-natal de qualidade, com orientações sobre o parto normal humanizado e realização de exames oportunos; da contratação de serviços de terceiros como coffee-break; da aquisição de passagens aéreas, diárias e hospedagens para garantir a participação de técnicos da Atenção Primária e colaboradores externos em eventos de interesse; da aquisição de insumos e instrumentais odontológicos; da implementação do consultório na rua; da modernização da Atenção Primária por meio da ampliação e implementação da tecnologia da informação nos CSC; da implementação do Projeto “Palmas para Todos”, dentre outras atividades voltadas ao fortalecimento da Atenção Primária. As ações e serviços executados visando a implementação, ampliação e integração dos serviços da atenção primária, os quais são extrema importância para o alcançar o objetivo de ampliação e acesso às ações e serviços de saúde, com ênfase na integralidade, equidade, humanização e justiça social, considerando as redes temáticas e demais políticas de atenção e vigilância em saúde, contribuindo para a redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e atenção à saúde.

Meta Orçamentária Total: R\$ 541.197,00

Responsável pela Ação: Superintendente da Atenção Primária e Vigilância em Saúde e Equipe Técnica

Metas	Proposta 2020	Execução 2020	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Manter em 100% a cobertura populacional estimada pelas Equipes de Saúde Bucal.	100		Cobertura populacional estimada de Saúde Bucal na Atenção Básica.	A última data de mensuração do dado pelo MS foi em outubro de 2020, nessa data a cobertura estava em 100% (e- Gestor, competência outubro de 2020, acesso 20/01/2021). Essa cobertura corresponde a 75 Equipes de Saúde Bucal e 19,25 Equipes Equivalentes de Saúde Bucal. A gestão não tem medido esforço para manter os profissionais, bem como a

respectiva estrutura para as equipes de saúde bucal na rede de atenção do município de Palmas/TO. Dados obtidos em 20/01/2021.

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Pagamento de material de consumo, diárias e passagens para apoiar a participação de técnicos e colaboradores em eventos, cursos, seminários, encontros, reuniões, oficinas, simpósios, congressos, mostras, dentre outros eventos de importância a saúde.	137.497,00	0401	0,00	x	x	x
Contratação de empresa de caracterização visual, material gráfico e paisagismo, coffee break, hospedagem e inscrições, confecção de brindes e outros	401.700,00	0401	0,00	x	x	x
Despesas de exercícios anteriores.	2.000,00	0401	0,00	x	x	x
Construção de fluxos e protocolos; garantia da qualidade dos sistemas de informação; identificação, discussão e recomendações sobre os problemas/pontos críticos; reuniões e capacitações com as equipes de saúde; supervisão nos CSC's; realização de atividades de educação permanente e população; participação em instâncias de controle social do SUS, monitoramento dos indicadores de saúde, apoio institucional aos CSC por meio de supervisão técnica, apoio institucional aos Centros de Saúde da Comunidade por meio de supervisão continuada nos territórios de saúde, identificando as necessidades e particularidades dos mesmos para intervenção. Desenvolvimento de ações de educação permanente e educação em saúde, tais como capacitações, cursos, oficinas, palestras e mostras.	Atividade não orçamentária	-	-	x	x	x
Total da Ação:	541.197,00		0,00			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

As atividades desenvolvidas foram não orçamentária-financeira e/ou com materiais adquiridos na ação de manutenção da APS, razão pela qual a meta física foi atingida na sua totalidade. Destacamos as seguintes atividades: capacitação da APS quanto ao seu novo financiamento (Indicadores de Saúde); implementação do projeto "Selo Clínica da Família"; suporte a Coordenação da Equipe Multiprofissional, Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF-AB); implementação do SisPalmas para melhoria do registro do pré-natal; realização de visitas

técnicas nos Centros de Saúde da Comunidade para conclusão da Capacitação da Prática do Teste do Pezinho; monitoramento dos casos da alta responsável, em puérperas e crianças por meio da implementação de ferramenta de controle junto ao Hospital e Maternidade Dona Regina; conclusão do Guia Rápido de Pré-Natal se encontra em fase de validação; monitoramento dos casos da alta responsável, em puérperas e crianças por meio da implementação de ferramenta de controle junto ao Hospital; conclusão da etapa de elaboração e validação do projeto de acompanhamento e assistência no âmbito da Saúde Sexual e Reprodutiva das adolescentes no município de Palmas; curso de Preparação ao parto, no formato online; teleconsultas (telefone ou videochamada); elaboração de material educativo e vídeos para orientações online aos usuários; atividades individuais com os usuários do Grupo de Apoio Terapêutico ao Tabagismo; realização de teste rápido para Infecções Sexualmente Transmissíveis; participação da Capacitação com Ministério da Saúde, sobre a vinculação do SIVEP-GRIPE e ESUS-VE; reunião online com os núcleos de vigilância epidemiológica dos hospitais do município de Palmas; vigilância e organização dos bancos de dados (SIVEP, SINAN); manutenção do controle das Declarações de nascidos vivos; coleta de DO e codificação e digitação de dados em tempo oportuno; envio diário de informação de casos confirmados de COVID para URR, SESAU; investigação os óbitos pela COVID nas unidades de atenção primária, secundária, e nos hospitais públicos e privados; realização de investigação de óbitos maternos, fetais e infantis em tempo oportuno, inclusive ampliando o olhar para a COVID; acompanhamento complementar das intoxicações exógenas pelo Notifica sus e SINAN; participação virtual do Fórum Estadual de Combate aos Agrotóxicos promovido pelo MPE; ações realizadas de Inspeção/Vigilância nos Ambientes e Processos de Trabalho.

UG: 8600 - Ação: Estruturação e Implementação Física da Atenção Primária

Nº da Ação na LOA: 1667 Meta Física Prevista: 100% Meta Física Executada: 80% Função: 10 - Saúde Subfunção: 301 Tipo de Ação: Projeto

Finalidade: Oferecer assistência humanizada e de qualidade à população nas referidas comunidades, por meio de um Centro de Saúde da Comunidade com estrutura física adequada e ambiência acolhedora.

Descrição da ação: A estruturação física da Atenção Primária dar-se-á por meio de construções, ampliações e reformas dos Centros de Saúde da Comunidade e aquisição de equipamentos e materiais permanentes visando a melhoria da ambiência e dos serviços e ações de saúde para

os usuários e trabalhadores do Sistema Único de Saúde - SUS do município de Palmas, contribuindo para promoção, prevenção e proteção à saúde.

Meta Orçamentária Total: R\$ 572.560,00

Responsável pela Ação: Superintendente da Atenção Primária e Vigilância em Saúde, Divisão de Projetos e Execução Obras e Equipe Técnica

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Realização de obras e instalações e aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes (incluindo tablets para os ACS's) e outros que se fizerem necessários à estruturação física da Atenção Primária em Saúde. Construção do CSC Taquaruçu, ampliação do CSC 508 Norte, Central Rede de Frios, Centro de Parto Normal Peri-hospitalar, 603 Norte e Aurenny II e outros Centros de Saúde da Comunidade que se fizerem necessário.	572.560,00	0400	576.707,34	x	x	x
	0,00	0040	67.120,00			
Total da Ação:	572.560,00		673.827,34			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

Os gastos nessa ação chegaram a R\$ 643.827,34 (seiscentos e quarenta e três mil oitocentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos), sendo com equipamentos e materiais permanentes e com a Construção da Unidade de Saúde de Taquaruçu.

UG: 8600 - Ação: PPA P - Manutenção de Recursos Humanos da Atenção Primária

Nº da Ação na LOA: 2741 Meta Física Prevista: 1.524 Meta Física Executada: 1.462 Função: 10 - Saúde Subfunção: 301 Tipo de Ação: Atividade

Finalidade: Garantir a remuneração dos profissionais da saúde que atuam na Atenção Primária

Descrição da Ação: A manutenção de recursos humanos na Atenção Primária é necessária para o desenvolvimento das ações e serviços de saúde. Compete realizar, entre outros, dimensionamento de profissionais, manter cadastro de servidores atualizados, registrar e controlar a frequência de servidores, lançar remunerações, incluir adicionais previstos nas legislações pertinentes, pagar a segurança comunitária e patrimonial, conferir prévia e efetuar pagamento dos servidores.

Meta Orçamentária: R\$ 69.898.500,00

Responsável pela Ação: Superintendente de Atenção Primária e Vigilância em Saúde, Gerente de Gestão de Pessoas e de Folha de Pagamento e Equipe Técnica.

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Coordenação dos procedimentos relacionados a folha de pagamento, bem como na orientação e execução dos serviços observando o cumprimento dos cronogramas estipulados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano. Manutenção do cadastro de servidores atualizado, lançar remunerações, incluir adicionais previstos em Lei, lançar incentivos, gratificações e auxílios, conferir prévia e efetuar pagamentos, entre outros.	194.400,00	0450	772.952,70	x	x	x
	18.741.200,00	0401	23.337.717,50	x	x	x
	50.962.900,00	0040	44.352.343,28	x	x	x
	0,00	010400777	465.975,68			
	0,00	0010	9.038.648,27			
Total da Ação:	69.898.500,00		77.967.637,43			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

A meta física não foi alcançada, entretanto, aumentou em comparação com o mesmo período do ano anterior, havendo um aumento de 38 profissionais de saúde. Dos 1.462 servidores vinculados a esta ação, 1.077 são efetivos (03 a disposição com ônus para o órgão de origem e 02 mandatos classista), 01 comissionado, 04 efetivos que exerce Função Gratificada, 01 requisitado comissionado, 10 estagiários, 251 contratos temporários, 17 oriundos do Programa Mais Médicos para o Brasil, *34 cedidos para a SEMUS com ônus para o órgão origem sendo (*09 oriundos do Ministério da Saúde e 25 da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins), e 67 jovens empreendedores. Ressaltamos, ainda que toda e qualquer ampliação de pessoal deverá cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, razão pela qual não houve a possibilidade de aumento. Vale ressaltar que nesta ação constam vinculados 11 servidores de licença para tratar de interesses particulares, 03 cedidos com ônus para o órgão requisitante, 01 afastado para estudos, e 2 afastados os quais estão em Processo Administrativo Disciplinar - PAD os quais constam cadastrados com vínculo com o município de Palmas/SEMUS, porém, não estão desempenhando suas atividades laborais, consequentemente sem gerar despesas financeiras. Os gastos nessa ação chegaram a R\$ 77.967.637,55 (setenta e sete milhões novecentos e sessenta e sete mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) um acréscimo de aproximadamente 11% da previsão inicial. Este aumento ocorreu em razão do aumento de profissionais custeados nesta ação, o pagamento regular das progressões funcionais, entre outros.

UG: 8600 - Ação: PPA P - Gerenciamento das Ações e Serviços de Vigilância em Saúde

Nº da Ação na LOA: 2739	Meta Física Prevista: 100%	Meta Física Executada: 100%	Função: 10 - Saúde	Subfunção: 305	Tipo de Ação: Atividade
--------------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	---------------------------	-----------------------	--------------------------------

Finalidade: Garantir os insumos e materiais de consumo para a adequada realização das ações de Vigilância em Saúde.

Descrição da ação: O gerenciamento das ações e serviços de Vigilância em Saúde ocorrerá por meio do provimento de insumos laboratoriais e de enfermagem, materiais de consumo, manutenção de ar-condicionado, material de expediente e de limpeza, contratação de empresas para manutenção e conservação de veículos, combustíveis, lavagem e locação de veículos, postagem, telefonia fixa e móvel, vigilância eletrônica e armada, manutenção da frota, locação de imóvel, serviço de reprografia, manutenção predial, pagamento de indenização de transporte, materiais de distribuição gratuita, fórmula láctea infantil, aquisição de EPI's, dentre outros insumos necessários à realização das ações de vigilância epidemiológica, sanitária, saúde do trabalhador, vigilância ambiental, Unidade de Controle de Zoonoses, imunização e informações

estratégicas em saúde, garantindo assim a redução de riscos e agravos à saúde da população, por meio de ações de promoção e vigilância em saúde.

Meta Orçamentária Total: R\$ 1.837.406,00

Responsável pela Ação: Superintendente da Atenção Primária e Equipe Técnica

Metas	Proposta 2020	Execução 2020	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Manter anualmente, até menor ou igual a 02 (dois) o número absoluto de óbitos por arbovírus (Dengue, Zika Vírus e Febre de CHIKV), até 2021	02	0	Número absoluto de óbitos por arbovírus (Dengue, Zika e Chikungunya).	Indicador alcançado. Em 2020 não foi confirmado nenhum óbito por arboviroses. Ressaltamos ainda que foram realizadas capacitação sobre manejo clínico para os profissionais médicos e enfermeiros que atuam na Atenção Primária, fortalecendo o cuidado, minimizados as formas grave e o óbitos. Dados obtidos e 20/01.
Investigar anualmente no mínimo 95% dos óbitos em mulheres em idade fértil	95	86	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	Ocorreram 81 óbitos no ano de 2020, destes 70 o que representa 86% tiveram a investigação concluída. Somente no 3º quadrimestre/2020 foram 29 óbitos, sendo que 18 (62%) já tiveram investigação concluída e 11 (38%) estão em processo de investigação. Contudo, ressaltamos que esse indicador apresenta dados parciais considerando que a investigação de óbito tem prazo de 120 dias após a data do óbito para ser concluída. Desta forma a meta pactuação será atingida obedecendo o prazo final de investigação. Dado atualizado em 20/01/21.
Manter a Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária autóctone em Palmas -TO < ou igual a 1/100 habitantes, até 2021.	0,01	0	Número de casos autóctones de malária.	Indicador alcançado. Houveram 6 casos importados de malária ao longo do ano de 2020. As ações voltadas para o diagnóstico, tratamento e bloqueio realizados pelo município foram suficientes para não resultar em casos autóctones no quadrimestre avaliado. Dado atualizado em 20/01.
Manter anualmente em 90% a realização de exames anti-HIV dos casos novos de tuberculose.	90	97,8	Proporção de exame anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	Meta alcançada. O diagnóstico precoce do HIV no portador de tuberculose ativa possibilita o início oportuno da terapia antirretroviral, reduzindo a mortalidade na coinfeção TB-HIV. O teste rápido deve ser oferecido no diagnóstico da tuberculose. O que corresponde a 44 pacientes que realizaram o teste de 45 pacientes notificados. Dados obtidos em 20/01/2021.

Manter em 85% a proporção de cura de casos novos de TB Pulmonar com confirmação laboratorial	85	80	Proporção de cura de casos novos de Tuberculose Pulmonar com confirmação laboratorial.	Indicador parcialmente alcançado. Um aspecto que compromete essa avaliação é o fato que registram "ignorado/branco", ou seja, não há informação sobre cura. Trata-se de um indicador que depende fundamentalmente da adesão e atuação intensiva das equipes de atenção básica para finalizar a notificação corretamente. Dados obtidos em 20/01.
Manter em 90% a proporção de contatos examinados de casos novos de Hanseníase.	90	91,6	Proporção de contatos intradomiciliares examinados de casos novos de hanseníase.	Indicador alcançado. As principais causas que justificam o alcance do indicador se dão pelo acompanhamento dos pacientes em tratamento, monitoramento dos contatos não avaliados, combinados a assistência integral do paciente com hanseníase, foram capazes de otimizar os números ao fechamento da coorte de 2020 no terceiro quadrimestre. Foram 1350 contatos avaliados de um total de 1473, os dados são apresentados de forma cumulativa e foram atualizados em 20/01/2021.
Encerrar anualmente 85% das DNCI registradas no SINAN, em até 60 dias a partir da data de notificação.	85	88,8	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DCNI) encerradas em até 60 dias após notificação.	A meta foi alcançada. No terceiro quadrimestre houve uma notificação de DNCI e a mesma foi investigada em tempo oportuno. O dado é não cumulativo. Dados obtidos em 20/01/2021.
Manter em 0,70, a razão de exames citopatológicos (a cada três anos) em mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos.	0,70	0,39	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	Indicador não alcançado. Dados parciais. Os dados do segundo quadrimestre foram atualizados para inclusão das informações dos meses de julho e agosto. Os dados apresentados referem-se aos meses de setembro e novembro (a competência de dezembro não estava disponibilizada pelo DATASUS no momento do fechamento do banco). Sendo um total de 1.030 citologias. Se avaliado o dado acumulado tem-se um total de 7.829 coletas de citologia realizadas de janeiro a novembro de 2020. A meta alcançada até o momento representa 55,7% do indicador. Ressaltamos que a pandemia contribuiu para o não alcance deste indicador. A Secretaria tem buscado estratégia como: Realizar o diagnóstico de área a fim de conhecer a população feminina de abrangência na faixa etária de 25 a 64 anos; Reunir os agentes comunitários de saúde para busca ativa por meio da visita domiciliar, objetivando o mapeamento da área e identificação da quantidade de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos e que nunca realizaram o exame preventivo ou que não realizam a mais de 3 anos; Capacitar todos os profissionais atuantes nas UBS quanto ao conhecimento do Programa Nacional do Controle do Câncer do Colo do Útero; Realizar o diagnóstico de área a fim de conhecer

				a realidade da população feminina que iniciaram a atividade sexual, dentre outras. (Fonte: DATASUS, dia 20/01/2021).
Manter anualmente menor ou igual a 02 o número de óbitos por leishmaniose visceral.	02	01	Número de óbitos por leishmaniose visceral	Meta alcançada. Em 2020 houve registro de 01 óbito em 2020 por Leishmaniose Visceral. Não há registro no terceiro quadrimestre e existe ainda 01 óbito suspeito de LV em investigação. Dados coletados em 25/01/2021
Realizar anualmente, pelo menos, 04 ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue em 80% dos imóveis.	04	00	Número de ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue realizados em 80% dos imóveis.	Indicador não alcançado. Tendo em vista o Decreto 1.856, de 14 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no município de Palmas/TO e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19 e ainda a Portaria Nº 313 DET.SEMUS/GA/ASSEX/GGPPF, de 18 de março de 2020 em seu art 2º: determina a suspensão das visitas domiciliares e reuniões dos grupos operativos.
Manter em 0,48 a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.	0,48	0,22	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população de determinado local e população da mesma faixa etária.	Indicador não alcançado. Dados parciais. Os dados do segundo quadrimestre foram atualizados para inclusão das competências de julho e agosto. Os dados do 3º quadrimestre referem-se aos meses de setembro e novembro (a competência de dezembro não estava disponibilizada pelo DATASUS no momento do fechamento do banco). Quanto a análise desta constatamos que o quantitativo de mamografias por atendimento constantes na base nacional, é de 465 exames nos meses de setembro e novembro. Se avaliado dado acumulado (janeiro a novembro/2020) tem-se um total de 1.150 mamografias. A meta alcançada até o momento representa 45,8%. Ressaltamos que a pandemia contribuiu para o não alcance deste indicador A Secretaria tem buscado estratégia como: Capacitar todos os profissionais atuantes nas UBS quanto ao conhecimento do Programa Nacional de Controle do Câncer de Mama; Realizar buscar ativa das mulheres na faixa etária preconizada pelo Ministério da Saúde para que sejam submetidas ao exame de mamografia; Implementar o Projeto Terapêutico Singular (PTS) às mulheres que apresentam resistência à realização do exame de mamografia (Fonte: DATASUS, dia 20/01/2021).
Investigar, anualmente, 100% dos óbitos maternos de mulheres residentes em Palmas - TO.	100	100	Proporção de óbitos maternos investigados.	Indicador alcançado. Ocorreram 2 óbitos maternos no ano, sendo ambos investigados.
Realizar anualmente 100% das ações de vigilância sanitária consideradas necessárias a todos os municípios.	100	100	Percentual de ações de vigilância sanitária consideradas necessárias a	Considerando as especificidades do ano de 2020, as metas foram alcançadas, com a realização das ações pactuadas. A oscilação na redução observada no alcance já é esperado anualmente devido o setor regulado reduzir a demanda.

			todos os municípios desenvolvidas.	Contudo, as ações de monitoramento se intensificaram em todos os setores privado e público com vistas ao cumprimento dos decretos municipais de controle da pandemia. O panorama de Vigilância Sanitária em Palmas na sua responsabilidade com a saúde pública assentou-se em atividades intensas, inovadoras de um ano desafiador em que diminuir, eliminar riscos ou minimizar danos tornou-se para além de um conceito, mas um lema coletivo em que setor regulado e órgão regulador precisaram e da intensa participação e conscientização a população. Dados obtidos em 25/01/2021.
Realizar no mínimo 02 testes de sífilis por gestante anualmente.	02	1,9	Número de testes de sífilis por gestantes.	Indicador parcialmente alcançado. O mês de dezembro ainda não está disponível. Além disso, um problema importante é que o DATASUS não está computando os testes rápidos realizados na atenção primária. O Ministério da Saúde está ciente, porém até o momento não apresentou uma solução. Palmas/TO vem investindo muito esforço na adoção do teste rápido, se o mesmo tivessem sendo computado, certamente atingiríamos a meta. Foram 5.855 testes computados para 3.150 gestantes registrada. Dados obtidos do DATASUS em 02/01/2021.
Investigar anualmente 100% dos óbitos por Acidente de Trabalho, no município de Palmas.	100	100	Proporção de óbitos típicos por acidentes de trabalho, de residentes de Palmas e ocorridos no município, investigados in loco.	Ocorreram 1.356 óbitos de pessoas residentes em Palmas/TO, desses 1.331 (98,15%) estão com Causa Básica de Óbito bem definida. Indicador alcançado. Ressaltamos que este dado pode ser alterado, considerando que de acordo com o Ministério da Saúde o prazo final para fechamento do banco de dados (óbitos em processo em processo de investigação) é de dois anos. Dado atualizado em 20/01/2021.
Manter em no mínimo 95% a proporção de registro de óbitos com causa básica definida de residentes em Palmas.	95	98,15	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	Ocorreram 1.356 óbitos de pessoas residentes em Palmas/TO, desses 1.331 (98,15%) estão com Causa Básica de Óbito bem definida. Indicador alcançado. Ressaltamos que este dado pode ser alterado, considerando que de acordo com o Ministério da Saúde o prazo final para fechamento do banco de dados (óbitos em processo em processo de investigação) é de dois anos. Dado atualizado em 20/01/2021.
Manter em 88% a proporção de cura nas coortes de casos novos de hanseníase.	88	90	Proporção de cura nas coortes de casos novos de hanseníase nos anos da coorte.	Indicador Alcançado. O indicador teve elevação positiva quando comparado com o ano anterior, permitindo alcance da meta proposta pelo instrumento de pactuação em questão. Vale ressaltar que esse é um indicador de extrema relevância epidemiológica, dado sua capacidade de mostrar a efetividade do tratamento proposto para os casos novos. O dado é cumulativo e representa uma coorte com 651 pacientes dos quais 586 evoluíram para cura. Dado atualizado em 20/01/21.

Manter em 100% a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez, até 2021.	100	122,10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Indicador alcançado. Foi obtido a média anual de 122%. Os principais fatores que justificam o alcance acima da meta foram: otimização na rotina de trabalho, equipe técnica qualificada e utilização racional dos insumos.
Manter igual a 0 (zero) o número de casos novos de Aids em menores de 5 anos de idade residentes em Palmas.	0	0	Número de casos novos de Aids em menores de 5 anos de idade	Indicador alcançado. A gestão aumentou a testagem durante o pré-natal, acompanhamento adequado da gestante e fornecimento da fórmula infantil para crianças expostas. Dados extraídos no dia 20/01/2021.
Reduzir anualmente em 5% o número de casos de sífilis congênita com relação ao ano anterior.	5	12,6	Coeficiente de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano.	Meta alcançada. Números refletem a qualidade do pré-natal na rede de atenção à saúde do município, onde o diagnóstico precoce na gestação favorece a implementação do tratamento oportuno da gestante e parceiro, refletindo diretamente na atenção ao recém-nascido.
Monitorar anualmente 80% das ações prioritárias do Plano Municipal de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos.	80	62	Percentual de ações prioritárias do Plano Municipal de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos monitoradas.	Meta parcialmente alcançada. Sendo executado 625 das ações programadas. As ações do Plano Municipal de Vigilância em Saúde de Populações Expostas à Agrotóxicos são desenvolvidas como rotina e outras em meses específicos. As restrições pelo COVID 19 (Portaria nº 313-Det.SEMUS/GAB/ASSEX/GGPPF, de 18 de março de 2020) dificultaram a realização de três (03) das ações programadas. Dados obtidos e 20/01/2021.
Realizar anualmente 15 (quinze) ações de Vigilância em Ambientes e Processos de Trabalho.	15	136	Ações de Vigilância em Ambientes e Processos de Trabalho realizados	Meta alcançada. Diante do contexto da pandemia do Covid-19, ampliou-se o número de denúncias recebidas via Ouvidoria, call center da VISA, e-mail, demandas do Ministério Público do Trabalho, dos Sindicatos, CEREST Estadual, dentre outros. Desta forma os esforços da equipe foram direcionados de forma a contemplar essas demandas, intensificando-se a realização das ações de Vigilância nos Ambientes e Processos de Trabalho. Data de atualização 20/01/2021.
Realizar anualmente a análise de 95% dos acidentes de trânsito grave ou fatal no perímetro urbano de Palmas.	95	100	Percentual de acidentes de trânsito graves ou fatais ocorridos no perímetro urbano de Palmas analisados	O indicador foi alcançado. Foi possível analisar os dados de maneira virtual. Os encontros virtuais ocorreram sempre ao fim de cada mês, com os participantes munidos dos boletins referentes ao seu campo de atuação, para que fosse fornecido a maior quantidade de dados possível sobre cada acidente. Dados obtidos em 20/01/2021.

Elaborar anualmente o Plano de Ação Intersetorial para redução da morbimortalidade por acidente de trânsito em Palmas.	01	00	Plano de Ação Intersetorial para redução da morbimortalidade por acidente de trânsito elaborado	Indicador não alcançado, devido a pandemia não foi possível realizar os encontros para discussão e elaboração do plano, mesmo em tentativa de reuniões virtuais não obtivemos êxito.
Ampliar anualmente em 5% o número de unidades de saúde capacitadas para notificar Violência Interpessoal/Autoprovocada.	5	00	Unidades de saúde notificadoras para violência ampliadas	Em razão da pandemia da COVID-19, no sentido de evitar os riscos de contaminação com atividades coletivas de capacitação, neste último quadrimestre foram priorizadas as atividades internas de qualificação das notificações e os respectivos encaminhamentos dentro da Rede, não sendo possível aumentar o número de unidades notificadoras.

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Contratação de serviços de terceiros para fornecimento de energia elétrica, chaveiro, manutenção de equipamentos, serviços de limpa fossa, carimbos, fornecimento de água mineral e gelo, seguro de veículos, manutenção predial, recarga de nitrogênio líquido, confecção de uniformes para os agentes de controle de endemias e inspetores da Vigilância Sanitária, para os técnicos da Vigilância em Saúde Ambiental e Núcleo de Saúde do Trabalhador, EPI's, serviços gráficos e editoriais, confecção de material educativo e informativo, confecção de faixas, banner, carro de som, e outros; Serviços de pessoa física: locação de imóvel, confecção de faixas, letreiros e outros que se fizerem necessários.	50.000,00	0040	154.182,55	x	x	x
	1.200.000,00	0401	650.804,64	x	x	x
	0,00	0400	76.789,85	x	x	x
	0,00	0010	42.773,56	x	x	x
Aquisição de materiais de consumo para manutenção de equipamentos, predial, aquisição de medicamentos veterinários e outros insumos como ração, cambão, abraçadeiras, caixa de isopor, focinheira, bolsas para trabalho de campo, aquisição de EPI's e outros.	300.000,00	0401	317.505,24	x	x	x
	30.000,00	0040	9.999,00	x	x	x
	0,00	0010	8.020,00	x	x	x
Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	10.000,00	0040	0,00	x	x	x
	87.406,00	0401	0,00	x	x	x
Pagamento de despesas de exercícios anteriores	10.000,00	0040	3.750,00	x	x	x

	150.000,00	0401	0,00	x	x	x
Serviços de tecnologia da informação e comunicação	0,00	0401	131.583,39	x	x	x
	0,00	0040	63.036,10	x	x	x
Total da Ação:	1.837.406,00		1.458.444,33			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

As ações voltadas ao Gerenciamento da Vigilância em Saúde foram executadas conforme o planejamento. Quando destacamos: as ações e serviços ocorreram através do provimento de materiais de consumo e insumos como a aquisição de medicamentos veterinários; alimentos para animais; material para controle de zoonoses; diesel; combustível; materiais de expediente; limpeza; ferramentas; manutenção e conservação de veículos; material e conservação de bens móveis e imóveis (fornecimento de peças e manutenção preventiva e corretiva para ar condicionado, equipamentos médicos hospitalares, aparelhos eletro/eletrônicos) ; serviços de energia; limpeza e conservação, locação de imóveis; locação de veículos; serviços de tecnologia da informação (comunicação de dados e redes em geral, telefonia fixa e móvel, outsourcing de impressão dentre outros serviços que se fizeram necessários à realização das ações de Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Núcleo de Saúde do Trabalhador, Vigilância Ambiental, Unidade de Vigilância e Controle de Zoonoses (UVCZ), Imunização e Informações Estratégicas em Saúde executadas no período avaliado. Os gastos nesta ação chegaram a R\$ 1.458.444,33 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos), atingindo 79,38% da previsão inicial. Também foram executados recursos de transposição por meio da Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020.

UG: 8600 - Ação: Aprimoramento das Ações e Serviços de Vigilância em Saúde

Nº da Ação na LOA: 4490 Meta Física Prevista: 100% Meta Física Executada: 100% Função: 10 - Saúde Subfunção: 305 Tipo de Ação: Atividade

Finalidade: Qualificar os profissionais de saúde, áreas afins, atores sociais e populações específicas para promoção, prevenção, vigilância, atenção e reabilitação da saúde; melhorar ou manter os indicadores de saúde, reduzindo riscos e aumentando os fatores de proteção; divulgar

informações relevantes à gestão, aos serviços e à comunidade, estimulando a mudança nos hábitos comportamentais e reduzindo os riscos e agravos à saúde.

Descrição da Ação: O aprimoramento das ações e serviços da vigilância em saúde dar-se-á por meio do desenvolvimento de ações de educação em saúde nas diversas áreas de Vigilância em Saúde, visando a redução dos riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de promoção e vigilância em saúde, garantia da saúde integral da pessoa idosa e dos portadores com estímulo ao envelhecimento ativo entre outros, com destaques para as realizações: de oficinas, seminários, conferências, congressos, simpósios, fóruns, aperfeiçoamentos e capacitações, além de apoio aos técnicos da vigilância para participação em eventos internos e externos, sendo para tal necessário a aquisição de passagens e diárias, realização de inscrições, contratação de empresa especializada em fornecimento de coffee break, pagamento de hospedagem para colaboradores externos, contratação de serviços de consultorias, pagamento de hora/aula (GAI), confecção de pastas, brindes e outros materiais de distribuição gratuita, produção e distribuição de material informativo e educativo, dentre outros materiais. O aprimoramento das ações e serviços da vigilância em saúde também ocorrerá por meio do desenvolvimento e manutenção de projetos especiais como o Projeto Vida no Trânsito, Projetos de Vigilância e Prevenção de Violência e Acidentes, RCBP, Ações Inovadoras em Hanseníase, dentre outros projetos; do monitoramento, avaliação e divulgação dos resultados obtidos; busca de editais ou outras formas complementares de financiamento; e da realização de campanhas de prevenção e de mobilização social, sendo necessária, para isso, a contratação de grupo teatral, a aquisição de material didático, de premiações culturais e artísticas, o pagamento de horas-extras, a aquisição de insumos e materiais de consumo, confecção de faixas, contratação de carro de som, dentre outros. Também estão inseridas nesta ação todas as atividades relacionadas à informação, educação e comunicação em saúde através da produção e divulgação de informações epidemiológicas, como boletins epidemiológicos com análise da situação de saúde, elaboração de notas técnicas, notas de esclarecimentos e informes epidemiológicos, sejam por meio impresso, como confecção de material gráfico e/ou por veiculação em mídia. Também está contemplado nesta ação o pagamento de indenização de transporte aos agentes de vigilância sanitária e inspetores sanitários, e pagamento de diárias para os agentes de endemias (campanha antirrábica na zona rural).

Meta Orçamentária Total: R\$ 501.812,00

Responsável pela Ação: Superintendente de Atenção e Vigilância em Saúde e Equipe Técnica.

Metas	Proposta 2020	Execução 2020	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
-------	---------------	---------------	-------------	----------------------------------

Ampliar a cobertura vacinal para 75% até 2020.	75	0	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada.	Indicador não atingido. Foi constatado que a pandemia do COVID-19 gerou uma menor procura da população pelos serviços de vacinação. O valor alcançado de cada vacina deste indicador são: Pentavalente: 93,2%, Pneumocócica 10-valente: 91,0%, Poliomielite: 85,2%, Tríplice viral: 80,2%. Contudo, para o alcance do indicador o percentual de cada vacina deverá de no mínimo 95%. A Secretaria tem buscado estratégia como: Registrar todas as doses aplicadas no Sistema de Informação E-sus AB; Desenvolvimento de estratégias e implementação de ações de educação, comunicação e mobilização social; Promoção e execução da educação permanente em seu âmbito de atuação; Dados atualizados em 27/01/2021.
Manter em 90% a investigação dos óbitos infantis e fetais.	90	77,6	Proporção de óbitos infantis e fetais investigados	Ocorreram 58 óbitos fetais e infantis no ano de 2020, 45 (77,6%) destes já tiveram investigação concluída. Somente no 3ºQDM foram 18 (31,0%) dos óbitos do ano, sendo que 05 (27,8%) já tiveram investigação concluída e 13 (72,2%) estão em processo de investigação. Esse indicador não foi alcançado ainda, entretanto a investigação de óbito tem prazo de 120 dias após a data do óbito para ser concluída. Dados obtidos em 20/01.
Encerrar anualmente, no mínimo 90% dos casos de Sífilis Adquirida.	90	86,1	Encerramento dos casos notificados de Sífilis Adquirida.	Meta não alcançada. Os dados são acumulativos, no terceiro quadrimestre foram registradas 375 notificações, das quais 323 foram encerradas, as notificações que não foram encerradas são referentes aos meses de novembro e dezembro, os quais tem 60 dias para serem encerrados, portanto, acreditamos que o indicador será atingido ao término do prazo. Dados obtidos em 05/02/2021.

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de insumos e materiais de consumo, como materiais esportivos, materiais de expediente e pedagógicos, materiais educativos e outros.	102.269,00	0401	0,00	x	x	x
Apoiar a participação de técnicos da Superintendência de Atenção Vigilância em Saúde e colaboradores em eventos, cursos, seminários, encontros, reuniões,			8.456,70	x	x	x

oficinas, simpósios, congressos, mostras, dentre outros eventos de importância da saúde, por meio do pagamento de diárias, pagamento de despesas com locomoção (passagens), inscrição em cursos entre outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica que se fizerem necessário para o alcance do objetivo.	389.543,00	0401				
Indenizações e Restituições.	10.000,00	0401	0,00	x	x	x
Construção de fluxos e protocolos dos agravos de interesse; garantia da qualidade dos sistemas de informação; identificação, discussão e recomendações sobre os problemas/pontos críticos; elaboração e divulgação de boletins epidemiológicos; participação em reuniões de monitoramento de agravos; reuniões e capacitações com as equipes de saúde; supervisão nos CSC's; realização de atividades de educação permanente e popular; articulação junto aos CSC's para busca ativa de casos suspeitos e encerramento das fichas em tempo oportuno; participação em instâncias de controle social do SUS, monitoramento dos indicadores de saúde, apoio institucional aos CSC por meio de supervisão técnica, monitoramento do SI-PNI e busca ativa dos faltosos (esquema de vacinação), dentre outras atividades.	Atividade não orçamentaria	-	-	x	x	x
Total da Ação:	501.812,00		8.456,70			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

Nesta ação, a grande maioria das atividades realizadas foram não são orçamentárias, razão pela qual a meta física foi atingida na sua totalidade. Ressaltamos ainda que as atividades aqui descritas são as mesmas do Fortalecimento da Atenção Primária, considerando que o trabalho é realizado em rede de atenção à saúde, de forma contínua e transversal. Destacamos as seguintes atividades: capacitação da APS quanto ao seu novo financiamento (Indicadores de Saúde); implementação do projeto “Selo Clínica da Família”; suporte a Coordenação da Equipe Multiprofissional, Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF-AB); implementação do SisPalmas para melhoria do registro do pré-natal; realização de visitas técnicas nos Centros de Saúde da Comunidade para conclusão da Capacitação da Prática do Teste do Pezinho; monitoramento dos casos da alta responsável, em puérperas e crianças por meio da implementação de ferramenta de controle junto ao Hospital e Maternidade Dona Regina; conclusão do Guia Rápido de Pré-Natal se encontra em fase de validação; monitoramento dos casos da alta responsável, em puérperas e crianças por meio da implementação de ferramenta de controle junto ao Hospital; conclusão da etapa de elaboração e validação do projeto de acompanhamento e assistência no âmbito da Saúde Sexual e Reprodutiva das adolescentes no município de Palmas; curso de Preparação ao parto, no formato online; teleconsultas (telefone ou videochamada); elaboração de material educativo e

vídeos para orientações online aos usuários; atividades individuais com os usuários do Grupo de Apoio Terapêutico ao Tabagismo; realização de teste rápido para Infecções Sexualmente Transmissíveis; participação da Capacitação com Ministério da Saúde, sobre a vinculação do SIVEP-GRIPE e ESUS-VE; reunião online com os núcleos de vigilância epidemiológica dos hospitais do município de Palmas; vigilância e organização dos bancos de dados (SIVEP, SINAN); manutenção do controle das Declarações de nascidos vivos; coleta de DO e codificação e digitação de dados em tempo oportuno; envio diário de informação de casos confirmados de COVID para URR, SESA; investigação os óbitos pela COVID nas unidades de atenção primária, secundária, e nos hospitais públicos e privados; realização de investigação de óbitos maternos, fetais e infantis em tempo oportuno, inclusive ampliando o olhar para a COVID; acompanhamento complementar das intoxicações exógenas pelo Notifica sus e SINAN; participação virtual do Fórum Estadual de Combate aos Agrotóxicos promovido pelo MPE; ações realizadas de Inspeção/Vigilância nos Ambientes e Processos de Trabalho. Vale ressaltar que a maioria das atividades são não orçamentárias.

UG: 8600 - Ação: Estruturação e Implementação Física da Vigilância em Saúde

Nº da Ação na LOA: 3120 **Meta Física Prevista:** 100% **Meta Física Executada:** 80% **Função:** 10 - Saúde **Subfunção:** 305 **Tipo de Ação:** Atividade

Finalidade: Melhoria do serviço prestado à população com a reestruturação física da Vigilância em Saúde.

Descrição da ação: A estruturação física da Vigilância em Saúde dar-se-á por meio da construção da Rede de Frios Municipal (Porte I). Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender atividades necessárias que englobam as ações de vigilância epidemiológica, sanitária, saúde do trabalhador, vigilância ambiental, Unidade de Controle de zoonoses, Imunização, informações estratégicas em saúde. Contribuindo dentre outros, com a redução dos riscos e agravos a saúde da população, por meio das ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde.

Meta Orçamentária Total: R\$ 819.920,00

Responsável pela Ação: Superintendente da Atenção Primária e Vigilância em Saúde, Divisão de Projetos e Execução Obras e Equipe Técnica.

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.

Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender as ações de Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Centro de Controle de Zoonoses, Central de Imunização e Informações Estratégicas em Saúde. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estruturar as unidades de Vigilância em saúde. Construção da Rede de Frio Municipal (Porte I, conforme Portaria Ministerial nº 1.429/2014)	819.920,00	0400	698.595,62	x	x	x
	0,00	0010	500.000,00			
Total da Ação:	819.920,00		1.198.595,62			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

Os gastos nesta ação chegaram a R\$ 1.198.595,62 (um milhão cento e noventa e oito mil quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos) acima da previsão inicial, sendo R\$ 83.340,30 com equipamentos e materiais permanentes e restante com a construção com a Rede de Frio, no final do exercício se encontrava com 95% da construção e a inauguração está prevista para o 1º quadrimestre/2021.

UG: 8600 - Ação: PPA – P Manutenção de Recursos Humanos da Vigilância em Saúde

Nº da Ação na LOA: 2716 Meta Física Prevista: 355 Meta Física Executada: 278 Função: 10 - Saúde Subfunção: 305 Tipo de Ação: Atividade

Finalidade: Garantir a remuneração dos profissionais da saúde que atuam na Vigilância em Saúde.

Descrição da Ação: A manutenção de recursos humanos na vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, saúde do trabalhador) é necessária para o desenvolvimento das ações e serviços de saúde. Compete realizar, entre outros, dimensionamento de profissionais, manter cadastro de servidores atualizados, registrar e controlar a frequência de servidores, lançar remunerações, incluir adicionais previstos nas legislações pertinentes, pagar a segurança comunitária e patrimonial, conferir prévia e efetuar pagamento dos servidores.

Meta Orçamentária Total: R\$ 19.583.200,00

Responsável pela ação: Superintendente de Atenção Primária e Vigilância em Saúde, Gerente de Gestão de Pessoas e de Folha de Pagamento e Equipe Técnica.

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Coordenar todos os procedimentos relacionados a folha de pagamento, bem como na orientação e execução dos serviços observando o cumprimento dos cronogramas estipulados pela Secretaria de Administração e Recursos Humanos. Manter cadastro de servidores atualizados, lançar remunerações, incluir adicionais previstos em Lei, lançar incentivos, gratificações e auxílios, conferir prévia e efetuar pagamentos, entre outros.	17.078.200,00	0010	5.934.028,90	x	x	x
	2.313.100,00	0401	4.198.071,71	x	x	x
	191.900,00	0450	453.077,97	x	x	x
	0,00	0040	8.690.079,30			
Total da Ação:	19.583.200,00		19.266.257,88			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

A meta física não foi atingida, contudo um acréscimo de 4 servidores em comparação com o mesmo período do ano anterior. Dos 278 servidores: 260 são efetivos (01 mandato classista), 04 efetivos que exerce Função Gratificada, 03 contratos temporários, 04 estagiários, e 01 jovens empreendedores e *06 cedidos para a SEMUS com ônus para o órgão origem (* 04 oriundos do Ministério da Saúde e 02 da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins). Ressaltamos, ainda que toda e qualquer ampliação de pessoal deverá cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, razão pela qual não houve mais aumento de profissionais nesta ação orçamentária. Nesta ação consta 01 servidor a disposição com ônus para o órgão requisitante, o qual consta cadastrado com vínculo com o município de Palmas/SEMUS, porém, não está desempenhando suas atividades laborais, conseqüentemente sem gerar despesas financeiras. Os gastos totais dessa ação em 2020 chegaram a R\$ 19.266.257,88 (dezenove milhões duzentos e sessenta e seis mil duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos), representando aproximadamente 98% dos recursos previstos.

UG: 8600 - Ação: Manutenção dos Serviços Credenciados de Média e Alta Complexidade

Nº da Ação na LOA: 4473 **Meta Física Prevista:** 100% **Meta Física Executada:** 100% **Função:** 10 - Saúde **Subfunção:** 302 **Tipo de Ação:** Atividade

Finalidade: Garantir o acesso da população própria e referenciada às ações e serviços complementares de Média e Alta Complexidade ofertados pela gestão municipal do SUS.

Descrição da Ação: Credenciamento de empresas prestadoras de serviços de saúde para a realização de consultas, exames e procedimentos de forma a complementar os serviços ofertados pela gestão municipal do SUS a população própria e referenciada.

Meta Orçamentária Total: R\$ 17.820.349,00

Responsável pela Ação: Diretor(a) de Atenção Secundária em Saúde e equipe técnica.

Metas	Proposta 2020	Execução 2020	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas		
Monitorar mensalmente 100% dos procedimentos pactuados com os municípios do Estado do Tocantins, nos termos do Convênio de Cooperação Técnica	100%	100	Percentual de procedimentos pactuados monitorados	Meta atingida. O monitoramento dos procedimentos pactuados com os municípios de Barrolândia e Tocantínia. Para o cálculo da meta foram utilizados os procedimentos marcados no quadrimestre para os municípios conveniados, os quais foram monitorados 100% conforme a pactuação estabelecida.		

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
	1.500.000,00	0010	1.798.111,10	x	x	x
	2.000.000,00	0040	1.716.448,28	x	x	x
Contratualização de empresas especializadas na prestação de serviços para complementação da rede própria - consultas médicas especializadas e exames.	13.658.433,00	0401	5.865.660,15	x	x	x
	661.916,00	0498	147.847,59	x	x	x
	0,00	0450	287.991,83	x	x	x
	0,00	0442	82.759,05	x	x	x
	0,00	0040	86.326,36	x	x	x
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0401	162.359,37	x	x	x
	0,00	0498	683,54	x	x	x
Total da Ação:	17.820.349,00		10.148.187,27			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

Atualmente a rede de serviços de Saúde é composta por 79 estabelecimentos, sendo, 53 unidades assistenciais de saúde, pertencente a Rede Própria, e 26 prestadores de serviços assistenciais contratualizados por meio da Celebração de Contratos de Credenciamento. Foram ofertados exames de Análises Clínicas, Consultas em Oftalmologia, Cirurgias, Diagnose e Terapia em Oftalmologia, Consultas Médicas em Otorrino, Exames de Videolaringoscopia, Exames de Diagnóstico por Imagem, Eletroencefalografia de Membros Inferiores e Superiores, Exames de Eletrocardiograma, Eletroencefalograma Com e Sem Sedação, Biópsia de Próstata e Anestesiologia em procedimentos de Média e Alta Complexidade. Ressaltamos ainda que no 1º quadrimestre/2020 através do Projeto Cirurgia Catarata Zero (recurso oriundo de emenda parlamentar) foi assistido cerca de 900 a 1.000 pessoas residentes de Palmas e demais 36 municípios, referência de Palmas. Foram habilitados 7 estabelecimentos especializados na prestação de serviços em Oftalmologia: Hospital Oftalmológico de Brasília – HOB; Instituto da Visão; Instituto de Oftalmologia do Tocantins – IOT; Calixto & Alencar Ltda – Drª Josenylda; Oftalmoclinica Visão; Vision Laser e Clínica de Olhos Yano. Destacamos que houve uma redução no quantitativo de procedimentos executados nesse período em função da Situação de Emergência em Saúde Pública no município de Palmas/TO, declarada por meio do DECRETO Nº 1.856, de 14 março de 2020. Destacamos que mesmo diante do período pandêmico, houve a renovação dos contratos de Credenciamento das empresas especializadas na prestação de serviços de Análises Clínicas e de Ultrassonografia. Também houve a celebração de novos Contratos de Credenciamento com a oferta de Consultas em Oftalmologia; Diagnose em Oftalmologia Simples, Intermediária e Avançada; Cirurgias Oftalmológicas; E o tratamento de glaucoma com medicamento no âmbito da Política Nacional de Oftalmologia, que se encontra em fase de tramitação pelo Ministério da Saúde para habilitação do Serviço; Consulta Médica em Atenção Especializada - Médico otorrinolaringologista; Videolaringoscopia; e Exames de Densitometria Óssea; Rx Contrastado Clister Opaco com/sem Duplo contraste; Rx Urografia Venosa Contrastado c/s contraste; Uretrocistografia em adultos c/s contraste; Uretrocistografia em criança (até 12 anos) c/s contraste; Rx Esôfago Contrastado c/s contraste; Rx Intestino Delgado c/s contraste; Mamografia; Mamografia Bilateral Rastreamento; Esofagogastroduodenoscopia (a partir 2 anos idade) c/s anestesia; Tomografia Computadorizada com/sem anestesia com/sem contraste; Monitoramento pelo Sistema Holter 24 hs (3 canais); Monitorização Ambulatorial de Pressão Arterial; Teste de Esforço / Teste Ergométrico; Ecocardiografia Transtorácica; Histeroscopia (Diagnóstica); Histeroscopia (Diagnóstica com Biopsia); - Colonoscopia (Coloscopia) c/s anestesia (a partir 2 anos de idade) c/s anestesia; Ultrassonografia Doppler de Fluxo Obstétrico; Retossigmoidoscopia; retirada de pólipos do tubo digestivo por endoscopia.

UG: 8600 - Ação: PPA P - Manutenção da Assistência Farmacêutica

Nº da Ação na LOA: 2724 Meta Física Prevista: 100% Meta Física Executada: 100% Função: 10 - Saúde Subfunção: 303 Tipo de Ação: Atividade

Finalidade da ação: Garantir a assistência farmacêutica aos usuários do SUS, suprir a rede com insumos e medicamentos da REMUME na perspectiva da promoção, prevenção e recuperação da saúde possibilitando diminuição da morbimortalidade e a redução da taxa de prevalência das doenças.

Descrição da ação: Manutenção dos serviços de Assistência Farmacêutica através da aquisição, distribuição e dispensação de medicamentos da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), acompanhamento e avaliação dos processos por meio do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica - HÓRUS e Implantação dos Projetos de Farmácia Clínica e Fitoterapia, proporcionando a ampliação dos serviços da Assistência Farmacêutica.

Meta Orçamentária Total: R\$ 4.017.016,00

Responsável Pela Ação: Diretor (a) de Atenção Secundária em Saúde e Equipe Gestora

Metas	Proposta 2020	Execução 2020	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Distribuir anualmente 80% dos medicamentos da REMUME	80%	76,8	Percentual de medicamentos constantes na REMUME distribuídos.	Meta parcialmente atingida. Ressaltamos que a correlação do índice alcançado com a meta prevista possui algumas características que devem ser levadas em consideração, entre elas a dificuldade na aquisição de determinados medicamentos uma vez que a demanda mundial cresceu de forma exorbitante, não sendo acompanhada pela velocidade da produção e distribuição por parte das indústrias. Destacamos ainda que tal reflexo foi sentido também nos preços de medicamentos em virtude de sua escassez. Outro fator importante é a dispensação de medicamentos para pacientes portadores de comorbidades (Hipertensão Arterial e Diabetes) por um período maior que o comum, elevando o consumo previsto para 3 meses, sendo dispensado em apenas um único mês, dessa forma contribuindo para uma menor circulação de pacientes que se enquadram neste grupo de risco.
Implantar a Fitoterapia no Município de Palmas até 2020	0,62	0	Projeto de fitoterapia implantado.	Após estudos foi constatado a necessidade de construção de um laboratório de produção de fitoterápicos, e conseqüentemente o projeto sofrerá um considerável impacto orçamentário-financeiro. Sendo assim a gestão está avaliando a viabilidade financeira para a execução do projeto, e/ou fazer

alteração do projeto de modo que a inserção da fitoterapia não esteja associada a estruturação de uma Farmácia.

Implantar a Farmácia Clínica em 100% dos territórios de saúde do município de Palmas até 2020.	70%	100	Implantação da farmácia clínica.	A Meta de implantação da Farmácia Clínica em 100% dos territórios de saúde foi concluída através do trabalho dos farmacêuticos residentes do NASF, dessa forma, os serviços clínicos farmacêuticos passaram a ser desenvolvidos em todos os 08 territórios de saúde.
--	-----	-----	----------------------------------	--

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de Medicamentos REMUME, com recurso municipal (contrapartida)	957.000,00	0010	504.499,53	x	x	x
	0,00	0040	20.860,00			
Aquisição de Medicamentos da REMUME, com recurso federal.	1.484.480,00	0401	690.771,64	x	x	x
Aquisição de Medicamentos da REMUME, com recurso estadual.	630.536,00	0440	540.653,35	x	x	x
Aquisição de medicamentos para atendimento aos pacientes do CAPS, com recurso estadual.	145.000,00	0442	0,00	x	x	x
Aquisição de medicamentos para atendimento a pacientes de demanda judicial	200.000,00	0040	201.938,39	x	x	x
	300.000,00	0010	185.887,05	x	x	x
Despesas de exercícios anteriores	300.000,00	0040	0,00	x	x	x
	0,00	0401	58.923,16	x	x	x
Total da Ação:	4.017.016,00		2.203.533,12			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

De acordo com sistema HORUS foram distribuídos no exercício de 2020, 15.088.320 medicamentos da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) dentre os quais: anti-inflamatórios, analgésicos, antialérgicos entre outros. Os gastos nesta ação em

2020 chegaram a R\$ 2.203.533,12 (dois milhões duzentos e três mil quinhentos e trinta e três reais e doze centavos) o que representa a 54,85% dos recursos previstos inicialmente, contudo, na ação 4672 – Enfrentamento a Emergência de Saúde Pública ao COVID 19 foram executados um maior montante de recursos para medicamentos.

UG: 8600 - Ação: Manutenção Atenção Secundária em Saúde

Nº da Ação na LOA: 2742	Meta Física: 100%	Meta física executada: 100%	Função: 10	Subfunção: 302	Tipo de Ação: Atividade
--------------------------------	--------------------------	------------------------------------	-------------------	-----------------------	--------------------------------

Finalidade da Ação: Manter os serviços de Atenção Secundária ofertados no âmbito da gestão municipal do SUS.

Descrição da Ação: Manutenção das Unidades de Pronto Atendimento Norte e Sul, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, dos Centros de Atenção Psicossocial, Ambulatório Municipal de Saúde, Centro de Referência em Fisioterapia da Região Sul, Núcleo de Assistência Henfil, Policlínica de Taquaralto, Laboratório Municipal e demais serviços de atenção secundária, através da aquisição de materiais de enfermagem, odontológicos, de expediente, limpeza, construção; serviços de reprografia, telefonia, internet, energia elétrica, serviços de vigilância e monitoramento, limpeza, alimentação, fornecimento de gases medicinais; manutenção de equipamentos, manutenção predial, locação de imóveis, locação e manutenção de veículos e ambulâncias, custeio de passagens e ajuda de custo para pacientes de Tratamento Fora de Domicílio – TFD, e outras atividades que se façam necessárias para a continuidade dos serviços.

Meta Orçamentária Total: R\$ 13.952.831,00

Responsável pela Ação: Diretor de Atenção Secundária em Saúde e Equipe Técnica

Metas	Proposta 2020	Execução 2020	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Realizar anualmente pelo menos 12 (doze) altas terapêuticas nos Centros de Atenção Psicossocial.	12	14	Número de altas terapêuticas realizadas pelos Centros de Atenção Psicossocial no período	Foram realizadas 14 altas terapêuticas pelos Centro de Atenção Psicossocial. A meta foi alcançada, porém tendo em vista a complexidade dos pacientes e alterações no serviço, com a suspensão das atividades coletivas devido a pandemia, muitos casos que poderiam receber alta terapêutica foram mantidos em acompanhamento, pois o período de pandemia naturalmente repercute em períodos com aumento das vulnerabilidades sociais, trazendo mais chances de “recaídas” ou conflitos familiares, por exemplo.
Realizar mensalmente 4 (quatro) oficinas de geração de renda nos Centros de Atenção Psicossocial	48	22	Número de oficinas de geração de renda realizadas nos Centros de Atenção Psicossocial	Meta não atingida. Devido a pandemia, houve adaptações nas atividades ofertadas, sendo que atividades coletivas presenciais foram suspensas. No 3º quadrimestre, por exemplo, as oficinas de geração de renda mensais foram

Regular 100% da oferta estimada de consultas médicas e exames especializados conforme o protocolo até 2021	90%	100	Percentual de aproveitamento da oferta estimada de consultas médicas especializadas	realizadas por vídeo chamada com pacientes do CAPS II após adaptação do serviço. Meta alcançada. Todas as consultas especializadas foram devidamente reguladas tanto por Médicos Reguladores quanto por Médicos Especialista.
--	-----	-----	---	--

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de materiais de enfermagem, materiais hospitalares, materiais odontológicos, materiais de expediente, materiais de limpeza, materiais de construção, materiais de copa e cozinha, combustível, insumos para alimentação, peças para manutenção predial, de equipamento e veículos, e outros insumos necessários	172.890,50	0010	174.571,43	x	x	x
	1.738.645,65	0040	154.172,08	x	x	x
	723.024,60	0401	2.183.349,02	x	x	x
	211.249,00	0441	558.905,09			
	96.074,00	0442	207.408,39	x	x	x
	392.775,00	0450	331.184,22	x	x	x
	142.798,00	0451	15.844,04	x	x	x
	0,00	0400	68.404,30			
Serviços de reprografia, energia, telefonia, internet, vigilância, limpeza, manutenção de equipamentos, manutenção de veículos, manutenção predial, locação de imóveis, locação de veículos, confecção de placas e caracterização visual, confecção de uniformes, e outras serviços de pessoa jurídica ou física	473.671,50	0010	231.559,95	x	x	x
	3.478.913,35	0040	2.836.513,31	x	x	x
	3.167.098,40	0401	4.128.815,58	x	x	x
	633.749,00	0441	372.959,70	x	x	x
	328.222,00	0442	267.930,79	x	x	x
	1.218.325,00	0450	457.359,41	x	x	x
	313.195,00	0451	358.763,97	x	x	x

	0,00	0400	322.550,15	x	x	x
Sentenças judiciais	99.000,00	0040	80.920,05	x	x	x
Despesas de exercício anterior	45.000,00	0010	0,00	x	x	x
	300.000,00	0040	2.300,00	x	x	x
	172.000,00	0401	113.902,32	x	x	x
	80.000,00	0441	0,00	x	x	x
	40.000,00	0442	0,00	x	x	x
	120.000,00	0450	9.055,00	x	x	x
Obrigações tributárias e contributivas	6.200,00	0040	0,00	x	x	x
Total da Ação:	13.952.831,00		12.876.468,80			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

As ações e serviços ocorreram através do provimento de materiais de consumo tais como: material de odontologia, combustível, diesel, material educativo e esportivos (fisioterapia), material de cama, mesa e banho, copa e cozinha, material de limpeza, proteção e segurança, material laboratorial, hospitalar, gás e outros engarrafados, gêneros de alimentação. Serviços de locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, de veículos, manutenção e conservação de bens móveis (manutenção de equipamentos médico-hospitalares e odontológico e outros) e bens imóveis, serviços de energia elétrica, vigilância ostensiva e monitorada, serviços de limpeza e conservação, serviços de tecnologia (comunicação de dados e de rede, telefonia móvel e fixa, outsourcing de impressão, sentenças judiciais entre outras despesas indispensáveis para a manutenção das Unidades de Pronto Atendimento, Centro de Atenção Psicossocial, Policlínicas, SAMU e Centros Especializados. No total, foram realizados 1.929.382 procedimentos nos meses de janeiro a novembro de 2020 (o quantitativo referente ao mês de dezembro não estava disponibilizado pelo Ministério da Saúde até o fechamento deste relatório) nos serviços de média e alta complexidade, incluindo ações de promoção e prevenção em saúde, procedimentos com finalidade diagnóstica, procedimentos clínicos, procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, oferta de órteses, próteses e materiais especiais, e ações complementares da atenção à saúde. Ressalta-se que os serviços de urgência e

emergência foram adaptados para absorver a demanda necessária relacionada ao COVID-19, além das demandas usuais dos serviços, sendo realizados nas UPA's e Anexo (Centro de Atenção Especializada a saúde Francisca Romana Chaves). Os gastos nessa ação chegaram a R\$ 12.876.468,80 (doze milhões oitocentos e setenta e seis mil quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos) o que representa a 92,29% dos recursos iniciais previstos. Também foram executados recursos de transposição por meio da Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020.

UG: 8600 - AÇÃO: PPA – P Fortalecimento da Atenção Secundária

Nº da Ação na LOA: 4413 Meta Física Prevista: 100% Meta Física Executada: 100% Função: 10 - Saúde Subfunção: 302 Tipo de Ação: Atividade

Finalidade: Fortalecer a Atenção Secundária em Saúde a fim de aprimorar a qualidade dos serviços ofertados no âmbito da gestão municipal do SUS.

Descrição da Ação: Fortalecimento dos serviços de média e alta complexidade, de saúde mental, álcool e outras drogas e de urgência e emergência, através de atividades educativas, visitas técnicas, supervisão clínica institucional, elaboração e monitoramento de protocolos, monitoramento e avaliação das ações e serviços, capacitação e participação em eventos, custeio de diárias, passagens, hospedagem, inscrição em cursos, congressos e similares, pagamento de hora/aula, coffee-break, confecção de material gráfico, brindes e outros materiais para distribuição, aquisição de insumos e outras despesas necessárias.

Meta Orçamentária Total: R\$ 116.000,00

Responsável pela Ação: Diretor (a) de Atenção Secundária e Equipe Técnica

Metas	Proposta 2020	Execução 2020	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Aumentar de 0,83 para 1,17 a taxa de cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial até 2020.	1,17	0,81	Taxa de cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial	Meta não alcançada. Conforme a fórmula de cálculo, o resultado somente será alterado quando houver a inauguração de um novo CAPS. Houve diminuição da taxa devido ao aumento da população estimada pelo IBGE para o ano de 2020, porém os dispositivos já atuantes continuam em funcionamento (CAPS II e CAPS AD III).
Realizar mensalmente 2 (duas) ações de impacto coletivo em regiões de vulnerabilidade social com enfoque em Redução de Danos	24	21	Número de ações de impacto coletivo em regiões de vulnerabilidade social com	Meta parcialmente atingida. Devido a pandemia, as atividades coletivas sofreram diminuição e adaptação. Por exemplo, no CAPS II foram realizadas ações voltadas para Redução de

			enfoque em redução de danos realizadas	Danos e COVID 19 na sala de espera, com objetivo de orientar os pacientes acerca de informações relacionadas a prevenção da contaminação bem como temáticas sobre o autocuidado e o uso correto dos equipamentos de segurança, seguindo todos os pré-requisitos de segurança para realização das atividades.
Reduzir de 70% para 63% até 2021 o percentual de atendimentos de baixa complexidade nas unidades de pronto atendimento do município de Palmas	66%	36,4	Percentual de atendimentos de baixa complexidade nas Unidades de Pronto Atendimento	Durante o 2º quadrimestre houve mudança no perfil da classificação de risco dos pacientes, possivelmente devido a pandemia e diminuição da procura dos serviços de saúde por outros motivos. No 3º Quadrimestre as Unidades de Pronto Atendimento Norte/Sul e o anexo Centro de Atenção Especializada a Saúde Francisca Romana Chaves atenderam um total de 90.297 pacientes. Deste total, 28.969 foram pacientes classificados na cor verde e 3.902 foram pacientes classificados na cor azul.
Reduzir de 28m59s para 26m50s o tempo médio de resposta das chamadas reguladas pelo SAMU dentro do município de Palmas	26m50s	17,9	Tempo médio de resposta das chamadas reguladas pelo SAMU dentro do município de Palmas	Durante o 3º quadrimestre/2020 foram recebidas 10.643 chamadas, deste 78,47% das chamadas foram originadas do município de Palmas/TO. A redução do tempo resposta, pode ser atribuído a dois fatores: o primeiro é a redução de 926 chamadas em relação ao 2º quadrimestre/2020, o segundo foi a ampliação da frota com locação de 03 ambulâncias para o enfrentamento da COVID para atender as UPAs Norte, Sul e Anexo Norte, reduzindo assim as transferências realizadas pelo SAMU de pacientes suspeitos e/ou confirmados para os hospitais de referência.

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de insumos, materiais de expediente, materiais didáticos e terapêuticos, serviços de coffee-break	15.000,00	0401	0,00	x	x	x
	10.000,00	0040	0,00	x	x	x
Pagamento de diárias	15.000,00	0401	0,00	x	x	x
Passagens e despesas com locomoção	20.000,00	0040	0,00	x	x	x
	35.000,00	0401	0,00	x	x	x

Hospedagem, inscrição em cursos/congressos/seminários, confecção de material gráfico e brindes	20.000,00	0040	0,00	x	x	x
Aquisição de equipamentos e material permanente	1.000,00	0040	0,00	x	x	x
Atividades educativas, visitas técnicas, supervisão clínica institucional, elaboração e monitoramento de protocolos, monitoramento e avaliação das ações e serviços, capacitação e participação em eventos	Atividade não orçamentária	-	-	x	x	x
Total da Ação:	116.000,00		0,00			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

Ação sem execução orçamentário-financeiro. Foi executada através de atividades não orçamentárias, entre elas reuniões técnicas, visitas técnicas, participação em eventos e reuniões online, capacitações aos profissionais para atualização em relação ao enfrentamento ao COVID-19 em conjunto com a FESP.

UG: 8600 - Ação: PPA P - Estruturação Física da Atenção Secundária em Saúde

Nº da Ação na LOA: 1674 **Meta Física Prevista:** 100% **Meta Física Executada:** 30% **Função:** 10 - Saúde **Subfunção:** 302 **Tipo de Ação:** Projeto

Finalidade: Estruturar e implementar as unidades da rede de atenção secundária a fim de ofertar serviços de saúde de qualidade.

Descrição da Ação: Ocorre por meio das construções, ampliações e reformas das unidades que compõem a atenção secundária bem como a aquisição de equipamentos e materiais permanentes e implantação de novos serviços para atender atividades necessárias que englobam os serviços de média e alta complexidade de responsabilidade do município.

Meta Orçamentária Total: R\$ 2.040.000,00

Responsável pela Ação: Diretor de Atenção Secundária e Equipe Técnica.

Metas	Proposta 2020	Execução 2020	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Construir a sede própria do CAPS II até 2020	1	0	Número absoluto de sede própria do CAPS II construído	Obra em fase interna de licitação. Projetos e termo de referência concluídos. Aguardando procedimento licitatório (Tomada de Preços) para emissão da ordem de início de

Construir o CAPSi até 2020	1	0,47	Número absoluto de CAPSi construído	serviço. Processo encontra-se na Diretoria Executiva do Fundo Municipal de Saúde para reserva e empenho dos valores previstos. Foram repassados no mês de novembro/2020 R\$ 480.000,00. Obra em andamento com cerca de 47% dos serviços executados. Previsão inicial de entrega para maio de 2021. Aguardando pagamento da 3ª e 4ª medição.
Construir o Centro de Parto Normal até 2020	1	0	Número absoluto de Centro de Parto Normal construído	Atraso na etapa de Ação Preparatória em razão de problemas do terreno. Previsão de utilização de recursos do Pré-Sal para continuidade da obra, segundo informações da DEXFMS. Projetos de Arquitetura, Engenharia, Orçamento e Termo de Referência concluídos.

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Realização de obras e instalações	2.040.000,00	0400	639.281,97	x	x	x
	0,00	0101	206.318,99	x	x	x
Equipamentos e material permanente	0,00	0040	611.950,83	x	x	x
	0,00	1002	80.000,00	x	x	x
	0,00	0101	464.427,29	x	x	x
	0,00	0400	30.378,05	x	x	x
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0040	3.500,00	x	x	x
Total da Ação:	2.040.000,00		2.035.857,13			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

Foram gastos R\$ 845.600,96 em obras, com a construção do CAPSi, que se encontra com 47% dos serviços executados e R\$ 1.186.756,17 com equipamentos e materiais permanentes para equipar as unidades da média e alta complexidade. As obras do CAPS II e do Centro de Parto Normal ficaram para o próximo exercício.

UG: 8600 - Ação: PPA – P Manutenção de Recursos Humanos da Atenção Secundaria

Nº da Ação na LOA: 2718 Meta Física Prevista: 949 Meta Física Executada: 988 Função: 10 - Saúde Subfunção: 302 Tipo de Ação: Atividade

Finalidade: Garantir a remuneração dos profissionais que atuam na Atenção Secundária.

Descrição da Ação: Compete realizar o dimensionamento de profissionais, manter cadastro de servidores atualizados, registrar e controlar a frequência de servidores, lançar remunerações, incluir adicionais previstos nas legislações pertinentes, Gratificação de Atividade Finalística e Técnica no SUS inclusive para contratos temporários e cargos comissionados desde que relacionados aos serviços relativos aos respectivos blocos e adicionais de plantões extras.

Meta Orçamentária Total: R\$ 63.439.266,00

Responsável pela Ação: Diretor (a) de Atenção Secundária, Gerente de Gestão de Pessoas, Gerente de Folha de Pagamento e Equipe Técnica.

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Coordenar todos os procedimentos relacionados à folha de pagamento, bem como na orientação e execução dos serviços observando o cumprimento dos cronogramas estipulados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano. Manter cadastro de servidores atualizados, lançar remunerações, incluir adicionais previstos em Lei, lançar incentivos, gratificações e auxílios, conferir prévia e efetuar pagamentos, entre outros.	5.382.666,00	0441	6.745.458,98	x	x	x
	28.672.600,00	0040	21.056.611,05	x	x	x
	29.384.000,00	0401	29.541.538,76	x	x	x
	0,00	0010	7.373.284,30	x	x	x
	0,00	0451	305.773,80	x	x	x
	0,00	0104	2.647.869,49	x	x	x
Total da Ação:	63.439.266,00		67.670.536,38			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

A meta física não foi atingida, contudo, houve aumento em comparação com o mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 101 profissionais da saúde. Dos 988 servidores: 792 são efetivos (01 mandato classista), 02 requisitado comissionado, 01 efetivo exerce Função Gratificada, 7 estagiários, *10 cedidos para a SEMUS com ônus para o órgão origem, oriundos da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins - VIA CONVÊNIO), 151 contratos temporários, 01 oriundo do município de Porto Nacional cedida com ônus para o órgão de origem mediante ressarcimento e 24 jovens empreendedores. Ressaltamos, ainda que toda e qualquer ampliação de pessoal cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesta ação constam vinculados 13 servidores de licença para tratar de interesses particulares e 04 a disposição com ônus para o órgão requisitante, os quais constam cadastrados com vínculo com o município de Palmas/SEMUS, porém, não estão desempenhando suas atividades

laborais, conseqüentemente sem gerar despesas financeiras. Os gastos totais dessa ação em 2020 chegaram a R\$ 67.670.536,38 (sessenta e sete milhões seiscentos e setenta mil quinhentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos), representando um aumento de aproximadamente 106% dos recursos iniciais previstos. Sendo com o aumento de pessoal, sobretudo para o enfrentamento da COVID 19, com o pagamento regular das progressões funcionais entre outros.

UG: 8600 - Ação: PPA – P Apoio a instituições não governamentais

Nº da Ação na LOA: 3074 Meta Física Prevista: Meta Física Executada:0 Função: 10 - Saúde Subfunção: 302 Tipo de Ação: Projeto

Finalidade: - Ação oriunda de Emenda Parlamentar

Descrição da Ação: Apoio a instituições não governamentais (emendas), com repasse de recursos para execução de atividade e ações relacionadas a diversas áreas da saúde municipal.

Meta Orçamentária Total: R\$ 349.891,00 (dotação inicial)

Responsável pela Ação: Diretor do Fundo Municipal de Saúde

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
-	-	0441	0,00	x	x	x
	-	0040	0,00	x	x	x
	-	0401	0,00	x	x	x
Total da Ação:			0,00			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

Os recursos previstos nesta ação oriundos de emendas parlamentares de Vereadores (fonte 0010) foram remanejados para a execução das ações/atividades de enfrentamento ao COVID 2019.

UG: 8600 - Ação: PPA – P Enfrentamento à emergência de saúde pública da COVID-19

Finalidade: Sua criação foi com base nas legislações e nos moldes da ação do Governo Federal também criada com finalidade específica do enfrentamento de emergência de saúde pública (novo coronavírus) na função (área de atuação) 10 – saúde e subfunção 122 (Administração Geral), conforme <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/programacao/consulta?de=01/05/2020&ate=31/05/2020&programa=5018&acao=21C0&ordenarPor=mesAno&direcao=des> e orientações dos órgãos de controle externos, quando citamos a Portaria nº 276/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e Nota Técnica nº 01/2020 que orienta os jurisdicionados quanto à observação de parâmetros legais e extraordinários diante do atual cenário internacional e nacional de pandemia decorrentes do novo coronavírus. Foi criada através da Medida Provisória nº 03, de 22 de março de 2020.

Descrição da Ação: Enfrentamento à emergência de saúde pública da COVID-19

Responsável pela Ação: Diretor do Fundo Municipal de Saúde

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Material de consumo (Material laboratorial- testes para Coronavírus IGG/IGM (teste), aquisição de reagentes para teste)	0,00	0010	4.155.047,01	x	x	x
	0,00	0040	92.000,00	x	x	x
	0,00	1002	499.970,00			x
Material de consumo (Material hospitalar – insumos de enfermagem)	0,00	0040	511.574,00	x	x	x
		0010	7.425,00	x		
		0401	3.245.499,09	x	x	x
Material de consumo (Material de Proteção e Segurança)	0,00	0401	1.389.480,20	x	x	x
Material de consumo (Copa e cozinha – utensílios descartáveis SAMU, UPAs e CAPS)	0,00	0401	245.156,00	x	x	x
Material de consumo (Material de limpeza e produtos de higienização)	0,00	0401	1.688.390,00	x		
	0,00	0040	41.965,00	x		
Medicamentos	0,00	0401	8.401.628,77		x	x
	0,00	0442	181.380,50		x	x
	0,00	0010	3.908.899,03	x	x	x

	0,00	0040	4.582.434,00	x	x
Pessoa jurídica (Leitos Clínicos e leitos UTI)	0,00	0401	1.359.550,00		x
	0,00	0010	1.445.550,00		x
Pessoa jurídica (Locação de 03 ambulâncias)	0,00	0010	314.533,33		x
Pessoa jurídica (Locação de gerador e de tendas para serem utilizadas nas Unidades Sentinelas e demais Unidades Básicas de Saúde)	0,00	0010	90.000,00		x
Pessoa jurídica (Contratação de empresa especializada em instalação de usina de oxigênio medicinal para a UPA Sul e UPA Norte)	0,00	0010	234.000,00	x	x
Serviços de tecnologia da informação e comunicação (Locação de softwares – Serviço de gestão laboratorial)	0,00	0010	9.259,34	x	
Serviços de tecnologia da informação e comunicação (Emissão de certificados digitais)	0,00	0010	1.960,00	x	
Auxílio-alimentação	0,00	0401	29.533,33	x	x
	0,00	0010	1.780,00	x	
Auxílio-transporte	0,00	0401	27.857,94	x	x
	0,00	0010	1.829,80	x	
Despesa com pessoal	0,00	0401	5.269.902,66	x	x
	0,00	0010	1.182.342,26	x	x
	0,00	0040	320.304,47	x	x
Total da Ação:	0,00		39.239.251,73		

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

Nesta ação foram executadas despesas para o enfrentamento ao COVID 19, sendo com Despesas de Pessoal; Material de Consumo (Aquisição de materiais de limpeza e utensílios descartáveis, aquisição de insumos de enfermagem, aquisição de reagentes (insumos) para teste do COVID 19, Aquisição de Máscaras Material de limpeza e produtos de higienização, Material de proteção e segurança, kits teste coronavírus (COVID 19) IGG/IGM (teste rápido) e Material hospitalar), Material de distribuição gratuita (Medicamentos); Outros serviços de terceiros pessoa jurídica (Manutenção corretiva/preventiva em equipamentos médicos e hospitalares, Requisição administrativa leitos clínicos – Coronavírus, Credenciamento Leitos em UTI COVID 19, Contratação de empresa especializada em instalação de usina de oxigênio medical para UPA Sul e UPA Norte, Locação de 3 ambulâncias tipo D UTI COVID 19, Serviços de Limpeza com desinfecção e sanitização); Serviços de tecnologia (Aquisição de assinaturas digitais para os profissionais de saúde e empresa para prestar serviço de sistema de gestão laboratorial);

Auxílio- alimentação e auxílio transporte. Os gastos nessa ação chegaram a R\$ 39.239.251,73 (trinta e nove milhões, duzentos e trinta e nove mil, duzentos e cinquenta e um reais e setenta e três centavos).

Diretriz - Fortalecer a Gestão do SUS

Objetivo - Fortalecer a Gestão Estratégica, através de planejamento estratégico, auditoria, ouvidoria e do monitoramento e avaliação das ações de saúde, contribuindo para a consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito municipal.

UG: 8600 - Ação: PPA - P Aprimoramento da Gestão Estratégica do SUS

Nº da Ação na LOA: 2737 Meta Física Prevista: 100% Meta Física Executada: 100% Função: 10 - Saúde Subfunção: 125 Tipo de Ação: Atividade

Finalidade: Aprimorar a capacidade de governo sobre o sistema de saúde contribuindo assim para a qualificação e humanização da gestão do SUS.

Descrição: O aprimoramento da política de gestão estratégica do SUS, dar-se-á através da implementação do planejamento estratégico e participativo como alicerce de todo o processo de execução das ações e serviços de saúde, da elaboração, e revisão dos instrumentos da gestão e orçamentários quais sejam: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO Lei Orçamentária Anual - LOA, Plano Municipal de Saúde - PMS, Programação Anual de Saúde - PAS, Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior - RDQA e Relatório Anual de Gestão, bem como fortalecer a gestão através do desenvolvimento de ações de forma articulada da auditoria, ouvidoria e implementação do monitoramento e avaliação de forma contínua , sendo que a maioria das atividades executadas nesta ação são consideradas não orçamentárias, indispensáveis para o fortalecimento e gestão do SUS.

Meta Orçamentária Total: R\$ 28.000,00

Responsável pela Ação: Chefe de Assessoria de Planejamento, Assessoria Jurídica, responsável pela Auditoria, Gerência de Gestão de Pessoas e Equipe Técnica.

Metas	Proposta 2020	Execução 2020	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
-------	---------------	---------------	-------------	----------------------------------

Concluir mensalmente 65% das demandas recebidas pela Assessoria Jurídica no período até 2021.	60	95,13	Percentual de demandas concluídas pela ASSEJUR.	A Assessoria Jurídica conseguiu atingir a meta estabelecida no PMS de concluir 65% das demandas em 2020, no terceiro quadrimestre de 2020 foi concluído 95,13% das demandas.
Elaborar e/ou revisar 100% dos instrumentos de gestão do SUS e orçamentários dentro do prazo estabelecido	100	100	Percentual de instrumentos de gestão do SUS e orçamentários elaborados e/ou revisados.	Meta alcançada. Os instrumentos de Gestão do SUS quais sejam: Plano Municipal de Saúde 2018-2021 (3ª revisão) foi revisado, Programação Anual de Saúde – 2021, Relatórios dos Quadrimestres Anteriores foram elaborados. Assim como os Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual 2018-2021 (3ª revisão) foi revisado, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 e Lei Orçamentária Anual – 2021 foram elaboradas.
Monitorar e avaliar 100% dos instrumentos de gestão do SUS e orçamentários dentro do prazo estabelecido	100	100	Percentual de instrumentos de gestão do SUS e orçamentários monitorados e avaliados.	Meta alcançada. Quadrimestralmente são avaliados e monitorados os instrumentos de gestão do SUS e orçamentários foram devidamente monitorados e avaliados e encaminhados para a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano.
Ampliar de 10% para 50%, o número de profissionais atendidos pela Clínica Ocupacional, até 2021.	20	80	Percentual de trabalhadores atendidos pela Clínica Ocupacional	Até o presente momento foram realizados atendimentos pela clínica de Saúde Ocupacional do Setor de Gerenciamento de Riscos Ocupacional (GRO), 723 servidores, em todas as unidades de saúde, sendo realizadas avaliações clínicas com Emissão de Atestados de Saúde Ocupacional. Ainda foram analisadas 1.680 solicitações dos grupos das comorbidades (Grupos de riscos da Covid-19). Foram atendidos direto e indireto 2.403 servidores. Tendo por base o total de 3.000 servidores, atualmente no terceiro quadrimestre já foram atendidos pela clínica ocupacional 80% do total de servidores da SEMUS.
Capacitar 60% dos profissionais em Saúde e Segurança do Trabalho até 2021.	30	40	Percentual de trabalhadores capacitados em Saúde e Segurança do Trabalho	Foram devidamente capacitados sobre Biossegurança, EPI, NR32 e medidas de prevenção e proteção dos servidores com relação ao Covid-19, um mil duzentos e cinco (1.205) servidores. Tendo por base o total de 3.000 servidores da SEMUS, atualmente já foram capacitados em saúde e segurança 40% do total de servidores da SEMUS.
Elaborar 100% da Cartilha de Gestão de Pessoas até 2021	50	45	Percentual da Cartilha de Gestão de Pessoas elaborada	A cartilha permanece em fase de revisão, considerando a necessidade e de inserção de dados de novas legislações sancionadas após a pandemia.
Realizar anualmente 09 auditorias ordinárias e extraordinárias	09	10	Auditorias ordinárias e extraordinárias realizadas	Foram cadastradas 04 (quatro) auditorias ordinárias no 3º quadrimestre: Labexato Laboratório de Análises Clínicas Ltda-ME; Arai Kaminish Costa & Cia Ltda., Medimagem Diagnósticos Médicos por Imagem Ltda e Techcapital Diagnósticos & Equipamentos Médicos Ltda. Durante o 1º e 2º quadrimestre foram iniciadas e continuadas outras 06 auditorias ordinárias.
Ofertar anualmente 03 oficinas aos servidores do SUS através da Assessoria de Planejamento	03	02	Número de oficinas ofertadas aos servidores do SUS pela Assessoria de Planejamento	Meta parcialmente alcançada. Com o período da pandemia, não foi possível seguir o planejamento inicial, considerando a necessidade de seguir as orientações da OMS/MS sobre não

aglomerar entre outros. Contudo, foram realizadas 02 Oficinas sendo uma de forma presencial com os técnicos da Diretoria de Atenção de Média e Alta Complexidade e a outra com os Residentes de Saúde Coletiva FESP/SEMUS de forma remota.

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos sistemas municipais de planejamento e de orçamento, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde e Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas.	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Coordenar o processo de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação dos instrumentos de Gestão do SUS (Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde, Relatório Anual de Gestão)	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Subsidiar e coordenar a elaboração do Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações: montante e fonte dos recursos aplicados no período; auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações; oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Acompanhar a execução físico-financeira das ações orçamentárias, observando o alinhamento da execução com o planejado.	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Instruir as unidades setoriais responsáveis pela execução dos objetivos e ações para que mantenham rotinas de acompanhamento e avaliação internas, entre outros.	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Auditar as unidades de saúde, prestadores de serviços credenciados e das denúncias oriundas da Ouvidoria e de solicitação dos setores internos da Secretaria.	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Material de expediente, pagamento de passagens, diárias e inscrições em cursos e outras despesas que se fizerem necessários.	28.000,00	0401	0,00			
Total da Ação:	28.000,00		0,00			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

Não houve execução orçamentária-financeira, os materiais de expedientes utilizados foram disponibilizados pelas ações de manutenção e/ou em parcerias com as áreas envolvidas. Ressaltamos as atividades/ações executadas foram não orçamentárias, quando destacamos: ações de planejamento, elaboração e/ou revisões dos instrumentos de gestão do SUS (Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde, Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior e Relatório Anual de Gestão) e dos instrumentos de Planejamento Governamental (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias -LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA), monitoramento e avaliação das metas/indicadores, objetivos, da execução orçamentária e financeira, da apresentação em audiência pública na Câmara Municipal de Palmas do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – 1º e 2º Quadrimestres/2020, bem como nas reuniões do Conselho Municipal de Palmas. Acompanhamentos e cadastros de propostas de Indicações por Objetos de Emendas, bem de Objetos por Programas no Fundo Nacional de Saúde; Participação nas reuniões da Comissão Intergestores Regional – CIR e na Comissão Intergestores Bipartite dentre outras atividades indispensáveis o fortalecimento da gestão estratégica no SUS. Reiteramos que o alcance da meta física deve-se ao fato de que as atividades previstas e realizadas foram não orçamentárias-financeiras.

Diretriz - Participação e Controle Social

Objetivo: Fortalecer as instâncias de controle social em saúde e espaços de participação popular, ampliando os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação do cidadão.

UG: 8600 - Ação: Fortalecimento do Controle e Participação Social do SUS

Nº da Ação na LOA: 2717	Meta Física Prevista: 100%	Meta Física Executada: 100%	Função: 10 - Saúde	Subfunção: 125	Tipo de Ação: Atividade
--------------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	---------------------------	-----------------------	--------------------------------

Finalidade: Fortalecer a participação e controle social estimulando a participação de usuários e entidades da sociedade no processo de implantação, implementação e avaliação dos serviços prestados pelo SUS.

Descrição: O fortalecimento do Controle e Participação Social do SUS é de fundamental importância que o cidadão assuma sua participação na gestão, que participem da formulação das políticas públicas contribuindo assim com o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, garantindo assim a participação social por meio de Conselho Municipal de Saúde - CMS, sendo necessário a manutenção da estrutura de suporte técnico e administrativo necessária para o exercício das funções do CMS, através da aquisição de material de consumo, de limpeza, outras despesas de pessoas jurídica e física, locação de imóveis, locação e manutenção de veículos, fornecimento de energia, despesas com passagens e diárias, aquisição de equipamentos e materiais permanentes, entre outras atividades necessárias para fortalecer o controle social e alcançar o objetivo proposto.

Meta Orçamentária Total: R\$ 100.000,00

Responsável pela Ação: Presidente do Conselho Municipal de Saúde e Conselheiros

Metas	Proposta 2020	Execução 2020	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Manter em 60%, o número de Conselhos Locais de Saúde, nos Centros de Saúde da Comunidade	60	60	Percentual de Conselhos Locais de Saúde mantidos	Meta alcançada. Foram mantidos 60% dos Conselhos Locais.
Manter anualmente o cadastro o Conselho Municipal de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde - SIACS	01	01	Conselho Municipal de Saúde cadastrado	Meta alcançada. Conselho Municipal devidamente cadastrado.
Realizar anualmente 12 reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde	12	07	Número de reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde realizadas anualmente	Meta não alcançada. Com o acometimento da pandemia pela COVID 19, e as recomendações da OMS de distanciamento social, as reuniões ordinárias não aconteceram de forma regular.

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Reuniões do Conselho Municipal de Saúde (realizada em parceria com as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde) a fim de evitar dispêndio de recursos para o CMS)	Atividade não orçamentária	-		x	x	x
Participação nas Audiências Públicas de Prestação de Contas relativas ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior, nos termos da Lei nº 141/2012.	Atividade não orçamentária	-		x	x	x

Aquisição de material de consumo e expediente para as atividades diárias, Aquisição de passagens e despesas com locomoção, Serviços de pessoa jurídica, tais com: telefonia fixa e móvel, copiadora, coffee break, serviços gráficos, locação de imóvel, locação de veículo, contratação de mídia e divulgação, aquisição de equipamentos e material permanente, mobiliário e demais despesas para a manutenção do Conselho Municipal de Saúde.	100.000,00	0040	2.136,60	x	x	x
Total da Ação:	100.000,00		2.136,60			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

As atividades/ações do Conselho Municipal de Saúde, assim como nos anos anteriores, foram mantidas em sua grande maioria através de parcerias com as Secretarias Municipal de Saúde e Estadual de Saúde, bem como pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde do Tocantins, sendo que estes dois últimos entes cedem espaços (sala de reuniões com equipamentos de gravação de áudio) para a realização de reuniões e as demais despesas são custeadas pela ação de apoio administrativo da SEMUS, justificando assim a sua baixa execução financeira, cujo valor executado fora com despesas com fornecimento de alimentação (coffee-break). Ademais devido a pandemia e seguindo orientações dos Órgãos Sanitários para evitar aglomerações, as reuniões a partir de março/2020, aconteceram de forma remota. O orçamento previsto nesta ação foi remanejado para o enfrentamento à COVID 19.

PROGRAMA: GESTÃO E MANUTENÇÃO

UG: 8600 - Ação: Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal da Saúde

Nº da Ação na LOA: 4501	Meta Física Prevista: 100%	Meta Física Executada: 100%	Função: 10 - Saúde	Subfunção: 122	Tipo de Ação: Atividade
--------------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	---------------------------	-----------------------	--------------------------------

Finalidade: Contribuir para a manutenção e aperfeiçoamento das atividades e serviços relacionados a administração geral, desenvolvidas pela administração pública municipal, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação dos programas temáticos.

Descrição da Ação: Despesas de natureza administrativa que não puderam ser apropriadas nos programas temáticas, que compreendem: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e o uso de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios do município, cedidos ou alugados, despesas com tecnologia de informação e comunicação, que incluem o desenvolvimento de sistema de informações,

locação, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e outros afins; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; aquisição de equipamentos de informática, aquisição de móveis e demais materiais permanentes e outros afins; demais atividades necessárias à gestão e à administração da unidade, aquisição de EPIs e ferramentas.

Meta Orçamentária Total: R\$ 3.655.929,00

Responsável pela Ação: Diretor Executivo do Fundo Municipal de Saúde e Equipe Gestora

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de combustíveis, link de dados da intranet/internet e higienização veicular, material de consumo, tais como vidraçaria, gás de cozinha, bobina para relógio de ponto, água mineral, gelo, café, açúcar, material de limpeza e expediente, peças para veículos e ar-condicionado.	356.000,00	0450	26.085,26	x	x	x
	0,00	0040	614.279,30	x	x	x
Serviços de treinamentos a servidores, assinatura de periódicos, taxas de CAU/CREA/BOMBEIROS, licenciamento e seguro veicular, serralheria, serviços cartoriais, seguro almoxarifado, recarga dos extintores, licença ambiental de obras, serviços bancários e instalação de divisórias, pagamento de diárias e outros; Serviços de alarmes e monitoráveis, caracterização visual, chaveiro, dedetização, divisórias, coffee-break, energia elétrica, hospedagem, limpeza de fossa, locação de imóveis, manutenção de ar-condicionado e predial, manutenção de veículos, carimbos, correios, copiadora, telefonia fixa e móvel e limpeza, pagamento de taxas de licenciamento e seguro obrigatórios de veículos, despesas com agente integrador de estagiários Fecomércio e outros.	500.000,00	0010	45.755,55		x	x
	2.475.928,00	0040	3.081.965,41	x	x	x
	98.000,00	0450	79.061,01	x	x	x
	23.000,00	0451	9.596,76	x	x	
	0,00	0400	71.255,82			x
Despesas de exercício anterior	97.001,00	0451	0,00	x	x	x
	0,00	0040	30.377,04			
	40.000,00	0451	0,00	x	x	x

Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	0,00	0040	10.652,00		x
Pagamento de diárias	20.000,00	0040	1.626,00	x	x
Passagens aéreas.	46.000,00	0450	3.070,50		x
Total da Ação:	3.655.929,00		3.973.724,65		

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

Ação orçamentária do Programa Manutenção e Gestão – assegura a SEMUS os meios administrativos necessários à implementação e execução das atividades finalísticas. Foram custeadas as despesas diárias; passagens; gasolina; diesel; material de expediente; material de acondicionamento e embalagem; material de cama, mesa e banho; material de copa e cozinha; material de limpeza; produtos de higienização; manutenção e conservação de veículos; manutenção e conservação de bens móveis e imóveis (manutenção corretiva e preventivas de aparelhos eletro eletrônicos, ar condicionado); locação de veículos; locação de máquinas e equipamentos; locação de imóveis; serviços de energia; serviços de comunicação em geral; taxas do CREA (Engenharia); serviços gráficos editoriais; seguros em geral; vigilância ostensiva e monitorada; limpeza e conservação; serviços de estagiários; serviços de tecnologia da informação (comunicação de dados e rede em geral, telefonia fixa e móvel, outsourcing de impressão, locação de impressora); locação de softwares; fornecimento de alimentação (coffee-break); emissão de certificados digitais; serviços de postagens correios e telégrafos; vigilância ostensiva e monitorada. Dentre outras despesas indispensáveis para a manutenção dos serviços. Todas as atividades planejadas foram devidamente executadas, atingindo assim a sua totalidade da meta física. Despesas que foram custeadas com recursos oriundos da esfera municipal. Os gastos em 2020 corresponderam a R\$ 3.973.724,65 (três milhões novecentos e setenta e três mil setecentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos) correspondendo um aumento de 8,69% do valor inicial para 2020. Também foram executados recursos de transposição por meio da Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020.

UG: 8600 - Ação: Manutenção de Recursos Humanos da Gestão

Nº da Ação na LOA: 4500	Meta Física Prevista: 180	Meta Física Executada: 221	Função: 10 - Saúde	Subfunção: 122	Tipo de Ação: Atividade
--------------------------------	----------------------------------	-----------------------------------	---------------------------	-----------------------	--------------------------------

Finalidade: Manter os recursos humanos necessários ao funcionamento da administração pública.

Descrição da Ação: Despesas com a remuneração de pessoal (ativo, civil, militar) do município e encargos sociais.

Meta Orçamentária Total: R\$ 9.184.200,00

Responsável pela ação: Gerente de Gestão de Pessoas e de Folha de Pagamento

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Coordenar todos os procedimentos relacionados à folha de pagamento, bem como na orientação e execução dos serviços observando o cumprimento dos cronogramas estipulados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano. Manter cadastro de servidores atualizados, lançar remunerações, incluir adicionais previstos em Lei, lançar incentivos, gratificações e auxílios, conferir prévia e efetuar pagamentos, entre outros.	7.987.113,00	0040	10.266.716,80	X	X	X
	1.197.087,00	0010	2.465.716,61	X	X	X
Total da Ação:	9.184.200,00		12.732.433,40			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

A meta física foi superada, entretanto com relação ao 3º quadrimestre de 2019, houve um decréscimo de 5 profissionais. Dos 221 servidores ativos, 161 são efetivos (08 estão à disposição via convênio 001/2015, 02 a disposição com ônus para o órgão de origem, 01 para o Cartório da 1ª Zona Eleitoral, com sede no município de Araguaína/TO e 04 de mandatos classistas), 09 comissionados, 02 requisitado comissionado, 03 efetivos que exercem Função Gratificada, 21 estagiários, 09 contratos temporários, 03 cedidos e 13 jovens empreendedores. Vale ressaltar que nesta ação constam vinculados 27 servidores de licença para tratar de interesses particulares, 14 servidores a disposição com ônus para o órgão requisitante, 01 servidor afastados para estudo, 01 cedido com ônus para o órgão de origem - mediante ressarcimento, e 06 afastados os quais estão em Processo Administrativo Disciplinar – PAD, os quais constam cadastrados com vínculo com o município de Palmas/SEMUS, porém, não estão desempenhando suas atividades laborais, conseqüentemente sem gerar despesas financeiras. Os gastos totais dessa ação em 2020, chegaram a R\$ 12.732.433,41 (doze milhões, setecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos), representando um aumento de aproximadamente 38% dos recursos previstos. Justifica-se o aumento considerando o aumento do número de servidores, bem como o regular pagamento das progressões funcionais entre outros.

UG: 8600 - Ação: Manutenção dos Incentivos ao Desligamento Voluntário**Nº da Ação na LOA:** 3126 **Meta Física Prevista:** 20 **Meta Física Executada:** 22 **Função:** 10 - Saúde **Subfunção:** 122 **Tipo de Ação:** Projeto**Finalidade:** Reduzir despesas realizadas com pessoal, proporcionando ao servidor aderente a oportunidade de crescimento em outras áreas**Descrição da Ação:** Pagamento de incentivo financeiro aos servidores que atenderem os requisitos dos Programas de Aposentadoria Incentivada (PAI) e Desligamento Voluntário (PDV).**Meta Orçamentária Total:** R\$ 40.000,00**Responsável pela ação:** Gerente de Gestão de Pessoas e de Folha de Pagamento

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Pagamento de incentivo financeiro aos servidores - Programas de Aposentadoria Incentivada (PAI) e Desligamento Voluntário (PDV).	40.000,00	0040	35.138,60	x	x	x
Total da Ação:	40.000,00		35.138,60			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

Esta ação é específica para os servidores que fizeram a adesão, nos termos da Lei Municipal nº 2.335, de 19 de julho de 2017 ao Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) e Demissão Voluntária, que ocorreram no exercício de 2018 e uma concedida em 2019, sendo que parte das despesas entraram para o exercício de 2020, cuja última parcela foi paga na folha de pagamento do mês de maio de 2020.

UG: 9500 - FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS – FESP**Diretriz - Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde**

Objetivo: Fortalecer a política municipal de educação permanente em saúde como eixo estruturante da Rede de Atenção e Vigilância em Saúde de Palmas

UG: 9500 - Ação: PPA - P Fortalecimento das Ações do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde

Nº da Ação na LOA: 2727 **Meta Física Prevista:** 100% **Meta Física Executada:** 100% **Função:** 10 - Saúde **Subfunção:** 128 **Tipo de Ação:** Atividade

Finalidade: Fortalecer as políticas de educação permanente, educação popular, promoção da saúde e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, através do estímulo a formação de profissionais de elevada qualificação técnica, bem como a atuação profissional pautada pelo espírito crítico e pela cidadania, visando a transformação da rede de serviços de saúde do município em espaços de educação contextualizada e de desenvolvimento profissional.

Descrição da Ação: Esta ação integra as ações de educação permanente e educação popular em saúde são realizadas de forma contínua pelas áreas técnicas e unidades de saúde da rede sob a responsabilidade e suporte acadêmico e pedagógico da fundação escola de saúde pública de palmas. Entre as ações previstas estão a capacitação de servidores, realização de atividades de promoção da política de educação permanente e educação popular em saúde (oficinas, seminários, cursos, etc), brigadas estudantis de promoção à saúde, manutenção e fortalecimento dos projetos de formação e iniciação científica em saúde e o programa integrado de residências em saúde aprovados pelos Ministérios da Educação e da Saúde. Sendo necessário a disponibilização de estrutura para as atividades de formação em serviço, aquisição de material de consumo e permanente (livros, computadores, recursos áudio visuais) e formação de preceptores e tutores, bem como a aquisição de equipamentos de informática e de áudio e vídeo, consultorias, aquisição de materiais pedagógicos e de apoio, capacitação dos servidores e participação em eventos externos, confecção de material gráfico (certificados, crachá, banners, faixa, ploters etc) e aquisição de material de consumo e permanente entre outros.

Meta Orçamentária Total: R\$ 210.491,00

Responsável pela Ação: Presidente da Fundação Escola de Saúde de Palmas e Equipe Técnica

Metas	Proposta 2020	Execução 2020	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
-------	---------------	---------------	-------------	----------------------------------

Ampliar anualmente 10% do percentual de profissionais que atuam no SUS envolvidos em processos de educação permanente em saúde	65%	73,5%	Percentual de profissionais que atuam no SUS envolvidos em processos de educação permanente em saúde	Durante o ano de 2020, destaca-se a realização de 51 atividades educativas, vinculadas às políticas de educação permanente e educação popular em saúde que se concretizam por meio de oficinas, cursos, Programas de Educação Permanente, Programas de Residências em Saúde, formação para agentes comunitários de saúde, apoio e parcerias para realização de eventos relacionados aos objetivos do SUS. Nesse contexto, durante o ano oportunizou-se 2.379 participações de profissionais que atuam no SUS em processos de educação em saúde; projetou-se como meta a participação de 65% de trabalhadores envolvidos em processos de educação permanente, porém esta meta foi superada considerando o alcance de 73,5%.
Realizar no mínimo 03 reuniões anuais do Colegiado Gestor do Sistema Integrado Saúde-Escola do Sistema Único de Saúde (SISE-SUS)	3	4	Reuniões do Colegiado Gestor do Sistema Integrado Saúde-Escola do Sistema Único de Saúde (SISE-SUS) realizados.	O Colegiado Gestor SISE-SUS é importante instância de gestão participativa do processo de Educação Permanente e da integração ensino, serviço e comunidade, sendo, portanto, relevante que se mantenha um fluxo de encontros e reuniões. Nessa perspectiva, os encontros do Colegiado foram extremamente importantes para tomada de decisão sobre a análise dos riscos relacionados à permanência, suspensão ou retorno dos estágios curriculares no âmbito da rede de atenção à saúde de Palmas. Durante o ano de 2020 o SISE SUS cumpriu 100% da meta anualizada, tendo realizado 4 reuniões nos meses de fevereiro, junho, agosto e novembro.
Monitorar e avaliar quadrimestralmente 100% dos programas e projetos de formação e iniciação científica vinculados ao Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde.	100%	100%	Programas e projetos de formação e iniciação científica vinculados ao Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde monitorados e avaliados.	A FESP, atendendo a legislação vigente, tem por rotina, acompanhar, monitorar e avaliar por meio dos coordenadores e ferramentas virtuais de aprendizagem, 100% dos projetos de formação e iniciação científicas vinculados ao Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde, assim como, pelo envio de relatórios e produção científica por parte dos pesquisadores. No último quadrimestre, em especial, considerou-se ainda, a elaboração do relatório de impacto dos projetos, com objetivo de avaliação ampla na perspectiva de identificar a qualidade dos indicadores e o impacto referente à formação dos trabalhadores do SUS e a qualificação da pesquisa no âmbito da rede de atenção à saúde de Palmas. Com o fluxo de entrega determinado em portaria, os relatórios são acolhidos e analisados, o que favoreceu o cumprimento integral da meta.
Monitorar e avaliar anualmente 35 cenários de aprendizagem e de pesquisa no âmbito do SISE-SUS, regulados pela Fundação Escola de Saúde Pública	35	11	Número de cenários de aprendizagem e de pesquisa monitorados e avaliados	O primeiro quadrimestre do ano de 2020 transcorreu dentro de uma excepcionalidade: a pandemia mundial pela COVID-19, o novo coronavírus que forçou a mudança nas ações já traçadas em relação à saúde. Uma das atividades de educação envolvendo os cenários de prática é o estágio supervisionado, que pelo protocolo de combate à doença e as condições de distanciamento social, não são recomendáveis, em razão disto foram suspensos os estágios a partir de 19/03/2020, situação

				que impossibilitou as visitas de monitoramento e avaliação aos cenários de práticas. Já no segundo quadrimestre, a partir da reunião do SISE-SUS, se decidiu pelo o acompanhamento e monitoramento dos processos de estágio realizado de forma virtual com 4 Unidades de Saúde e ainda, acesso gradativo e adequado dos acadêmicos aos campos de estágio nas Unidades de Saúde, como uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), sendo disponibilizados pelas Instituições de Ensino. E por fim, no terceiro quadrimestre, considerando as orientações do Protocolo sanitário e o acesso gradual dos estagiários nos cenários de aprendizagem, monitorou-se, por meio de ferramenta virtual, 07 unidades de saúde. Dessa forma, cumpriu-se parcialmente a meta anual, totalizando 11 cenários de aprendizagem monitorados.
Qualificar anualmente até 50% do corpo docente do Plano Municipal de Educação Permanente em Processos educacionais em saúde	50	97%	Percentual de corpo docente do Plano Municipal de Educação Permanente qualificados em processos educacionais em saúde	A FESP vem investindo massivamente na qualificação pedagógica do seu corpo docente, com vistas a qualificar a prática educacional e assim melhorar a qualidade dos serviços ofertados à população. Dessa forma, no decorrer de 2020 foram desenvolvidas diferentes atividades educativas direcionadas aos docentes, dentre elas: Qualificação de Processos educacionais em saúde; Qualificação em gestão de Programas de Residências; Reflexão da Prática; Qualificação em plataformas educacionais; Oficinas de Qualificação pedagógica para as práticas em preceptoria; Oficina de formação em Planejamento Estratégico Situacional para os tutores do PIRS; Qualificação de preceptores do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade, dentre outras, que possibilitaram mudança da prática docente. Além destes, ainda se contou com a parceria junto ao Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio Libanês que ofertou o Curso de Pós-Graduação em Preceptoria no SUS e o Curso de Pós Graduação em Gestão de Programas de Residências em Saúde, totalizando 87 profissionais capacitados, integralizando 97% da meta pactuada.
Formar anualmente 60% de especialistas em Programas de Residências em Saúde ofertados pela Fundação Escola de Saúde Pública e parceiros	60%	96%	Percentual de especialistas formados pelos Programas de Residência em Saúde ofertados pela Fundação Escola de Saúde Pública e parceiros	Os Programas de Residências em Saúde, na modalidade de ensino de pós-graduação, sob a forma de curso de especialização, caracterizado por ensino em serviço, vinculados ao Plano Integrado de Residências em Saúde da FESP, realizam a formatura de seus especializandos no 1º trimestre de cada ano. Dessa forma, a 5ª turma dos Programas de Residências Médica, Multiprofissional e Uniprofissional defendeu seus trabalhos de Conclusão de Residência em fevereiro de 2020, sendo realizada a formatura no mês de março do referido ano, cumprindo todos os requisitos estabelecidos pela legislação do MEC, totalizando 96% de profissionais residentes formados.

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Viabilizar a participação de profissionais da saúde e colaboradores em cursos/eventos técnicos e científicos internos e/ou externos por meio da aquisição de passagens e pagamento de diárias.	105.000,00	0401	5.008,10	x	x	x
Consultorias, capacitações, aquisição e confecção de materiais gráficos, materiais didáticos, inscrição em eventos, assinatura eletrônica de periódicos, fascículos, publicações e documentos científicos, coffee-break e hospedagem e outras atividades que fizerem necessários.	100.491,00	0451	0,00	x	x	x
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	5.000,00	0451	0,00	x	x	x
Auxílio financeiro a pesquisadores	0,00	0498	89.100,00			
Total da Ação:	210.491,00		94.108,10			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

Insta salientar, que o cenário epidemiológico em decorrência da pandemia da COVID-19, exigiu ainda mais esforços no sentido de qualificar os profissionais da rede de atenção à saúde para o enfrentamento da referida crise sanitária. Desta forma, destaca-se as seguintes ações de formação e qualificação em saúde executadas: realização de atividades de promoção da política de educação permanente e educação popular em saúde e atividades relacionadas à prevenção, assistência e enfrentamento da pandemia da COVID-19, as quais contemplaram, nas modalidades virtual e presencial um conjunto de oficinas, seminários, cursos, Programas de Educação Permanente, Programas de Residências em Saúde, 1º Arena do conhecimento da FESP, intitulada “Caminhos para o enfrentamento da Covid-19 na Rede de Atenção à Saúde de Palmas”, a continuidade da parceria com o Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio-Libanês para oferta de 2 (dois) cursos de Pós graduação lato sensu e um curso de Aperfeiçoamento e a realização do Projeto “Capacitação de conselheiros de saúde e lideranças de movimentos sociais para o fortalecimento da Educação Popular e das Políticas de Promoção da Equidade no SUS”. Para realização de tais atividades contou-se ainda com a aquisição de material de consumo, despesas com pessoas jurídicas, materiais para as atividades educativas, entre outras. Isto posto, foram realizadas diferentes formações nas perspectivas da prevenção, assistência, enfrentamento e monitoramento, que alcançou 2.379 participações de trabalhadores da saúde em processos pedagógicos, totalizando a oferta de 51 eventos.

UG: 9500 - Ação: PPA – P - Manutenção de Recursos Humanos da Fundação Escola Saúde Pública de Palmas

Nº da Ação na LOA: 2721 **Meta Física Prevista:** 49 **Meta Física Executada:** 31 **Função:** 10 - Saúde **Subfunção:** 122 **Tipo de Ação:** Atividade

Finalidade: Garantir a remuneração dos profissionais da saúde que atuam na Fundação Escola de Palmas.

Descrição da Ação: A manutenção de recursos humanos da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas é necessária para o desenvolvimento das ações e serviços de saúde. Compete realizar, entre outros, dimensionamento de profissionais, manter cadastro de servidores atualizados, registrar e controlar a frequência de servidores, lançar remunerações, incluir adicionais previstos nas legislações pertinentes, pagar a segurança comunitária e patrimonial, conferir prévia e efetuar pagamento dos servidores.

Meta Orçamentária Total: R\$ 1.896.383,00

Responsável pela ação: Presidente da Fundação Escola de Saúde de Palmas, Gerente de Pessoas e de Folha de Pagamento e Equipe Técnica

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Coordenar todos os procedimentos relacionados à folha de pagamento, bem como na orientação e execução dos serviços observando o cumprimento dos cronogramas estipulados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano. Manter cadastro de servidores atualizados, lançar remunerações, incluir adicionais previstos em Lei, lançar incentivos, gratificações e auxílios, conferir prévia e efetuar pagamentos, entre outros.	1.650.800,00	0040	1.643.390,62	x	x	x
	245.583,00	0010	245.545,76	x	x	x
Total da Ação:	1.896.383,00		1.888.936,38			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

A manutenção dos recursos humanos da FESP ao final do exercício registrou um total de 31 servidores, sendo: (efetivos – 27, comissionados – 02, requisitado/comissionado - 01 e comissionados/efetivos – 01). Os servidores atuaram em atividades administrativas e pedagógicas com vistas a cumprir as ações previstas no Plano Municipal de Educação Permanente. A FESP também contou com 03 estagiários,

os quais colaboraram com os processos formativos e receberam supervisão com vistas ao desenvolvimento de competências para atividade profissional no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Diretriz - Informação, Comunicação, Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS

Objetivo: Fortalecer as ações de inovação, pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo do sistema Único de Saúde, visando incrementar o desempenho do sistema.

Ação: Fomento as Ações de Inovação, Ciência e Tecnologia em Saúde

Nº da Ação na LOA: 3131 **Meta Física Prevista:** 100% **Meta Física Executada:** 100% **Função:** 10 - Saúde **Subfunção:** 571 **Tipo de Ação:** Atividade

Finalidade: Estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica, bem como a atuação profissional pautada pelo espírito crítico, pela cidadania e pela função social da educação superior, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Descrição da Ação: Fomentar pesquisas científicas, tecnológicas e a inovação voltadas para a melhoria das condições de saúde da população e para o aprimoramento dos mecanismos e ferramentas de gestão, regulação e atenção à saúde no âmbito do SUS, é destinado aos estudantes, docentes e trabalhadores da área da saúde, visando o aperfeiçoamento e à especialização em área profissional, como estratégias de articulação entre as políticas nacionais de educação permanente em saúde, de humanização e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, no âmbito da rede municipal de saúde de Palmas -TO, para o fortalecimento dos projetos de formação e iniciação científica do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde.

Meta Orçamentária Total: R\$ 16.201.790,53

Responsável pela Ação: Presidente da Fundação Escola de Saúde de Palmas e Equipe Técnica

Metas	Proposta 2020	Execução 2020	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
-------	---------------	---------------	-------------	----------------------------------

Implementar anualmente 15% dos Projetos nas Modalidades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica desenvolvidos pela FESP.	40	55%	Percentual de projetos de pesquisas desenvolvidos pela FESP implementados	Para o referido ano (2020), considera-se a execução de 11 projetos nas modalidades de formação, pesquisa e extensão, sendo eles: PIRS; PMEPS; NUPEC; NUT; NUCOM; Qualifica RAVS; Palmas para Todos; Estudo socioambiental; Metodologia in House; Capacitação de Conselheiros e o PET Palmas. Nesse contexto, no 1º quadrimestre implementou-se os projetos Metodologia in House e Capacitação de Conselheiros; já no 2º quadrimestre realizou-se a revisão do Núcleo de Tecnologia em Saúde e a implementação do Plano Integrado de Residências em Saúde e por fim, no 3º quadrimestre, além da finalização do Projeto Capacitação de conselheiros, implementou-se o Projeto de Pesquisa e extensão Palmas para Todos, referente ao investimento na formação em sistemas de informação ao novos pesquisadores/bolsistas e o Programa de Educação Permanente da Atenção Primária e Vigilância em Saúde. Dessa forma, considera-se a implementação anual de 06 projetos, referente ao cumprimento de 55% do indicador pactuado.
Implementar o Comitê de Ética e Pesquisa da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas.	1	1	Comitê de Ética e Pesquisa da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas implementado	Durante 2020 contemplou-se 133 projetos, os quais foram avaliados e deliberados pelo CEP. Na perspectiva de avaliação da pesquisa no âmbito da rede SUS de Palmas, a Comissão de Avaliação de Projetos e Pesquisa analisou 91 projetos, considerando a pertinência dos mesmos para as necessidades do sistema. Ainda, na modalidade de implementação do CEP, realizou-se reuniões, treinamentos/capacitações/participações institucionais, com vistas a qualificar membros da CAPP, relatores do CEP, profissionais, acadêmicos e residentes e realizou-se orientação, apoio e incentivo a sistematização e produção científica as pesquisas realizadas na RAVS-Palmas, sendo orientados 28 artigos e relatos de experiência para uma publicação extra na revista de Patologia da UFT
Desenvolver anualmente 01 Plano de Informação, educação e Políticas de Comunicação do SUS.	1	1	Número de Plano de Informação, educação e Políticas de Comunicação do SUS desenvolvido	Plano elaborado e articulado para compartilhamento no âmbito dos setores da FESP e da SEMUS. A comunicação em saúde é considerada estratégica para a qualidade da tomada de decisão no Sistema Único de Saúde (SUS) e para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde. Por ser uma espécie de roteiro e orientação para a efetivação da comunicação em saúde, o Plano de Informação, Educação e Políticas de Comunicação do SUS é revisto com periodicidade anual para atualizar dados, redimensionar ações e reorientar objetivos, sendo a meta concretizada em 100%. Dessa forma, a fim de cumprir o que prevê o Plano de Informação, Educação e Políticas de Comunicação do SUS e colaborar com estratégias para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, o Núcleo de Comunicação, produziu 627 reportagens; 1.243

publicações Twitter, 575 publicações Facebook, 563 Instagram– totalizando 3.008 publicações nas redes sociais e 57 campanhas de comunicação em saúde.

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Auxílio financeiro a estudantes e pesquisadores vinculados aos projetos relacionados a seguir: Plano Integrado de Residências em Saúde; Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde; Núcleo de Práticas Baseadas em Evidências Científicas; Núcleo de Tecnologia em Saúde; Núcleo de Comunicação e Saúde; Programa de Qualificação da Rede de Atenção e Vigilância em Saúde; Projeto de Pesquisa e Extensão “Palmas para Todos”; Metodologia in House; Capacitação de Conselheiros e o Programa Municipal de Bolsa de Estudo e Pesquisa para Educação pelo Trabalho.	13.541.612,00	0401	13.541.608,33	x	x	x
	1.169.295,93	0010	1.168.995,79	x	x	x
Auxílio financeiro a pesquisador para preceptores que acompanham os acadêmicos de medicina da instituição ITPAC nos Centros de Saúde da Comunidade.	551.309,44	0498	240.657,48	x	x	x
Auxílio financeiro a pesquisador vinculados ao Projeto de Pesquisa e Extensão, “Estudo socioambiental de áreas prioritárias destinadas à regularização fundiária para a população periférica de Palmas-TO”.	939.573,16	0010	939.572,87	x	x	x
Total da Ação:	16.201.790,53		15.890.834,48			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

O ano de 2020 foi um ano atípico, em que se experimentou experiências profissionais nunca antes imaginadas, na saúde e sobretudo na pesquisa e educação em saúde os desafios impostos pela crise sanitária pela Covid-19, o novo coronavírus, foram imensos e capazes de reorientar atividades e olhares relativos a esse campo do conhecimento. Nesse contexto de crise, a comunicação é aliada de primeira ordem para amenizar os impactos causados pela Covid-19, individualmente e coletivamente. No início da pandemia, o novo coronavírus trouxe medo e confusão por se tratar de algo ainda desconhecido. O esforço para se evitar uma situação de pânico e caos foi empreendido pelos diversos atores sociais, com destaque para a área da comunicação social. Por meio da informação e do conhecimento foi possível aplacar a angústia

diante do inimigo até então desconhecido pela maioria da população. Nesta perspectiva foram produzidas 627 reportagens; 1.243 publicações Twitter, 575 publicações Facebook, 563 Instagram– totalizando 3.008 publicações nas redes sociais e 57 campanhas de comunicação em saúde, ou seja, se atingiu a meta de desenvolver anualmente 01 Plano de Informação, educação e Políticas de Comunicação do SUS, desempenhando o papel de informar a população e contribuir com a saúde mental coletiva em um momento tão necessário. Como dito, 2020 foi um desafio para a saúde pública, dar continuidade a ações traçadas para ser desenvolvidas dentro de um princípio de normalidade, se constituiu uma tarefa que dependeu de criatividade e empenho de toda a equipe envolvida, com o indicador de “Percentual de projetos de pesquisas desenvolvidos pela FESP implementados” e contando com 11 projetos em execução que se conectam com as demais atividades da instituição, a FESP durante o ano de 2020 deu continuidade ao que vinha implementando desde o primeiro quadrimestre, sendo que neste último quadrimestre do ano se encerrou as atividades de formação do Projeto Capacitação de Conselheiros, implementou-se o Projeto de Pesquisa e extensão Palmas para Todos, referente ao investimento na formação em sistemas de informação aos novos pesquisadores/bolsistas e o Programa de Educação Permanente da Atenção Primária e Vigilância em Saúde, considerando que para o ano de 2020 a meta era de Implementar anualmente 15% dos projetos nas modalidades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica desenvolvidos pela FESP, atingiu-se em 100% o programado. Ao final do ano de 2020, a ação de Fomento às ações de Inovação, Ciência e Tecnologia em Saúde registrou a execução dos seguintes projetos/núcleos/programas/plano: Plano Integrado de Residências em Saúde – 281 integrantes; Projeto de Pesquisa e Extensão “Palmas para Todos” – 85 integrantes; Núcleo de Práticas Baseadas em Evidências Científicas – 25 integrantes; Núcleo de Telessaúde – 09 integrantes; Programa de Qualificação da Rede de Atenção e Vigilância em Saúde – 07 integrantes; Núcleo de Comunicação e Saúde – 05 integrantes; Projeto de Pesquisa e Extensão, estudo socioambiental de áreas prioritárias destinadas à regularização fundiária para a população periférica de Palmas-To – 16 integrantes; Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde – 13 integrantes; Programa de Bolsa de Estudo e Pesquisa para a Educação pelo Trabalho – 02 integrantes; Preceptores de Alunos da IES ITPAC – 19 integrantes. Do total de 462 integrantes, 394 eram exclusivamente bolsistas e 68 servidores efetivos. Dessa forma, a FESP vem buscando promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, com vistas a contribuir com respostas aos principais problemas de saúde da população, assim como dos sistemas e serviços, que necessitam do conhecimento científico para sua resolução.

PROGRAMA DE GESTÃO E MANUNTEÇÃO

UG: 9500 - Ação: Manutenção dos Serviços Administrativos da Fundação Escola de Saúde Pública

Nº da Ação na LOA: 4501 Meta Física Prevista: 100% Meta Física Executada: 100% Função: 10 - Saúde Subfunção: 122 Tipo de Ação: Atividade

Finalidade: Estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica, bem como a atuação profissional pautada pelo espírito crítico, pela cidadania e pela função social da educação superior, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Descrição da Ação: Manutenção da estrutura da Fundação Escola de Saúde Pública. Sendo necessário locação de imóveis, pagamento de serviços essenciais como: energia, água e telefone, aquisição de materiais de expediente e permanente limpeza, pagamento de diárias e passagens entre outras despesas.

Meta Orçamentária Total: R\$322.000,00

Responsável pela Ação: Presidente da Fundação Escola de Saúde de Palmas e Equipe Técnica

Atividades Previstas	Recurso Orçamentário (previsto) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários Executados (empenhados 2020)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de insumos, material de consumo, material bibliográfico, expediente, limpeza, copa e cozinha. Serviços de fornecimento de combustível e internet. Serviços de energia, telefonia, reprografia, seguro de vida, locação de imóvel e veículos, manutenção predial, serviços gráficos e editoriais entre outros. Contratação de instrutor, palestrante, assessoria, entre outros.	277.000,00	0451	242.382,69	x	x	x
Despesas de exercício anterior	40.000,00	0451	0,00	x	x	x
Aquisição de equipamentos e material permanente	5.000,00	0451	0,00	x	x	x
Total da Ação:	322.000,00		242.382,69			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

A execução da ação trata-se em quase em sua totalidade de despesas correntes. Ressaltamos ainda que foi possível inclusive fazer economia de gastos na ação, isso por consequência das medidas restritivas impostas pela gestão municipal a fim de controlar o contágio e disseminação da covid-19. O recurso destinado a despesas de exercício anterior não foi utilizado por não se identificar despesas deste tipo, já o recurso destinado para aquisição de material permanente foi inviabilizado em decorrência da suspensão de várias atividades da Fundação que demandavam contato com equipamentos físicos.

8. AUDITORIAS

A Auditoria no Sistema Único de Saúde - SUS vislumbra avaliar a gestão pública, de forma preventiva e operacional, sob os aspectos da aplicação dos recursos, dos processos, das atividades, do desempenho e dos resultados confrontando-os com a situação encontrada.

O Sistema Nacional de Auditoria - SNA é órgão responsável por coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS em todo o território nacional, em cooperação técnica com Estados, Municípios e Distrito Federal. Esse Sistema foi criado em 1990, pela Lei nº 8.080 e regulamentado pelo Decreto nº 1.651, de 29 de setembro de 1995.

O Sistema de Informação de Auditoria do SUS - SISAUD/SUS é uma ferramenta criada para fortalecer a gestão de serviços da auditoria e facilitar a integração entre as equipes de auditoria das três esferas de governo, permitindo o planejamento de ações de auditoria, visitas técnicas e cooperações técnicas; administração de pessoal pela gestão do SNA; elaboração de relatórios de auditoria e assinatura online; fluxo, disponibilização e análise técnica dos relatórios; monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, contribuindo para um processo de trabalho transparente e acessível a todos em sua funcionalidade.

As Auditorias são cadastradas no SISTEMA NACIONAL DE AUDITORIA DO SUS – SISAUD/SUS, sendo as mesmas realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações expressa informações sobre: UF/município/demandante/órgão responsável pela auditoria/ nº auditoria/finalidade/unidade auditada/encaminhamentos (recomendações e determinações).

UNIDADE FEDERATIVA: Estado do Tocantins.

MUNICÍPIO: Palmas

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas – Tocantins

SETOR RESPONSÁVEL: Componente Municipal de Auditoria da Secretaria de Saúde de Palmas.

Auditoria nº 186/2019

Demandante: Secretaria Municipal da Saúde de Palmas – TO.

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar auditoria por amostragem na veracidade das informações constantes no Relatório Anual de Gestão (RAG) no ano de 2017.

Abrangência: Exercício 2017.

Conclusão: Esta auditoria foi realizada com o objetivo de verificar a veracidade das informações contidas no Relatório Anual de Gestão/2017 da Saúde do Município de Palmas/TO, com ênfase nos resultados alcançados a partir das metas e indicadores definidos no Plano de Saúde e na Programação Anual do referido exercício, bem como quanto à regularidade na elaboração e

aprovação dos instrumentos de gestão e prestações de contas, atendendo ao que determina o artigo 42, da Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Palmas/TO está utilizando o Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão como meio para dar publicidade ao Relatório Anual de Gestão e os demais instrumentos de planejamento em saúde existentes.

O Plano de Saúde 2014/2017 no Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão (SargSUS), foi construído com a participação popular e realização de audiência pública, possuindo as Diretrizes (da amostra de indicadores analisada) preconizadas pelo Ministério da Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde participou de forma proativa na aprovação do Plano Municipal de Saúde 2014/2017, das Programações Anual de Saúde 2017 e do Relatório de Gestão 2017.

O RAG 2017 apresenta compatibilidade entre os demais instrumentos de Gestão (PMS 2014/2017 e PAS 2017).

Dos indicadores de Saúde analisados: Cobertura Populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica de Saúde, Razão de exames de mamografia de rastreamentos realizados em mulheres de 50 a 69 anos, Proporção de vacinas do calendário básico de vacinação da criança com coberturas vacinais alcançado, apenas a última não atingiu a meta pactuada, conforme cálculos.

O município de Palmas cumpriu com o percentual mínimo estabelecido para aplicação de recursos próprios aplicados em saúde, registrados no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE) o Município aplicou um percentual equivalente a 15,10% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que trata o artigo 158, alínea `b` do inciso I e § 3º do artigo 159, todos da Constituição Federal, aos termos do inciso III do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelece o percentual mínimo de 15%.

Recomenda-se a Superintendência de Atenção Primária e Vigilância em Saúde – SUPAVS que verifique a qualidade e a consistência dos dados alimentados nos sistemas nacionais de informações, visto que houve divergência nos dados extraídos do sistema com os utilizados para realização dos cálculos de alguns indicadores.

Que se encontre estratégias para sanar os entraves que influenciaram para o não alcance da meta “Proporção de vacinas do calendário básico de vacinação da criança com coberturas vacinais alcançado”, haja vista que são fatores em sua maioria de cunho administrativo.

Recomenda-se ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias.

Auditoria nº 192/2020

Demandante: Secretaria Municipal da Saúde de Palmas – TO.

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Auditoria Ordinária no Laboratório Mais Saúde.

Abrangência: Outubro/2019 a fevereiro/2020.

Conclusão: Em análise da documentação que consta nos autos do processo de trabalho da Auditoria, Credenciamentos nº 23/2019, Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 302, de 13 de outubro de 2005, Visita in loco em 04/12/2019 e Relatório de supervisão técnica laboratorial pelo Supervisor Biomédico Fernando Amorim Balestra CRBM 1903. Ficam evidentes as irregularidades relatadas nesse relatório.

No momento da visita a empresa não comprovou que consta com controles de Qualidade: Programas de Controle Interno de Qualidade (CIQ), Controle Externo de Qualidade (CEQ), Procedimentos Operacionais Padrões - Pops, Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRSS), dentre outros documentos de suma importância para o funcionamento da empresa e exigidos pelas legislações vigentes.

Ressaltamos que a direção e o responsável técnico do laboratório clínico tem a responsabilidade de planejar, implementar e garantir a qualidade dos processos, monitorar a qualidade da empresa. Os prestadores credenciados junto a esta Secretaria ao assinar o contrato de credenciamento assume total responsabilidade quanto aos controles de qualidade de suas análises. Deve também seguir a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 302, de 13 de outubro de 2005, dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos. Item 8 Garantia da Qualidade - 8.1- O laboratório clínico deve assegurar a confiabilidade dos serviços laboratoriais prestados, por meio de no mínimo: a) controle interno da qualidade; b) controle externo da qualidade (ensaios de proficiência).

É necessário que o laboratório realize as ações corretivas evidenciadas neste relatório conforme os requisitos da legislação vigente.

Ressaltamos a necessidade da imediata: reestruturação organizacional do laboratório; da volta da realização dos exames contratados pela SEMUS/Palmas na matriz localizada no endereço apresentado no contrato de prestação de serviços e sempre que houver algum problema ou situação que possa impactar ou alterar o funcionamento da empresa ou qualidade dos exames, a CONTRATANTE deverá ser informada.

Informamos que não foi possível verificar como foi realizado o transporte das amostras à unidade de Paraíso durante o afastamento da profissional responsável, mas destacamos que o transporte e armazenamento inadequado das amostras pode interferir de maneira significativa na qualidade dos resultados dos exames.

Recomendamos solucionar as não conformidades encontradas para a melhoria da qualidade, realização dos ensaios e confiabilidade dos resultados.

Recomenda-se que a empresa Laboratório Mais Saúde, atenda em conformidade com normas, rotinas e as previsões contratuais, a importância de atender ao usuário do SUS com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, esclarecendo seus direitos e demais assuntos

referentes aos serviços oferecidos justificando aos mesmos, as razões técnicas quando da não realização de ato profissional.

Ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias.

Auditoria nº 193/2020

Demandante: Secretaria Municipal da Saúde de Palmas – TO.

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar Auditoria Extraordinária na empresa Cito Premier - Wender N da Silva.

Abrangência: 10/02/2020 à 30/04/2020.

Inquestionavelmente, todo cidadão possui direitos em relação à própria saúde, que deve ser garantida por políticas públicas que assegurem o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços, prestados pelo Sistema Único de Saúde.

Em análise da documentação que consta nos autos do processo de trabalho da Auditoria, Credenciamento nº 08/2019, Visita in loco em 12/03/2020 pela equipe de Auditoria e Relatório de Supervisão Técnica, foi constatado o descumprimento do Contrato de Credenciamento por parte da empresa Laboratório Cito Premier. Ficou evidenciado a morosidade na liberação dos laudos, sendo constatado apuração de

denúncias na Ouvidoria quanto a demora na liberação dos laudos sendo ultrapassados 120 (cento e vinte) dias, descumprindo a cláusula 3.6.5 do Contrato de Credenciamento que dispõe (Entregar os resultados dos exames realizados, em até 15 (quinze) dias após o recebimento da amostra, conforme proposta da empresa). A estrutura física é insuficiente para atender a demanda, o local de acondicionamento das amostras também é inadequado ficando exposto a luz do sol dificultando a identificação do material, podendo comprometer a qualidade da amostra, bem como, desorganização nos arquivos Administrativos.

Concluimos este relatório tendo em vista a justificativa apresentada, considerando o conhecimento do prestador sobre as responsabilidades exigidas referentes ao contrato, bem como no Edital de Credenciamento nº 01/2016. Não são cabíveis as escusas das responsabilidades referentes aos mesmos, uma vez que a empresa deve cumprir com todas as cláusulas contratuais. Em razão do estabelecimento se encontrar em discordância com o contrato mencionado, sendo que o estabelecimento auditado, do ponto de vista técnico, descumpriu às exigências contratuais, dessa forma não está garantindo o serviço prestado de qualidade, sendo necessárias adequações das recomendações e providências necessárias.

Recomendações: Recomenda-se que a empresa Laboratório Cito Premier, cumpra as previsões contratuais e não reincidam fatos irregulares comprovados nos autos. Sob pena de aplicações de sanções cabíveis.

Recomenda-se que a COMEC - Comissão Especial de Credenciamento verifique a

possibilidade de aplicação de penalidade ao prestador conforme demonstrado neste processo de trabalho de Auditoria, face ao descumprimento contratual.

Ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias, e que havendo necessidade procedam as penalidades face ao descumprimento do contrato de credenciamento nº 08/2019 para serviços de Citologia.

Recomenda-se a Diretoria de Atenção de Média e Alta Complexidade (DMAC) que faça o acompanhamento dos serviços prestados através do Fiscal do Contrato da empresa para confirmação da execução contratual, validando a qualidade do serviço quanto à entrega dos laudos em tempo hábil, e acompanhe as adequações recomendadas no relatório de Auditoria.

Auditoria nº 194/2020

Demandante: Secretaria Municipal da Saúde de Palmas – TO.

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar Auditoria Extraordinária na Empresa Laboratório Gênesis - R. P. Carvalhaes Eireli

Abrangência: Janeiro a Abril de 2020

Conclusão: Tendo em vista as justificativas apresentadas, considerando o conhecimento do prestador sobre as responsabilidades exigidas referentes aos contratos de credenciamento, bem como no Edital de Credenciamento nº 01/2016. Não são cabíveis as escusas das responsabilidades referentes aos mesmos, uma vez que a empresa deve cumprir com todas as cláusulas contratuais.

Auditoria foi provocada a realizar auditoria ordinária na empresa em virtude de denúncia de que a Empresa realizou cobrança a usuário do SUS de valores referentes a exames realizados. Em sede de defesa a empresa se manifestou sobre o fato alegando que diante da constatação de insuficiência de saldo orçamentário a mesma decidiu reagendar a realização de exames dos pacientes do SUS naquele período para o período posterior, o que não foi aceito pela usuária que decidiu pagar pelos exames. Portanto, restou claro que a empresa descumpriu cláusulas contratuais descrita no item 3.2.10 do Contrato de Credenciamento nº 06/2019, o qual dispõe que “Durante a vigência do presente credenciamento, o credenciado fica impedido de suspender por qualquer lapso temporal a prestação dos serviços ora definidos. Além disso tal fato poderia ter sido resolvido se tivesse realizado o aditivo de valor no referido contrato tendo em vista que o referido Contrato encontrava-se vigente. Evidentemente que tal procedimento dever ser feito com a devida antecedência e estar apontado no relatório do Fiscal de Contrato a necessidade de realização de tal aditivo.

Recomendação: Recomenda-se que a empresa adote as medidas necessárias no sentido de cumprir com as cláusulas contratuais e que adote providências junto ao setor competente da Semus no sentido de acompanhar os relatórios do Fiscal de Contrato, e que este ao elaborar o relatório sobre a prestação dos serviços e pagamento, se atente para o prazo de vigência e saldo

contratual, emitindo parecer quanto a necessidade de aditivos de prazo e de valores. Recomendamos ainda a Comissão Especial de Credenciamento – COMEC o acompanhamento efetivo dos contratos de credenciamentos

Concluimos o relatório de auditoria referente a empresa prestadora de serviços R P CARVALHAES- Laboratório Gênesis Centro de Medicina Diagnóstica, o qual consta todas as recomendações relativas e esta e outras constatações para as providências necessárias. Os relatórios concluídos são lançados no Sistema Nacional de Auditoria do SUS, SISAUD/SUS do Ministério da Saúde, sendo encaminhados para acompanhamento, ao Setor de Planejamento e Conselho Municipal de Saúde através dos relatórios quadrimestrais das atividades desenvolvidas pela Auditoria, à Comissão de Credenciamento – COMEC da Secretaria Municipal de Saúde, Gestor e ao auditado.

Auditoria nº 195/2020

Demandante: Secretaria Municipal da Saúde de Palmas – TO.

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar Auditoria Ordinária na empresa Vision Laser Centro de Correção Visual LTDA ME com foco nos serviços de glaucoma.

Abrangência: Exercício de 2019.

Conclusão: As constatações consignadas neste relatório, foram resultante da análise da documentação do faturamento da produção de procedimentos ambulatoriais relacionados ao glaucoma feitos pela Empresa Vision Laser, bem como das documentações solicitadas através do Comunicado de Auditoria nº 04/2020, portanto as conformidades e inconformidades encontradas evidenciam o dever do Gestor de sempre estar avaliando a qualidade dos serviços prestados.

A Empresa Vision Laser possui prontuário único por paciente contendo identificação do paciente; histórico clínico; anamnese; aferição da acuidade visual; refração estática e/ou dinâmica; biomicroscopia do segmento anterior; exame de fundo de olho; diagnóstico; indicação do procedimento terapêutico clínico e/ou cirúrgico e descrição do procedimento terapêutico clínico e/ou cirúrgico.

No ano de 2019 foram atendidos 409 pacientes pela Empresa, nesse universo aplicou-se 120 questionários, que corresponde a uma amostra de 41%. No que tange a amostra constatou-se que 100% dos pacientes entrevistados realizaram tratamento de glaucoma no ano de 2019, 95,8% receberam orientação da equipe médica sobre o glaucoma; 98,3% receberam colírios regulamente; 94,2% relataram que a quantidade de colírios foram suficientes até o próximo acompanhamento; 100% afirmaram que a consulta de acompanhamento é realizado por médico; 100% relataram que os exames de fundoscopia e tonometria são realizados na consulta de acompanhamento; 99,2% considera os serviços prestados pela Empresa satisfatórios.

Na análise realizada nas 869 (oitocentos e sessenta e nove) Autorizações de Procedimentos Ambulatoriais - APAC's do ano de 2019, referente aos meses de janeiro a dezembro de 2019, constatou-se que houve cobrança indevida nos procedimentos dos pacientes: CNS nº 706301150301180; 709209202405839; 708404231195060; 704306562435492; 708200680721442; resultando num valor R\$ 176,58 a ser ressarcido para a SEMUS.

Em todos os procedimentos realizados pela Empresa aos usuários portadores de glaucoma no ano de 2019, foram realizados pela profissional médica Fabiana Gouveia, Cartão Nacional de Saúde (CNS) 980016287719384, ressaltamos que o corpo clínico da Empresa possui em sua totalidade 03 (três) médicos especialistas. Na visita in loco realizada em 28/07/2020, não foi possível se verificar se todos os procedimentos são realizados pela médica especialista conforme APAC's, pois devido a Pandemia do Covid 19 foram suspensos temporariamente os atendimentos.

Em relação aos percentuais de procedimentos realizados evidenciou-se o não atendimento ao estabelecido pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria/MS/SAS nº 288, de 19/05/2008, na qual determina que no processo de avaliação pelo Gestor deverá ser levado em conta que, em média, 70% de pacientes com glaucoma são tratados com medicamentos de 1ª Linha, 10 % com de 2ª Linha, 10% com de 3ª Linha e 10% com associações medicamentosas, e conforme constatação nº 606247 a média anual de 2019 dos pacientes portadores de glaucoma atendidos pela Empresa Vision Laser foram: 1ª Linha 47,36%, 2ª Linha 19,30%, 3ª Linha 29,25%. Assim, cumpre informar que com relação a indicação médica dos tratamentos antiglaucomatosos os trabalhos de auditoria ficaram prejudicados pois a médica indicada para auditar a parte técnica, não pôde fazê-la devido ao fato de a mesma fazer parte do grupo de risco, não podendo nos acompanhar na visita in loco para verificação dos prontuários.

Outro fator observado é que não ano de 2019, na Rede Municipal de Saúde foram ofertadas 9.854 consultas oftalmológicas, sendo 6.975 realizada pela Policlínica de Taquaralto, 637 pela Oftalmoclinica Visão LTDA, 480 pelo Instituto de Oftalmologia do Tocantins - ME e 1.762 pela Vision Laser, nesse universo 1,2 % possuíam indicação de glaucoma. Em termos percentuais no que tange a indicação de glaucoma 1,7% (Policlínica de Taquaralto), 1,7% (Oftalmoclinica Visão LTDA), 1,5% (Instituto de Oftalmologia do Tocantins - ME), 3,4% (Vision Laser), respectivamente, fica evidente que a Empresa Vision Laser possui o maior índice de diagnóstico, necessitando que a SEMUS reforce na sua rede de atendimento a necessidade do encaminhamento do paciente portador de glaucoma.

Com relação ao Contrato de Credenciamento, essa auditoria sugere que não seja elaborado de forma genérica, haja vista, que cada serviço possui especificidades, prejudicando assim a análise da qualidade dos serviços prestados.

Concluimos este relatório tendo em vista as justificativas apresentadas, considerando o conhecimento do prestador sobre as responsabilidades exigidas referentes ao contrato, bem como no Edital de Credenciamento nº 01/2016. Não são cabíveis as escusas das responsabilidades

referentes aos mesmos, uma vez que a empresa deve cumprir com todas as cláusulas contratuais e a legislação vigente, sendo necessárias adequações das recomendações e providências apontadas nesse relatório para garantir a qualidade nos serviços prestados.

Recomendações

A Empresa Vision Laser - Centro de Correção Visual Ltda - ME que cumpra os requisitos estabelecidos na legislação vigente para atender aos portadores de glaucoma assistidos pelo Sistema Único de Saúde, conforme estabelece legislação e garanta a eficiência e a qualidade do serviço prestado.

A Diretoria de Média e Alta Complexidade, que realize avaliação das médias percentuais de Linhas de Tratamentos antiglaucomatosos e haja motivação de todos os atos realizados no processo administrativo e providências quanto aos valores a serem ressarcidos contidos nesse Relatório.

A COMEC que realize vistoria, conforme preconiza a legislação vigente e tome as providências cabíveis com relação as inconformidades detectadas neste relatório.

Ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias.

Auditoria nº 196/2020

Demandante: Secretaria Municipal da Saúde de Palmas – TO.

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Auditoria Ordinária no Relatório Anual de Gestão 2019.

Abrangência: Exercício de 2019

Conclusão: Esta auditoria foi realizada com o objetivo de verificar a veracidade das informações contidas no Relatório Anual de Gestão/2019 da Saúde do Município de Palmas/TO, com ênfase nos resultados alcançados a partir das metas e indicadores definidos no Plano de Saúde e na Programação Anual do referido exercício, bem como quanto à regularidade na elaboração e aprovação dos instrumentos de gestão e prestações de contas, atendendo ao que determina o artigo 42, da Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012.

O RAG 2019 apresenta compatibilidade entre os demais instrumentos de Gestão (PMS 2018/2021 e PAS 2019). Dos indicadores de Saúde amostrais analisados: Cobertura Populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica de Saúde, Razão de exames de mamografia de rastreamentos realizados em mulheres de 50 a 69 anos, Proporção de vacinas do calendário básico de vacinação da criança com coberturas vacinais não foram alcançados conforme demonstra os cálculos apresentados.

O Conselho Municipal de Saúde participou de forma proativa na aprovação do Plano Municipal de Saúde 2018-2021, da Programação Anual de Saúde 2019, entretanto no que tange ao Relatório de Gestão 2019 até a presente data não foi apresentado Parecer de Aprovação, somente o Parecer do

Exercício Financeiro de 2019 do Fundo Municipal de Saúde. De acordo com o Parecer nº 02/2020 emitido pela Comissão de Planejamento e Análise de Contas do Conselho Municipal de Saúde (CMS) conforme apresentado, foi previsto um orçamento inicial total de R\$ 227.378.171,00 (duzentos e vinte e sete milhões, trezentos e setenta e oito mil e cento e setenta e um reais) sendo ao final do exercício de 2019 a receita arrecadada foi de R\$ 228.117.534,56 (duzentos e vinte e oito milhões, cento e dezessete mil, quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), sendo do valor total de arrecadação, R\$ 123.785.608,06 provém da esfera municipal, colocando o município na posição de maior investidor na execução das ações e serviços de saúde em Palmas.

O município de Palmas cumpriu com o percentual mínimo estabelecido para aplicação de recursos próprios aplicados em saúde, registrados no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE) o Município aplicou um percentual equivalente a 17,37% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que trata o artigo 158, alínea `b` do inciso I e § 3º do artigo 159, todos da Constituição Federal, aos termos do inciso III do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelece o percentual mínimo de 15%.

Recomenda-se a Superintendência de Atenção Primária e Vigilância em Saúde - SUPAVS que verifique a qualidade e a consistência dos dados alimentados nos sistemas nacionais de informações, visto que houve divergência nos dados extraídos do sistema com os utilizados para realização dos cálculos dos indicadores.

Recomenda-se a Diretoria Executiva do Fundo Municipal de Saúde - DEXFMS que verifique a qualidade e a consistência dos dados alimentados nos sistemas nacionais de informações, visto que houve divergência nos dados extraídos do sistema SIOPS afim de garantir a fidedignidade dos dados homologados.

Recomenda-se ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias.

Auditoria nº 197/2020

Demandante: Secretaria Municipal da Saúde de Palmas – TO.

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar Auditoria Ordinária na Empresa Labexato Laboratório de Análises Clínicas Ltda-ME, tendo como objetivo verificação de documentos, instalação, fluxo, recursos humanos, equipamentos, estrutura física, protocolos e outros. Visando assim, ensejar melhoria na qualificação dos serviços pactuados e da satisfação do usuário, identificando os fatores limitadores para cumprimentos das cláusulas contratuais objetivando primar pelo bom atendimento ao usuário do SUS.

Abrangência: Exercício de 2020

Conclusão: Concluimos este relatório, tendo em vista que as justificativas acerca das não conformidades não foram apresentadas, considerando o conhecimento do prestador sobre as responsabilidades exigidas referentes aos contratos de credenciamento, bem como no Edital de Credenciamento nº 01/2016. Não são cabíveis as escusas das responsabilidades referentes aos mesmos, uma vez que a empresa deve cumprir com todas as cláusulas contratuais.

Após análise da documentação solicitada à Empresa, do ponto de vista técnico e operacional, o estabelecimento no que tange as condições físicas atende aos usuários do Sistema Único de Saúde de forma satisfatória. Porém, para atendimento das normas e legislação vigentes é necessário que seja validado o Alvará Sanitário e Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, afixado o logotipo do Sistema Único de Saúde - SUS na fachada do prédio, atualizado os mapas de controle de temperatura diariamente e observado os prazos de validade dos kit de reagentes.

Recomenda-se que a COMEC – Comissão Especial de Credenciamento verifique junto a empresa o cumprimento das cláusulas contratuais para sanar as eventuais inconformidades principalmente as descritas neste Relatório e tome as providências que julgar necessárias.

A Diretoria de Média e Alta Complexidade para conhecimento e providências que fizer necessárias. Ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias.

Auditoria nº 198/2020

Demandante: Secretaria Municipal da Saúde de Palmas – TO.

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar Auditoria Ordinária nos serviços de Mamografia na empresa Arai Kaminish Costa & Cia Ltda., tendo foco os serviços de mamografia ofertados pela Empresa no ano de 2019, será verificado contrato, estrutura física (instalações e equipamentos), recursos humanos, qualidade dos serviços prestados e outros.

Abrangência: Exercício de 2019

Conclusão: As constatações consignadas neste relatório, foram resultante da análise da vista realizada in loco, documentações solicitadas através do Comunicado de Auditoria nº 14/2020 e relatórios de visita técnica, portanto as conformidades e inconformidades encontradas evidenciam o dever do Gestor de sempre estar avaliando a qualidade dos serviços prestados.

A empresa ARAI, KAMINISH, COSTA & CIA LTDA possui uma boa estrutura física, atendendo aos usuários do SUS de forma satisfatória, visto que cumpre os prazos estabelecido para realização e entrega de exames de mamografia.

No Relatório de Visita Técnica do Dr. Raymundo do Espirito Santo Pedreira, médico radiologista, CRM TO 2667 – RQE 2135, relata que na visita realizada em 07/12/2020 a sala de mamografia

consta 01 (um) aparelho digital DR da marca Hologic, modelo Selenia Dimensions, em boas condições e funcionamento. A sala de mamografia apresenta as dimensões e propriedades exigidas nas normas técnicas, os equipamentos de proteção individual e coletiva estavam disponíveis para os pacientes e técnicos e a equipe dispunha de registro ativo nos respectivos conselhos de classe.

No ano de 2019 foram atendidos 1.956 pacientes pela Empresa, sendo 1.911 mamografias bilateral (02.04.03.018-8) e 45 mamografias unilateral (02.04.03.003-0), esse fato reflete diretamente na prevenção do câncer no âmbito da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer. No Relatório Anual de Gestão do ano de 2019 o indicador “razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população de determinado local e população da mesma faixa etária” teve seu resultado a razão de 0,334, não alcançando a meta estabelecida da razão de 0,40, tendo como justificativa que as equipes têm elaborado diferentes estratégias para fortalecer os processos de busca ativa das mulheres na faixa etária alvo com mamografia atrasada ou não realizada na rede.

Destarte, não se possui parâmetro para mensurar se a oferta está de acordo com a demanda, uma vez que não obtivemos retorno do Memo nº 80/2020/SEMUS/GAB/AUDITORIA, de 03/12/2020, solicitando relatório mensal do Sisreg com a quantidade de mamografias solicitadas e quantidade de mamografias autorizadas no ano de 2019; e a Quantidade de mamografias autorizadas pela SEMUS por Empresa Credenciada no ano de 2019.

Com relação ao Contrato de Credenciamento, essa auditoria sugere que não seja elaborado de forma genérica, haja vista, que cada serviço possui especificidades, prejudicando assim a análise dos serviços prestados.

Concluimos este relatório tendo também como base as justificativas apresentadas, considerando o conhecimento do prestador sobre as responsabilidades exigidas referentes ao contrato, bem como no Edital de Credenciamento nº 01/2016. Não são cabíveis as escusas das responsabilidades referentes aos mesmos, uma vez que a empresa deve cumprir com todas as cláusulas contratuais e a legislação vigente, sendo necessárias adequações das recomendações e providências apontadas nesse relatório para garantir a qualidade nos serviços prestados.

Recomenda-se que a COMEC – Comissão Especial de Credenciamento verifique junto a empresa o cumprimento das cláusulas contratuais para sanar as eventuais inconformidades principalmente as descritas neste Relatório e tome as providências que julgar necessárias.

A Diretoria de Média e Alta Complexidade para conhecimento e providências que fizer necessárias. Ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias.

Demandante: Secretaria Municipal da Saúde de Palmas – TO.

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar Auditoria Ordinária nos serviços de Mamografia na empresa Medimagem Diagnósticos Médicos, como foco os serviços de mamografia ofertados pela Empresa no ano de 2019, será verificado contrato, estrutura física (instalações e equipamentos), recursos humanos, qualidade dos serviços prestados e outros.

Abrangência: Exercício de 2019

Conclusão: As constatações consignadas neste relatório, foram resultantes da análise da visita realizada in loco, documentações solicitadas através do Comunicado de Auditoria nº 13/2020 e relatórios de visita técnica, portanto as conformidades e inconformidades encontradas evidenciam o dever do Gestor de sempre estar avaliando a qualidade dos serviços prestados.

A empresa MEDIMAGEM DIAGNÓSTICOS MÉDICOS POR IMAGEM LTDA não encaminhou justificativas a respeito das inconformidades detectadas no Relatório Preliminar de Auditoria, o que prejudicou a análise e conclusão do relatório de auditoria.

Cumpramos ressaltar que a empresa enviou e-mail ao setor de Auditoria informando que não ofertou o serviço no ano de 2019, fato este que não foi comprovado pela mesma, uma vez que consta nas Notas Fiscais e Relatórios do Fiscal de contrato que no ano de 2019 foram realizadas 675 mamografias bilateral (02.04.03.018-8) e 8 mamografias unilateral (02.04.03.003-0).

No Relatório de Visita Técnica do Dr. Raymundo do Espírito Santo Pedreira, médico radiologista, CRM-TO 2667 – RQE 2135, relata que na visita realizada em 07/12/2020 a Clínica encontrava-se fechada, impossibilitando a realização dos trabalhos.

Ressaltamos que não foi possível estabelecer parâmetro exato entre a oferta e a procura demandada pela Empresa, haja vista, que foi encaminhado Memo nº 80/2020/SEMUS/GAB/AUDITORIA, de 03/12/2020, para a Diretoria de Média e Alta Complexidade solicitando relatório mensal do Sisreg com a quantidade de mamografias solicitadas e quantidade de mamografias autorizadas no ano de 2019; e a Quantidade de mamografias autorizadas pela SEMUS para a Empresa Credenciada no ano de 2019, e não obtivemos resposta até o fechamento deste relatório.

Com relação ao Contrato de Credenciamento, essa auditoria sugere que não seja elaborado de forma genérica, haja vista, que cada serviço possui suas especificidades, prejudicando assim a análise da qualidade dos serviços prestados.

Concluimos este relatório tendo em vista as documentações analisadas, considerando o conhecimento do prestador sobre as responsabilidades exigidas referentes ao contrato, bem como no Edital de Credenciamento nº 01/2016.

Não são cabíveis as escusas das responsabilidades referentes aos mesmos, uma vez que a empresa deve cumprir com todas as cláusulas contratuais e a legislação vigente, sendo necessárias

adequações das recomendações e providências apontadas nesse relatório para garantir a qualidade nos serviços prestados.

Recomenda-se a empresa MEDIMAGEM DIAGNÓSTICOS MÉDICOS POR IMAGEM LTDA que adote todas as medidas necessárias para sanar as não conformidades detectadas no Relatório de Auditoria para garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários do SUS.

Recomenda-se a empresa que a COMEC - Comissão Especial de Credenciamento verifique junto a empresa o cumprimento das cláusulas contratuais para sanar as eventuais inconformidades principalmente as descritas neste Relatório e tome as providências que julgar necessárias.

A Diretoria de Média e Alta Complexidade para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias.

Auditoria nº 200/2020

Demandante: Secretaria Municipal da Saúde de Palmas – TO.

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar Auditoria Ordinária nos serviços de Mamografia na empresa TECHCAPITAL DIAGNÓSTICOS & EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, como foco os serviços de mamografia ofertados pela Empresa no ano de 2019, será verificado contrato, estrutura física (instalações e equipamentos), recursos humanos, qualidade dos serviços prestados e outros.

Abrangência: Exercício de 2019

Conclusão: Foi enviado Comunicado de Auditoria nº 12/2020 em 11/11/2020 a Empresa solicitando documentos para análise com prazo de 05 (cinco dias) a partir do recebimento do mesmo.

A Empresa não enviou a documentação no prazo supracitado, sendo realizada visita técnica acompanhada pelo do Dr. Raymundo do Espírito Santo Pedreira, médico radiologista, CRM TO 2667 – RQE 2135, em 07/12/2020, sendo solicitado a presença do responsável técnico pelo serviço e reiterado a solicitação da documentação através do Ofício nº 3124/2020/SEMUS/GAB/AUDITORIA, de 10/12/2020, a documentação solicitada foram entregues ao Núcleo de Auditoria em 14/12/2020 desta forma, está se realizando a análise e elaboração do Relatório Preliminar de Auditoria.

9. ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS

O ano de 2020 vai entrar para a história como um ano de grande desafio para o mundo e em todas as áreas, e sem sombra de dúvida a saúde foi uma das áreas mais afetadas.

A organização Municipal da Saúde (OMS) declarou em 11 de março de 2020, pandemia para o COVID 19, infecção causada pelo novo coronavírus. Segundo a OMS, uma pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença. O termo é utilizado quando uma epidemia – grande surto que afeta uma região – se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. Naquele momento havia 115 países com casos declarados da infecção. (Fonte Agência Brasil).

O impacto que esta pandemia tem causado é de dimensão global de tragédia sanitária e humana.

Deste modo o planejamento inicial para o ano de 2020 através da Programação Anual de Saúde de Palmas/TO sofreu uma brusca alteração, em decorrência da circulação do novo CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2).

No início de fevereiro/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a chamar oficialmente a doença causada pelo novo coronavírus de Covid-19. COVID significa Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto “19” se refere a 2019.

No Brasil, o Ministério da Saúde, em 26 de fevereiro confirmou o 1º caso, em São Paulo. O que levou o país a adotar várias medidas para o enfrentamento contra a proliferação da doença.

No dia 14 de março de 2020, o município de Palmas/TO, através do Decreto nº 1.856, declarou situação de emergência em saúde pública e dispôs sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavírus (COVID-19). No dia 18 de março foi confirmado o 1º caso, onde foram adotadas medidas mais duras acerca deste enfrentamento.

Cumpramos nos ressaltar que todo o processo de planejamento para o alcance de objetivos, metas/indicadores, por meio das ações e serviços, das receitas e despesas para o exercício de 2020 ocorreu ainda em 2019, através dos instrumentos de Gestão do SUS e os orçamentários, quais sejam: Revisões do Plano Municipal de Saúde e do Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021; Elaboraões da Programação Anual de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, cada instrumento elaborado conforme preceitua suas respectivas legislações, porém, este planejamento sofreu alteração com a pandemia.

Destacamos que várias ações e serviços públicos foram alterados, houve a necessidade de mudanças do planejamento inicial, para a manutenção da rede municipal de saúde abastecida com insumos de enfermagem, hospitalar, medicamentos, inclusive alguns de alto custo e extra REMUME; locação de ambulâncias; combustível; ampliação contratual dos serviços de limpeza e sanitização das unidades de saúde, inclusive muitas delas passaram a funcionar em horário estendido gerando o aumento no consumo de materiais de consumo, serviços de energia, de telefonia e reprografia;

aquisição de Teste COVID; aquisição de máscara; proteção de equipamentos de proteção; fornecimento de alimentação; o Centro de Atenção à Saúde Francisca Romana Chaves passou também a funcionar como Anexo da UPA Norte; implantação da Usina de Oxigênio (UPAS Norte e Sul – cada usina tem a capacidade de produção de 5.000 metros cúbicos de oxigênio por mês); credenciamento e requisição de Leitos Clínicos (COVID); contratação de Leitos de UTI; ampliação de recursos humanos, pagamento de horas extras e plantões extras de modo que as ações de saúde foram mantidas e outras implementadas com o propósito de aprimorar as ações necessários para o enfrentamento da COVID 2019.

Palmas, capital do Tocantins, é referência para os 139 municípios do Tocantins, e as medidas adotadas em tempo oportuno, tem sido possível ter êxito no enfrentamento da COVID 2019, sendo Palmas, quando comparadas com outras capitais com a menor a letalidade pela doença, o que comprova as medidas acertadas pela gestão municipal quanto aos decretos e manejos dos pacientes, entre outros.

O fato é que é o mundo viveu e ainda está vivendo uma situação atípica e sem precedentes com sérios impactos de saúde, sociais, econômicos, entre outros. Reiteramos que nossa rede de saúde teve que se reestruturar para esta nova realidade, sem comprometer integralmente as ações inicialmente planejadas quando foram realizadas as alterações orçamentárias-financeiras para este enfrentamento.

Por meio deste relatório, apresentamos que as receitas foram centralizadas no Fundo Municipal de Saúde – FMS, conforme determina a legislação. No oportuno, ratificamos que o FMS representa um grande avanço para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, sendo um instrumento legal, destinado a gerir com racionalidade e transparência, a totalidade dos recursos da saúde, tendo o Secretário de Saúde o seu gestor. Portanto, isto é, autonomia administrativa da gestão da rede de serviços, de maneira a articular processos de trabalho e a sua execução. As despesas foram executadas por meio das unidades gestoras 8600 (Secretaria Municipal da Saúde) e 9500 (Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas).

Pelos dados acima constatamos que 13 (treze) fontes de recursos tiveram repasses de recursos financeiros. Destas 10 (dez) fontes tiveram previsão inicial de recursos e 03 (três) tiveram repasses ao longo do exercício, sendo recursos extraordinários, sobretudo para o enfrentamento ao COVID 19.

Ressaltamos que das fontes com previsão de receitas, do ente municipal 02 (duas) tiveram excessos de arrecadações e 01 (uma) déficit. Da federal 01 (uma) teve excesso e 01 (uma) retração. As 03 (três) fontes estaduais tiveram déficits, assim como as fontes 0451 e 0498.

Por fim, ressaltamos ainda que a gestão fez a previsão de recursos com base nas pactuações e programas, não houve majoramento orçamentário. As fontes que porventura frustraram financeiramente, tiveram queda na arrecadação, sobretudo, causada pela pandemia.

Acrescentamos ainda os instrumentos de Planejamento do SUS são elaborados em consonância com de Orçamento, quais sejam: Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde, Relatório Anual de Gestão, Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, com a finalidade de haver um alinhamento assertivo. Ademais entendemos que eficiência dos instrumentos está intimamente ligada não só a sua elaboração, mas principalmente a sua execução.

Esta gestão tem se pautado que o SUS não pode ser pensado e executado de forma isolada. Os desafios são grandes, a responsabilidade de garantir o direito a saúde é tripartite, ou seja, da União, dos Estados e dos Municípios, cada um na sua esfera de atuação e de acordo com as pactuações, contudo, necessitamos trabalhar juntos, para que as ações de saúde aconteçam e a população, seja assistida de forma integral e humanizada.

Pelos dados acima constatamos que o ente Municipal e o Federal permanecem como os maiores financiadores das ações e serviços na rede municipal de saúde do município de Palmas/TO.

No exercício de 2020 o percentual de recursos próprios aplicados em ações e serviços de saúde foi 21,10%, correspondendo ao valor de R\$ 145.861.919,88, sendo o maior percentual aplicado dos últimos anos, quiçá o maior já aplicado no município de Palmas/TO.

O total geral de despesas empenhadas em ações e serviços no ano de 2020 foi de R\$ 278.790.209,62, deste montante R\$ 18.308.283,09 ficaram inscritas como restos a pagar, sendo R\$ 9.633.739,27 como processados e R\$ 8.674.543,82 como não processados no exercício de 2020.

10. RECOMENDAÇÕES PARA O PRÓXIMO O EXERCÍCIO

Considerando que no 1º quadrimestre/2021 foi declarado a pandemia em decorrência do Coronavírus, o Município de Palmas/TO criou a ação orçamentária 4672 – Enfrentamento à Emergência de Saúde Pública do COVID – 19, com base nas legislações e nos moldes da ação do Governo Federal também criada com finalidade específica do enfrentamento de emergência de saúde pública (novo coronavírus) na função (área de atuação) 10 – saúde e subfunção 122 (Administração Geral), conforme <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/programa-e-acao/consulta?de=01/05/2020&ate=31/05/2020&programa=5018&acao=21C0&ordenarPor=mesAno&direcao=des> e orientações dos órgãos de controle externos, quando citamos a Portaria nº 276/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e Nota Técnica nº 01/2020 que orienta os jurisdicionados quanto à observação de parâmetros legais e extraordinários diante do atual cenário internacional e nacional de pandemia decorrentes do novo coronavírus. Foi criada através da Medida Provisória nº 03, de 22 de março de 2020.

Recomenda-se para o exercício de 2021 que as despesas com o enfrentamento da COVID sejam por meio das ações orçamentárias para manutenções das ações e serviços da Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Média e Alta Complexidade, de modo a facilitar a identificação dos gastos com COVID por programa/ação. /bloco de financiamento.

Recomenda-se a continuidade no investimento em qualificação e aprimoramento dos profissionais da saúde e fortalecimento das ações integradas entre FESP e SEMUS, bem como continuidade no investimento às ações de fomento à pesquisa à saúde e fortalecimento das parcerias com instituições de ensino e pesquisa.

Recomenda-se, ainda, que a gestão municipal permaneça investindo nas ações e serviços de saúde acima do percentual mínimo de 15% exigido por lei.